

Documento

Cultura

Informação

Inventário

Patrimônio

Esquecimento

Memória

Tombamento

Lombração

Apagamento

*Engenho São
Bartolomeu*

Casa-grande

Identidade

Agenciamento

*Ciência da
Informação*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ELINILDO MARINHO DE LIMA

MEMÓRIAS DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU SOB A PERSPECTIVA
DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



RECIFE

2018

ELINILDO MARINHO DE LIMA

**MEMÓRIAS DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU SOB A PERSPECTIVA DA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, memória e tecnologia.

Linha de pesquisa 1: Memória da informação científica e tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Májory Karoline de Oliveira Miranda.

RECIFE

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

L732m Lima, Elinildo Marinho de
Memórias do Engenho São Bartolomeu sob a perspectiva da Ciência da
Informação / Elinildo Marinho de Lima. – Recife, 2018.
158 f.: il., fig.

Orientadora: Májory Karoline de Oliveira Miranda.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro
de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação, 2018.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Documento. 2. Patrimônio. 3. Memória. 4. Engenho São Bartolomeu.
5. Ciência da Informação. I. Miranda, Májory Karoline de Oliveira
(Orientadora). II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2018-208)

ELINILDO MARINHO DE LIMA

**MEMÓRIAS DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU SOB A PERSPECTIVA DA CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 21/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª D^{ra} Májory Karoline Fernandes de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª D^{ra} Emanuela Sousa Ribeiro (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

À memória do Engenho São Bartolomeu, a Luiz Marinho (seu Eli) a Comunidade de Comportas a Eulina Maciel, James Davidson e a todas as pessoas que acreditam na possibilidade e necessidade de valorização do patrimônio cultural e a memória de um lugar.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela generosidade em financiar toda a pesquisa, minha sincera e eterna gratidão. Ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – PPGCI meus mais sinceros agradecimentos por todo apoio dado. A Universidade Federal de Pernambuco - UFPE agradeço pelo acolhimento e todo esforço aplicado para garantir a ampliação e qualidade na produção de conhecimento. Sou grato a Superintendência do IPHAN em Pernambuco por abrir suas portas para a condução da pesquisa, especialmente a Biblioteca Almeida Cunha. Ao jornal Gazeta Nossa toda minha gratidão pela cessão de fontes importantes para a pesquisa, em especial a Paulo Rocha. Ao Núcleo de Distribuição de Publicações/Departamento de Articulação e Fomento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional minha mais genuína gratidão.

Agradecer adequadamente é sempre um desafio, principalmente quando se trata de alguém que surge como um desconhecido e se torna um presente de valor incalculável. Dito isto expressei minha gratidão a Profa. Dra. Májory Karoline de Oliveira Miranda pela sua incrível capacidade de compreensão e empatia, acolhendo-me com muita paciência nos momentos mais difíceis, fazendo despertar em mim um potencial adormecido. Agradeço pelos momentos de troca de ideias e os sábios caminhos sinalizados, pois sem estes trouxeram luz para o meu caminhar, ampliando a minha esfera de presença e meu repertório acadêmico. Obrigado por estar sempre à disposição auxiliando no avanço da pesquisa, contribuindo significativamente para minha formação, principalmente pelos *insights* e as valiosas contribuições que resultaram no amadurecimento da dissertação. Sem seu olhar atento e profícuo nada disso seria alcançado. Minha eterna gratidão.

Aos professores Marcos Galindo e Emanuela Ribeiro, agradeço a disposição e carinho em aceitar o convite para compor a banca avaliadora da qualificação, agradeço também pelas sugestões de ajustes, melhorias e adaptação da dissertação. Ao Prof. Dr. Marcos Galindo e a Profa. Dra. Emanuela Ribeiro minha sincera gratidão por gentilmente aceitarem o convite para compor a banca de defesa final. Agradeço pelo tempo dedicado a leitura da pesquisa, pelas indicações e interferências para uma melhor e mais adequada adaptação da dissertação.

Agradeço aos Pesquisadores (as) e Professores (as) Michael Buckland, Tim Gorichanaz, Alberto Goyena, Alexandre Gugliotta, Carlos Xavier, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei, Maira Cristina Grigoletto e Giulia Crippa por disponibilizar

tempo para responder minhas perguntas a partir das conversas mantidas por correio eletrônico, agradeço ainda pelo material enviado e pelas sinalizações que iluminaram meu caminho rumo ao encontro adequado das formulações de ideias e também a finalização da pesquisa.

Ao artista e grafiteiro Nadilson Monteiro Jr, meu muito obrigado por produzir a arte que originou a capa artística desta pesquisa um presente concedido que muito me honra.

A historiadora Eulina Maciel, ao geógrafo James Davidson, e o jornalista Valter Andrade minha gratidão por abriram às portas de seus arquivos pessoais, compartilhando fontes, informações e suas memórias e relação afetiva com o Engenho São Bartolomeu. Obrigado por contribuir com essa dissertação que ganhou o fôlego necessário para tomar corpo, forma e vida. A turismóloga Idalice laurentino minha gratidão pelo convite feito para ser estagiário na Coordenação de Patrimônio Histórico em Jabotão dos Guararapes local onde toda essa jornada começou.

Às Famílias Marinho de Lima e Silva Lima, obrigado por tudo de bom que representam em minhas mais doces e amargas memórias: Eliana, Elyjane, Suely, Fátima, Gilzeneide, Assis, Fernando, Zumira e Jacira. A meu pai Luiz Marinho guardo no meu palácio da memória as lembranças de nossos passeios, conversas e a ternura de seu olhar. Obrigado por me amar e ter sido um gigante em minha vida. A minha mãe Eneide Ribeiro, a grande deusa guardião da memória de minha infância, agradeço todo o amor, respeito, carinho e amizade que nutrimos. Sempre irei recordar do dia em que levaste-me ao primeiro dia de aula no 14 Bis. Tudo o que sou e o que existe de bom em mim enquanto pessoa vem de ambos.

Aos meus caros e digníssimos professores do PPGCI, em especial àqueles em que fui aluno: Anna Elizabeth, Cristina Oliveira, Fábio Mascarenhas, Fábio Pinho, Gilda Verri, Leilah Bufrem, Májory Miranda, Marcos Galindo, Nadi Presser, Paulo Marcondes e Sandra Siebra.

As professoras Danielle Alves, Emanuela Ribeiro e Májory Miranda obrigado pela acolhida no estágio docente, pelos conhecimentos repassados e oportunidades dadas durante o estágio.

À Andrea Carla, Altamir Lopes, Aramis Macêdo, Elisângela Santos, Ermeson Nathan, Felipe Mozart, Francisco Arraes, Gilzeneide Lima, Ítalo Andrade, Juscizete Francisca e Sandra Veríssimo meus sinceros agradecimentos por estarem sempre abertos a me ouvir e por estarem sempre atentos e disponíveis para trocar ideias sobre minha

pesquisa. Em especial agradeço a Ângela Gandier e David Carvalho por todo diálogo e discussão inteligível que foram decisivos para a finalização da pesquisa.

Aos amigos e colegas de turma em que tive a honra e prazer de conviver, além de dividir as alegrias das disciplinas cursadas e a toda crueldade e sabor acadêmico que fomos submetidos. Meu muito obrigado pelos doze meses em vossa companhia: Adriano Oliveira, Alejandro Caballero, Ângela Gandier, David Carvalho, Eduarda Figueiredo, Elisângela Santos, Ermeson Nathan, Felipe Mozart, Ítalo Andrade, João Andrade, Luiz Felipe, Manoel Junior, Marcos Falcão, Nathalia Alves, Suellen Ribeiro e Victor Galvão.

Aos amigos que são a família que adotei e estão comigo na alegria, na tristeza, nos ganhos e perdas da vida: Alexandro Marcelino, Edson Gomes, Eliane Leopoldino, Gislaide Taunay, Valdi Bezerra, Leonardo Ozli, Ana Rebeca Campos, Alberto Ventura, Flavio Henrique e Antônio Cavalcanti. Meu muito obrigado por estarem junto a mim nos momentos decisivos, nas horas mais escuras e nos dias mais iluminados de minha trajetória.

À Joseilton Correia, obrigado pelos quinze anos de convivência, tolerância, paciência, compreensão, cumplicidade, carinho, amizade, respeito e cuidado. Não é fácil aturar meus devaneios, minhas loucuras, o melhor e o pior de mim. És água que mata minha sede, vinho que eterniza minha alegria e pão que sacia a fome de meu corpo e alma. Com você eu fico mais bonito, mais esperto, mais forte, mais sábio. Obrigado por ajudar a me transformar no ser que almejo ser. Obrigado por dividir comigo seus pensamentos, ideias, vontades, desejos e aflições. Obrigado pelas horas e dias devotados a mim. Obrigado por construir comigo memórias e lembranças. Obrigado por fazer da minha vida um filme, uma canção, uma poesia. Com você eu sou de titânio.

Casa-grande de São Bartolomeu, Tão antiga e tão amada, Tanta história tu guardavas, Mas hoje não mais existes. Que fizeram com a casa. Tão bonita e tão antiga, Memórias das famílias. Que um dia a possuíram? Que fizeram com a casa. Dos tempos imperiais. Num engenho colonial. Que por isso se tornou grande? Aquele antiga casa. Muita história nos contava. Mas São Bartolomeu não esperava. O que lhe aconteceu. Dos judeus e holandeses. Que ali sobreviveram. Portugueses e africanos. Escravos e senhores. Memórias tu guardavas. Quanta história tu contava? E apesar de tão amada. Te fizeram perecer. Hoje não mais existes. Mas teu nome sobrevive. Tua lembrança então persiste. Em nossos corações. Como um ícone da luta. Em defesa do passado. De um lugar abandonado. Que é Jaboatão! (James Davidson, no prelo).

RESUMO

A pesquisa tem como principal questão investigar a possibilidade de um patrimônio cultural ser considerado documento no âmbito da Ciência da Informação. Pretendeu-se refletir acerca da memória do engenho São Bartolomeu, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco a partir do agenciamento de documentos esparsos, avaliar sua importância histórica e sua inserção na cultura pernambucana apresentando as categorias e representações envolvidas em sua constituição. O universo de análise, o antigo Engenho de São Bartolomeu, não possui existência física já que foi demolido, mas permanece como fonte de informação e memória. Nesse sentido, a destruição do patrimônio edificado provoca um ato de apagamento da memória, no sentido de desaparecimento, ou seja, de perda e possível esquecimento. Esta percepção vincula-se à categoria da virtualidade que consideramos um fenômeno informacional relevante porque a tensão entre materialidade e imaterialidade ocupa a atenção de vários teóricos, tanto da Ciência da Informação como da Museologia, oferecendo fundamentos para uma melhor compreensão do problema. Trazer tal questionamento à Ciência da Informação é contribuir para a discussão de estudos sobre o patrimônio cultural no âmbito da área do conhecimento a qual indagamos. O trabalho é de natureza exploratória, com o estudo de caso de cunho documental baseado em fontes bibliográficas e documentais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, matérias jornalísticas, atas do Conselho Municipal de Cultura do Jaboatão, acervo museológico e registros fotográficos. No plano metodológico, utilizou-se o modelo ampliado de análise focado nas dimensões epistemológica, teórica, morfológica, técnica, política e ética. A pesquisa aponta para o patrimônio material como documento, fonte de informação e memória com significativa importância para a cultura e ampliação do repertório dos sujeitos. No entanto, a pergunta feita à CI permanece: para esta área do conhecimento, é possível que o patrimônio material possa ser considerado documento sendo este uma evidência física e fonte de informação e memória? Acredita-se que ainda seja necessário realizar mais pesquisas para que se possa chegar a uma resposta na perspectiva lançada. Este trabalho irá se somar a outras pesquisas no campo que buscam esta resposta e contribuir para a formação de uma massa crítica sobre o patrimônio cultural no âmbito da CI.

Palavras-chave: Documento. Patrimônio. Memória. Engenho São Bartolomeu. Ciência da Informação.

ABSTRACT

The research has as main question to investigate the possibility of a cultural heritage being considered document in the scope of Information Science. It was intended to reflect on the memory of the São Bartolomeu mill, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco from the agency of sparse documents, to evaluate its historical importance and its insertion in the Pernambuco culture presenting the categories and representations involved in its constitution. The universe of analysis, the old Mill of St. Bartholomew, has no physical existence since it was demolished, but remains as a source of information and memory. In this sense, the destruction of built heritage causes an act of erasing memory, in the sense of disappearance, that is, loss and possible forgetfulness. This perception is related to the category of virtuality that we consider a relevant informational phenomenon because the tension between materiality and immateriality occupies the attention of several theorists, both in Information Science and Museology, offering a basis for a better understanding of the problem. Bring such questioning to the Information Science is to contribute to the discussion of studies on cultural heritage within the area of knowledge that we inquire. The work is exploratory in nature, with the documentary case study based on bibliographical and documentary sources of the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN), journalistic matters, the Jaboatão Municipal Council of Culture, museum collections and photographic records. At the methodological level, the expanded model of analysis focused on the epistemological, theoretical, morphological, technical, political and ethical dimensions was used. The research points to the material heritage as a document, source of information and memory with significant importance for the culture and extension of the repertoire of the subjects. However, the question posed to CI remains: to this area of knowledge, is it possible that material heritage can be considered a document as a physical evidence and source of information and memory? It is believed that further research is needed to arrive at an answer from the perspective that has been put forward. This work will be added to other researches in the field that seek this answer and contribute to the formation of a critical mass on cultural heritage in the scope of CI.

Keywords: Document. Patrimony. Memory. Engenho São Bartolomeu. Information Science.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01- A casa-grande do São Engenho Bartolomeu em três momentos.....	17
Imagem 02 - Biblioteca, registro de Eugène Atget.....	43
Imagem 03 - Casario, registro de Eugène Atget.....	44
Imagem 04- Dimensões da pesquisa científica.....	56
Imagem 05 - Casa grande do engenho Megahype, destruída em 1928.....	68
Imagem 06 - Casa grande do engenho Salvador, sem data da destruição.....	68
Imagem 07 - Casa grande do engenho São Bartolomeu, destruída em 2010.....	69
Imagem 08 - Mapa de localização do município do Jaboatão dos Guararapes.....	72
Imagem 09 - Mapa com distribuição geográfica das regionais por bairros do Jaboatão dos Guararapes.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Quantitativo de produções científicas separadas por temas.....	28
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Agenciamentos de memória acionados.....	53
Quadro 02 - Quadro ilustrativo dos procedimentos metodológicos adotados.....	54
Quadro 03 - Processo de tombamento nas instâncias de governo acerca dos engenhos, casas-grandes e bens agregados a engenhos.....	62
Quadro 04 - Lista dos engenhos mapeados no município do Jaboatão dos Guararapes.....	65
Quadro 05 - Situação dos bens culturais de Jaboatão dos Guararapes.....	74
Quadro 06 - Leis de proteção do patrimônio histórico de Jaboatão do Guararapes.....	76
Quadro 07 - O tombamento nas esferas federal, estadual e municipal.....	79
Quadro 08 - Situação atualizada do engenho São Bartolomeu.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Ciência da Informação
CMC	Conselho Municipal de Cultura
CMPC	Conselho Municipal de Política Cultural
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FUNДАРPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GT	Grupo Temático
IAHGP	Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHJ	Instituto Histórico de Jaboatão
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Pg.	Página
PE	Pernambuco
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
SECPH	Secretaria executiva de Cultura e Patrimônio Histórico
SETCEL	Secretaria Executiva de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer
SECE	Secretaria Executiva de Cultura e Eventos
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	<i>United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO.....	23
2.1	Levantamento do estado da arte na CI com o assunto patrimônio cultural.....	26
2.2	Rediscutir o objeto/documento novo foco da memória.....	29
3	PATRIMÔNIO/ MEMÓRIA: ESQUECIMENTO/LEMBRANÇA.....	35
3.1	A edificação como meio de acesso à memória.....	42
3.2	Apagamento de Memória: por uma definição do termo.....	45
3.3	Agenciamentos da memória/esquecimento.....	49
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	54
4.1	Enquadramento Multidimensional da Pesquisa.....	55
4.2	Roteiro de Coleta de Dados.....	61
5	RESULTADOS DA PESQUISA.....	62
5.1	Levantamento quantitativo acerca das edificações dos engenhos.....	62
5.2	Pública (IPHAN, FUNDARPE, Prefeitura do Jaboatão) a comunidade de comportas e suas escolas.....	70
5.3	Tombamento/Inventário.....	78
5.4	Senhor de engenho como <i>ethos</i>.....	84
5.5	O que resta dessa memória.....	86
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS.....	99

APÊNDICE

Apêndice A - Ações da Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes voltadas para a preservação do patrimônio histórico. (FESTA DA MANGA 2010)	104
Apêndice B – Exposição sobre o engenho São Bartolomeu na Festa da Manga edição de 2010, Organizada por Eulina Maciel e Coordenação de Patrimônio Histórico.	105
Apêndice C - Capa do Diário de Pernambuco de 14 de abril de 2010	106
Apêndice D - Jornal Diário de Pernambuco de 14 de abril de 2010, Nº 104, Vida Urbana C5	107
Apêndice E - Jornal Diário de Pernambuco de 14 de abril de 2010, Nº 104, Vida Urbana C5	108
Apêndice F - Jornal Gazeta Nossa ano IV - Edição Nº 76, Especial -1 Jaboatão 417 anos um pé no passado, outro no futuro – primeira quinzena de maio de 2010, Pag. 5	109
Apêndice G - Jornal Gazeta Nossa ano VI - Edição especial Nº 133 – 01 a 10 de maio de 2012, Pag. 4, em comemoração aos 419 anos de Jaboatão dos Guararapes	110
Apêndice H - Imagens da destruição	111
Apêndice I -Produção científica das edições dos ENANCIBs de que traz o tema patrimônio a partir do GT- Debates sobre Museologia e Patrimônio e GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação. De 2007 a 2016	113

ANEXOS

Anexo A - Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu	116
Anexo B - Mapa de Localização dos Engenhos	129
Anexo C - Casa Grande do Engenho São Bartolomeu	130
Anexo D – Foto de morador do engenho São Bartolomeu	131
Anexo E – Móvel da casa grande doado a moradora do engenho São Bartolomeu antes da destruição	132
Anexo F – O Engenho São Bartolomeu I	133
Anexo G – O Engenho São Bartolomeu II	134
Anexo H – O Engenho São Bartolomeu III	135
Anexo I – Donos do Engenho São Bartolomeu em 1909	136
Anexo J – Jornal Gazeta Nossa Edição 73 segunda quinzena de março pág. 3	137
Anexo K – Jornais do acervo da Biblioteca Almeida Cunha - Superintendência do IPHAN em Pernambuco	138
Anexo L - Objetos achados nas terras Engenho São Bartolomeu	142
Anexo M - O engenho antes e depois	143
Anexo N – Tramitação do processo sobre a demolição da casa grande do Engenho São Bartolomeu em 2015 e 2017	144
Anexo O – Livros dedicados a memória do Engenho São Bartolomeu	145
Anexo P – Cartilha de Educação Patrimonial do Jaboatão dos Guararapes	146
Anexo Q – Imagens da visita Técnica da Setecel ao engenho São Bartolomeu em 2018	147
Anexo R - Texto integral da matéria Patrimônio secular no chão	148
Anexo S - Texto originalmente extraído do Jornal A Província datado de 17 de setembro de 1928	150
Anexo T - Lei nº 399 de 12 de maio de 2010	151
Anexo U - Lei nº 399 de 12 de maio de 2010	156

1 INTRODUÇÃO

É preciso freiar o martelo que mutila a face do país. Uma lei bastaria. Que seja feita. Quaisquer que sejam os direitos de propriedade, a destruição de um edifício histórico e monumental não deve ser permitida a esses ignóbeis especuladores cujos interesses cegam diante da honra; miseráveis homens, e tão imbecis que sequer compreendem que são bárbaros! Há duas coisas em um edifício: seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietário, sua beleza a todo mundo, a vós, a mim, a todos nós. Logo, destruí-lo é ultrapassar seu direito.

Victor Hugo.

Imagem 01- A CASA-GRANDE DO SÃO ENGENHO BARTOLOMEU EM TRÊS MOMENTOS



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A motivação em realizar esta pesquisa, se deu a partir da inserção no estágio acadêmico na Coordenação de Patrimônio Histórico da Secretaria Executiva de Cultura e Eventos - SECE na Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes, em 2010. Onde foram desenvolvidas atividades voltadas à valorização do patrimônio cultural do município, por meio da realização de mapeamento da cultura local, levantamento bens culturais materiais e imateriais, pesquisa sobre a memória histórica municipal, além de atuar nas ações sensibilizadoras como mediador cultural utilizando a metodologia da educação patrimonial enquanto estratégia de levar informação sobre o patrimônio cultural a população, bem como buscar suscitar nos sujeitos o sentimento de pertencimento, reconhecimento, enaltecimento, e apreciação, sobretudo dos edifícios históricos que a cidade de Jaboatão possui. Como estagiário do setor de preservação e proteção do patrimônio histórico e cultural, surgiu à oportunidade de conhecer o Engenho São Bartolomeu¹ e suas edificações memoriosas, neste local executei ações educativas com a

¹ Fundado no final do século XVI, pertenceu judeu Fernão do Vale, na época da invasão holandesa. Foi criado no engenho por Rita de Paula Souza Leão o Bolo São Bartolomeu e o Souza Leão, iguaria bastante apreciada pelo imperador Dom Pedro II e sua mulher, Teresa Cristina, em viagem a Pernambuco O engenho foi morada de judeus. Proprietária e moradora Francisca Xavier Cavalcanti comprou o engenho em 1831, trabalhavam na época 34 escravos. Proprietário e morador João Lopes de Siqueira Santos, filho de João Lopes de Siqueira Santos e de Benvinda Arruda de Siqueira Santos. Proprietário e morador Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti filho de Antônio Luiz Bezerra da Silva e de Rita Francisca Xavier Cavalcanti. Casado com Rita de Paula Souza Leão, filha de Antônio de Paula Leão e de Tereza B. V. Cavalcanti. Augusto de Castro comprou o engenho São Bartolomeu, em 1900. Em 2010, o usineiro João Lopes, mandou demolir a casa grande do engenho. Ver, Blog Engenhos de Pernambuco autora Maria de Lourdes Neves Baptista Rodrigues. <<http://engenhosdepernambuco.blogspot.com.br/>>.

comunidade local. E para minha surpresa e toda a secretaria de cultura, tomamos conhecimento de mais um crime contra o patrimônio e a memória da cidade de Jaboatão.

A destruição da casa grande² do Engenho São Bartolomeu foi conhecida pela população pernambucana após divulgação em um dos principais jornais de grande circulação no Estado que trouxeram as seguintes matérias: História do estado vira pó³, Patrimônio secular no chão⁴ e Um passado muito rico em histórias⁵. A demolição da casa grande pelo seu proprietário ganhou destaque e chamou a atenção dos órgãos e departamentos de preservação do patrimônio cultural em Pernambuco, como também, acadêmicos e sociedade. Sobre a destruição da casa do engenho, destaca-se a notícia.

Um tesouro da história e cultura de Pernambuco, a casa grande do Engenho São Bartolomeu, construída em 1636, em Jaboatão dos Guararapes, foi inteiramente destruída pelo seu atual proprietário no último domingo, não por acaso, o dia em que o Diário de Pernambuco fez a reportagem sobre o interesse da prefeitura em tomar o local. Tarde demais. Não resta uma só parede no lugar onde serão erguidos galpões. (Diário de Pernambuco. História do estado vira pó. Nº 104. 14 de abril de 2010).

Após isso, a decisão por aprimorar a formação, ingressando no mestrado do Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, o impulso maior foi, respeitosamente, indagar à área da CI a seguinte pergunta: é possível que o patrimônio material possa ser considerado documento sendo este uma evidência física e fonte de informação e memória?

Propõe-se, diante do exposto que esta pesquisa seja uma contribuição para a formação de estudos sobre o patrimônio cultural no âmbito da CI.

Porém, o estatuto de documento, objetivo do nosso pleito, é dirigido ao Engenho São Bartolomeu, patrimônio que não tem mais uma existência física, mas está representado em fotografias, matérias de jornal, inventário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e outros registros esparsos. Nesse sentido, nosso objeto de pesquisa também está estreitamente relacionado ao ato de apagamento de memória. Esta, como sabemos, é decorrente de uma prática corriqueira no Brasil onde é possível enumerar

²Ver Anexo R - Texto integral da matéria Patrimônio secular no chão. Fonte <<http://acertodecontas.blog.br/economia/patrimonio-secular-no-chao/>>.

³ Apêndice B – Capa do **Diário de Pernambuco** de 14 de abril de 2010, Nº 104. História do estado vira pó.

⁴ Apêndice C – Jornal **Diário de Pernambuco** de 14 de abril de 2010, Nº 104, Vida Urbana C5. Patrimônio secular no chão.

⁵ Apêndice D – Jornal **Diário de Pernambuco** de 14 de abril de 2010, Nº 104, Vida Urbana C5. Um passado muito rico em histórias.

vários patrimônios que foram destruídos pelo descaso do poder público somado à indiferença de organizações privadas e da população. A questão do apagamento da memória é algo novo na CI.

No caso brasileiro, há relatos históricos de diversos casos de destruição do patrimônio construído, dentre os quais destacamos o Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, demolido no ano de 1976; em Pernambuco assinalamos a destruição da Igreja do Paraíso, ocorrida em 1944, e da Igreja dos Martírios em 1973, de acordo com Cantarelli (2014, p. 29). No início do século XX também foram destruídos os arcos do Bom Jesus e da Conceição, a Igreja do Corpo Santo, considerados símbolos de um passado colonial atrasado, vinculado ao período colonial e à Monarquia. Entendemos que a destruição destas edificações foram justificadas por concepções equivocadas de uma suposta modernidade com vistas ao desenvolvimento urbano e higienização das cidades, sobretudo pautada com base no princípio da tábula rasa, que mutilou e destruiu diversos monumentos históricos. (SANTANA. 2012, p. 9).

No amplo histórico de destruição de monumentos representativos da memória e da cultura destacamos a destruição da casa-grande do Engenho Megaype⁶ em 1928, no mesmo ano em que foi criada a Inspeção de Monumentos Históricos de Pernambuco, conforme Gomes (2006, p. 137) e Cantarelli (2014, p. 99). Há relatos de que tal destruição fora motivada pelo fato de que estava em andamento o inventário da edificação pela inspeção pernambucana com fins de tombamento. Diante disso, seu proprietário, senhor João Lopes de Siqueira Campos, mandou dinamitar a edificação.

É emblemático o caso do Engenho Megaype, pois este muito se assemelha ao caso do Engenho São Bartolomeu já que ambos são do mesmo município e tiveram sua casa-grande destruída por seus proprietários por motivos semelhantes.

Compreender o processo de destruição da memória personificada na legitimação do patrimônio cultural nos conduziu aos fatos históricos da memória pernambucana, já que herdamos dos colonizadores portugueses a prática de destruir para se fazer esquecer. Assim emerge acontecimentos históricos como as Batalha dos Guararapes, responsável pela expulsão dos holandeses e a retomada do governo português. Ao ter novamente o poder sobre Pernambuco, o colonizador português iniciou uma série de destruição das construções de monumentos feitos pelos holandeses. Este ato de destruição desencadeou o apagamento

⁶ Ver Anexo S - Texto originalmente extraído do Jornal A Província datado de 17 de setembro de 1928.

da memória do período holandês no Estado, assim foram destruídos palácios, monumentos e o casario típico da tradição flamenca.

No Brasil, a construção do patrimônio brasileiro foi forjada na concepção de uma arquitetura que levasse em consideração os aspectos estéticos, históricos e memoráveis incorporados aos monumentos e edificações, sendo este legado a pedra fundamental para dar início ao desejo de instituição de uma identidade tipicamente brasileira, calcada fundamentalmente no patrimônio de natureza material.

Do ponto de vista metodológico, o conceito de informação-como-coisa, Buckland (1991), mostra-se necessário para estabelecermos a relação de patrimônio edificado enquanto documento e com isso tratá-lo como fonte de informação no âmbito da CI. Para analisar o patrimônio material nesta perspectiva, foi preciso analisar todo o contexto que permeia a legitimação de alguma coisa, ou melhor, algo em patrimônio, no caso em questão a edificação. Sendo assim, entende-se que o patrimônio edificado – enquanto fonte de informação – concentra em si e, ainda, por meio da documentação produzida sobre ele à possibilidade de transmitir e recuperar a informação e/ou informações acerca de sua memória. Para a formulação da pesquisa também buscamos apresentar o patrimônio material como um documento sob a ótica de Paul Otlet (1934) e Briet (2016), que ampliam a concepção sobre documento postulando o objeto material como documento, contribuindo assim para um alargamento e compreensão deste conceito, dilatação que também ocorre com o conceito de patrimônio.

A esta altura da nossa exposição, interessa discorrer sobre as hipóteses, o delineamento do problema, os objetivos (geral e específicos) e a estrutura da pesquisa.

Sob as hipóteses da investigação, pretende-se encontrar a pertinência de algumas hipóteses propostas para discutirmos se o conceito de documento, no âmbito da Ciência da Informação, pode ser aplicado ao patrimônio edificado e adicionalmente o engenho São Bartolomeu como Patrimônio material mesmo após a sua demolição. Apresenta-se também que o objeto desta pesquisa – o engenho São Bartolomeu – não existe mais porque houve a demolição não só da casa-grande como de outras edificações que integravam o conjunto arquitetônico do antigo engenho colonial.

As características do problema são a análise de duas inscrições distintas do objeto de pesquisa: um possível “documento” dotado simultaneamente de materialidade e de imaterialidade. O aspecto material diz respeito ao acervo de fotografias organizado pelo IPHAN e a proposta de conservação e tombamento do engenho (feito por este órgão federal), além do caráter de o engenho fazer parte da memória do ciclo da cana-de-açúcar

de Pernambuco. O patrimônio na condição de materialidade poderia conquistar o estatuto de documento, ao pago do patrimônio inexistente é um ente problemático para conquistar esse estatuto.

Contribuir para a discussão sobre o patrimônio material, o engenho São Bartolomeu, no âmbito da área da Ciência da Informação é uma das principais justificativas que apresentamos para justificar a realização desse projeto de mestrado. Pretende-se indagar, respeitosamente, se a CI pode dar respostas à nossa pergunta, a saber, se o estatuto de documento pode ser dado a um patrimônio cultural, um objeto que, além de intruso não possui existência física. Porém, registros atestam que esta edificação se inclui no conjunto de engenhos coloniais do ciclo da cana de açúcar representativos do período colonial em Pernambuco: são documentos do inventário feito pelo IPHAN, matérias de jornal fotografias e outros registros esparsos.

Contudo, mais relevante do que estes aspectos instrumentais é a potência evocativa de um passado que se deseja rememorar e a sua capacidade de representação de um povo. Sendo o patrimônio cultural assunto de interesse das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, este objeto de estudo vem ganhando destaque nas produções científicas, estudado pela Sociologia, Antropologia, História, Museologia, Arquitetura, Turismo e também pela Ciência da Informação.

A pesquisa lança seu propósito a partir dos objetivos geral e específico, sendo assim o objetivo geral é refletir acerca da memória do engenho São Bartolomeu, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco.

Quanto aos objetivos específicos: Descrever e relacionar toda informação coletada, Discorrer sobre os conceitos de memória, apagamento, construção do patrimônio em questão e por fim, Discutir sobre o conceito de documento usando como parâmetro as noções de material e imaterial.

Quanto à estrutura da pesquisa no plano metodológico trata-se de uma investigação exploratória, assim nos serviremos do modelo ampliado de análise dimensional de Bufrem (2013) focado nas dimensões epistemológica, teórica, morfológica, técnica, política e ética, método desenvolvido a partir do modelo quadripolar de (BRUYNE; HERMAN, SCHOUTHEETE, 1977), assumindo a forma de estudo de caso, de cunho documental por meio da pesquisa bibliográfica. É também uma pesquisa que objetiva encontrar resultados explicativos em conformidade com a tradição de ciência aplicada da Ciência da Informação.

A divisão dos capítulos ficou assim estruturada: No capítulo inicial, já introduzido parcialmente, foram apresentados o principal tema e a questão da pesquisa, as hipóteses, o delineamento do problema, os objetivos geral e objetivos específicos e, por fim, a estrutura dos capítulos.

O segundo capítulo apresenta a informação como fenômeno, sendo assim pretendeu-se construir um argumento com a CI, bem como os agenciamentos de memória acionados pela pesquisa. Adicionalmente constitui-se as seções: Levantamento do estado da arte na CI com o assunto patrimônio cultural e Rediscutir o objeto/documento novo foco da memória nesta seção a discussão recai sobre o patrimônio cultural de natureza material enquanto evidência física e documento destacando-se, o conceito de documentalidade inaugurado por Bernd Frohmann (2009) a partir da Conferência Comunicação materializada e retórica: tecnologias, infraestruturas, fluxos, áudio, A documentalidade do Antflope da Madame Briet, realizada na Universidade da Carolina do Norte disponibilizada, e as contribuições de Paul Otlet (1934) e Suzanne Briet (2016) a cerca da ampliação do conceito de documento, entre outros desdobramentos, e, por sua vez estes como um novo foco da memória.

O terceiro capítulo trata do tema memória/patrimônio: esquecimento/lembança que trouxe a delimitação dos seguintes conceitos: memória, patrimônio, esquecimento e lembrança, sobretudo a partir da ótica da CI. O capítulo ainda conta com as subseções: a) edificação como meio de acesso à memória, b) apagamento de Memória: por uma definição do termo e c) Agenciamentos da memória/esquecimento.

O quarto capítulo dedica-se ao desenho metodológico construído para a pesquisa, contendo as subseções: a) Enquadramento Multidimensional da Pesquisa, b) Roteiro de Coleta de Dados, c) Levantamento Quantitativo Acerca das Edificações dos Engenhos, d) O que resta dessa Memória e, finalmente, e) Dificuldades encontradas, em que foram esmiuçados a totalidade dos procedimentos da pesquisa.

O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa. Nas subseções que integram este capítulo, discorreu-se sobre os seguintes tópicos: a) Levantamento quantitativo acerca das edificações dos engenhos, b) Pública (IPHAN, FUNDARPE, Prefeitura do Jaboaão) a comunidade de comportas e suas escolas, c) Tombamento/Inventário, d) Senhor de engenho como *ethos*, e e) O que resta dessa memória.

Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as conclusões sobre a reflexão acerca da memória do engenho São Bartolomeu por meio do seu agenciamento memorialístico contido em espaços públicos em acervos privados, bem como documentos esparsos sobre o bem em questão. Apresenta-se também o posicionamento diante do exame

a que a pesquisa se propôs a cumprir. Situa-se, ainda as reflexões diante das conjecturas quanto a postulação acerca do patrimônio edificado uma outra forma documento e o apagamento de memória enquanto categoria ou modalidade do esquecimento.

2 INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO

A Ciência da Informação é certamente o campo do saber que mais contribuiu para o ordenamento, organização e representação do conhecimento humano ao longo do tempo histórico. Talvez esta seja a principal razão do trabalho bibliotecário ser milenar, remontando aos primórdios da civilização ocidental da qual somos herdeiros. A Ciência da Informação é também a área que mantém vínculos estreitos com a Arquivologia e a Museologia. Filiados à Museologia, o Museu e o Patrimônio interessam de perto à pergunta que estou fazendo à Ciência da Informação nesta dissertação.

É preciso realçar que os bens culturais são bens simbólicos, dentre as representações que significam e têm sentido para as sociedades, o patrimônio cultural integra e faz parte da circulação da informação como fenômeno social capaz de modificar os sujeitos. Uma das tarefas da educação patrimonial é propiciar o acesso à informação sobre o patrimônio cultural no sentido de sensibilizar os indivíduos para o valor e a importância da preservação. O bem ou patrimônio cultural, seja material ou imaterial, possui significados que passam a ser importantes para os membros de qualquer sociedade quando são investidos de sentimentos que os fazem aceitos e reconhecidos como elementos identitários. Um exemplo bastante ilustrativo dessa relação foi o reconhecimento do frevo como patrimônio imaterial de Pernambuco. Antes do reconhecimento oficial, o povo pernambucano já se reconhecia na dança secular e mantinha com este folguedo do carnaval uma relação de alegria e amor. Assim também aconteceu com o bolo de Souza Leão que foi criado justamente no engenho São Bartolomeu.

No entanto, quando falamos em patrimônio edificado, a situação é outra, pois no Brasil não existiu uma política eficiente de valorização e preservação dos prédios, conjuntos arquitetônicos e casarios. Se ainda existissem, seriam representativos de várias escolas arquitetônicas que fizeram parte dos projetos urbanísticos aqui desenvolvidos. Nas megalópoles brasileiras o que houve foi à demolição de prédios históricos e a descaracterização de conjuntos arquitetônicos. Como exemplo do descaso, lembramos da Praça da Cinelândia, da Rua do Ouvidor e do Palácio Monroe (que abrigou o Senado da ex-

capital brasileira), todos localizados no centro da cidade do Rio de Janeiro. O Palácio Monroe foi demolido para, inicialmente, dar lugar a um estacionamento.

Porém, a destruição dos patrimônios não significa, no contexto atual da Nova Museologia, que os prédios não mais existentes materialmente não possam “ressuscitar” virtualmente no espaço cibernético que pode impulsionar a circulação de informação como fenômeno que abala e desloca o conceito tradicional de museu. Estes espaços auto denominados “Museus Virtuais” estão divididos nas seguintes categorias técnico-conceituais: “1) Museu Virtual Original Digital (modelo desterritorializado existindo apenas na representação da WEB); 2) Museu Virtual Conversão Digital (modelo que reproduz na WEB tanto o museu como a coleção material); 3) Museu Virtual Composição Mista (modelo criado e existente só na WEB cuja coleção é formada por objetos que existem no mundo físico)”. (LIMA, 2009, p. 44).

Dessa forma, esses novos espaços musealizados instauram a informação como fenômeno social que vem ao encontro do nosso objeto de pensar as tensões entre a preservação e o apagamento da memória em torno de um patrimônio cultural no âmbito da Ciência da Informação. Seguindo nesta direção, a pergunta que fazemos à Ciência da Informação é: até que ponto procede à afirmação de Tefco Saracevic de que:

Os problemas mundiais de informação não estão de modo algum diminuindo, mas se alterando alguns deles colocam muitos desafios e questões para a Ciência da Informação, para sua pesquisa, prática profissional e educação. Certamente a CI não é o único campo atingido pelos problemas da informação. Não tem o monopólio sobre eles, como nenhum outro campo tem. Assim a questão sobre a competição não é uma questão. (SARACEVIC, 1995, p. 41).

Para um melhor entendimento das correlações entre informação e cultura, no sentido aqui proposto, vem da afirmação de Paul Otlet de que o documento é suporte da informação, mas também é portador de memória. Contudo, uma das melhores contribuições sobre este tema é dada por Buckland. Para o teórico, como sabemos, um documento é algo que nos ensina ou informa sobre alguma coisa. Buckland assinala a ambiguidade do termo “informação” usado em diferentes sentidos e propõe um enfoque pragmático da questão, identificando três principais usos para a informação: informação-como-processo, informação-como-conhecimento e informação-como-coisa.

O autor também propõe os seguintes tipos de informação: *Dados* são registros geralmente armazenados em computador; *Textos e documentos* são artigos, cartas, livros,

periódicos, documentos, manuscritos registrados em papel, microfilme ou em formato eletrônico e, finalmente, *objetos* são todo e qualquer objeto com potencial informativo.

Todas essas contribuições sob nosso ponto de vista, respondem mesmo que seja parcialmente a nossa pergunta feita à Ciência da Informação.

A informação no âmbito da CI segundo Armando Malheiro (2006) é interdisciplinar e tem uma dupla funcionalidade semântica, pois se refere a um enquadramento de fenômeno e outro social que compreende tanto o dar forma a ideias e as emoções (informar), como a troca, a efetiva interação dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar).

Ao pensarmos na informação como fenômeno, considera-se primordialmente a relação que esta estabelece com os sujeitos, ou seja, com os seres humanos, outro ponto que deve ser destacado é o interesse científico que a informação emerge. Assim corroborando com Malheiro (2006), entende-se que em CI estão implícitas ambas as relações ou como o autor diz, acepções. A informação e a comunicação compõe a condição humana e, por conseguinte possibilita e amplia a interação, pensar o patrimônio como elemento de informação é compreender que por meio deste é possível tecer uma relação de mediação utilizando os bens culturais como ferramenta para ampliação do conhecimento e de repertório dos sujeitos.

Mediante as ideias postulados pelo marco teórico tratado neste capítulo julga-se necessário expor que os fenômenos sociais tanto podem ser benéficos ao coletivo como pode ser danoso. Se no contexto benéfico afirma-se a veiculação da informação sobre os bens culturais patrimonializados ou não, por outro lado à destruição, o descaso, a ausência de políticas públicas de preservação e a ausência de fomento voltadas a valorização do patrimônio cultural é sem dúvida alguma nociva para a cultura. No entanto, o que chama a atenção baseado no caso concreto em que a pesquisa se dedicou é que a destruição da casa grande, enquanto fenômeno social destacou do engenho São Bartolomeu muito mais do que o seu próprio valor cultural, ou seja, a memória da destruição da secular casa grande passou a dominar o cenário e tornou-se mais veiculada do que a memória histórica do local. Esta realidade que emerge uma fenomenologia muito própria do ser humano e da vida em sociedade, mesmo pareça inquietante revela um comportamento social, assim como acontece com as grandes tragédias o caso do engenho São Bartolomeu não foi diferente este fato conduz a uma outra questão se não tivesse ocorrido a mencionada destruição o engenho teria atenção e destaque por conta somente de seu valor histórico e cultural? Esse apagamento de memória por mais que danoso oportuniza repensar e refletir a gestão dos

bens culturais e o seu real valor para a sociedade? Acreditamos que sim. A perda de algo significativo para a cultura não é nada valoroso, porém diante de sua perda surge o alerta de atenção para aquilo que estava esquecido mesmo diante de sua existência física.

2.1 Levantamento do estado da arte na CI com o assunto patrimônio cultural

Na busca por localizar a presença da temática voltada ao patrimônio cultural, no domínio da CI, tomou-se como início de estratégia realizar um levantamento do estado da arte na CI com o assunto patrimônio cultural com o propósito de justificar a importância desta pesquisa no âmbito dessa ciência. Tomou-se como ponto de partida a análise da produção científica do GT “Debates sobre Museologia e Patrimônio” criado em 2007 e também o GT “Museologia, Patrimônio e Informação”, que surgiu em 2009, substituindo o GT anterior.

O contexto preliminar para criação do GT 9 ocorreu durante o VIII ENANCIB (Salvador/BA) quando participantes do **GT - Debates em Museologia e Patrimônios** e reuniram em torno de um interesse comum: estabelecer a interface entre Museologia e Ciência da Informação. Desse modo, buscou-se o caminho para a criação de um grupo de trabalho dedicado ao tema. Em 2008, por ocasião da Assembleia Geral da ANCIB, durante o IX ENANCIB (São Paulo/SP), foi oficializada a criação do **GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação**. No ano seguinte, 2009 o **GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação** iniciou suas atividades no X ENANCIB (João Pessoa/PB) e, desde então, vem atuando com o compromisso de congregar e disseminar, anualmente, as pesquisas de docentes e de estudantes de pós-graduação que contemplem a pesquisa sobre três temas basilares: os museus nas suas variadas representações, o patrimônio nas diversas manifestações da materialidade e intangibilidade e a presença do fenômeno social informação.

Desta forma, foram analisadas as comunicações aprovadas, apresentadas e publicadas nas edições dos ENANCIBs dos respectivos anos: **2007, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016**; efetivando o mapeamento da produção científica sobre patrimônio cultural na Ciência da Informação e sua contribuição para o referido tema. Com base na identificação dos enunciados dos títulos e das palavras-chave realizou-se também a leitura de todos os resumos para uma seleção mais apurada, visto que tal atividade proporcionaria maior amplitude da perspectiva de cada texto e sua abordagem ao tema específico.

Diante da realização do levantamento de dados e informações, a pesquisa apontou como resultados que no VIII ENANCIB realizado em 2007 que foi aberto o diálogo com o tema patrimônio por meio do **GT Debates em Museologia e Patrimônio**, dezessete publicações foram apresentadas com o surgimento efetivo do **GT 9 - Museologia, Patrimônio e Informação** iniciado no X ENANCIB (2009), foram apresentados quinze trabalhos que se debruçaram sobre o tema museu e patrimônio intercalado com a informação principal objeto de pesquisa da CI, no XI ENANCIB (2010) foram apresentados doze trabalhos; No XII ENANCIB (2011) dezessete trabalhos; No XIII (2012) vinte e duas pesquisas; No XIV (2013) foram apresentados dezenove trabalhos; No XV ENANCIB (2014) vinte e três pesquisas; No XVI ENANCIB (2015) foram vinte e duas pesquisas; e por fim no XVII ENANCIB (2016) foram apresentados vinte trabalhos. Perfazendo um total de 167 trabalhos apresentados GT9 até o momento.

No universo da produção científica entende-se que todo campo do saber deve construir e consolidar seu domínio, delimitando e delineando a circunscrição do seu objeto e campo de pesquisa, dessa forma considerando a característica dinâmica da informação e sua complexidade, este objeto estudado pela CI liga-se a outros temas e assuntos dando a esta corrente científica a possibilidade de assimilar uma variedade de temas para a devida investigação e ampliação de seu universo de pesquisa.

Evidencia-se que por se tratar de temas como memória, representação social e cultura, a CI vincula-se diretamente ao tema patrimônio, sobretudo pelas contribuições do arcabouço teórico e técnico da Museologia. Com os resultados encontrados pode-se afirmar que a exploração do tema patrimônio tem crescido ao longo dos anos dentro do universo da CI. Entretanto, não foi possível localizar pesquisa alguma que aborde a questão da destruição do patrimônio cultural de natureza material, tampouco a partir a perspectiva a qual esta pesquisa se propõe analisar. Desta forma esta pesquisa pretende contribuir com a maximização da literatura acerca do assunto proposto.

No contexto pessoal, a realização da pesquisa enfocada na construção da memória do Engenho São Bartolomeu em função da destruição de sua casa-grande, pode ser vislumbrada como uma oportunidade de contribuir para a formação de uma massa crítica sobre o tema do patrimônio na CI, além de despertar o interesse dos pesquisadores para a problematização, questionamento e revisões sobre o patrimônio cultural e sua inserção em várias dimensões sociais, sob a orientação das teses e teorias estabelecidas na CI.

Tabela 01 - QUANTITATIVO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SEPARADAS POR TEMAS

Períodos	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total por tema
Museu e Museologia	11	7	11	11	17	16	23	19	15	130
Patrimônio	3	6	1	3	4	2	0	3	4	26
Outros assuntos relacionados ao GT	3	2	0	3	1	1	0	0	1	11
Total de pesquisas por período	17	15	12	17	22	19	23	22	20	
Total de pesquisas de 2007 a 2016	167									

Fonte: elaborado pelo autor (2017), com base em dados coletados.

Quanto a Tabela 01 - Quantitativo de Produções Científicas Separadas por Temas, em que se apresentaram os temas e o quantitativo de produções nas edições do ENANCIBs de 2007 a 2016, salientamos que não foi localizada nenhuma produção científica que tenha se dedicado exclusivamente a destruição do patrimônio material. Esta verificação reforça a justificativa desta pesquisa e também sua pertinência para a CI. Entretanto, evidenciam-se os trabalhos de Willian Eduardo Righini de Souza e Giulia Crippa: O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação (2009), O campo da ciência da informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área (2010), A materialidade do patrimônio intangível (2015). Giulia Crippa, O patrimônio cultural a cidade como documento *in* Ciência da informação e documentação (2011), e por fim, a tese de doutoramento de Rodrigo Rabello, A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da informação (2009).

2.2 Rediscutir o objeto/documento novo foco da memória

O dado relevante para localizar e fundamentar o problema provém do próprio conceito científico de documento que é do domínio da Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Library and Information Science/LIS*) e se ocupa da “descrição documental, indexação e classificação, bases de dados documentais, arquivos, registros de memória, especialistas da informação, especialistas de assunto, bem como a linguagem de computador” (HJORLAND, 2008, p. 3). Nesse sentido, como afirma Cristina Ortega, “a fundação e consolidação da Documentação indica o objeto construído histórica e conceitualmente” (ORTEGA, 2007, p. 1).

Está envolvido no problema o fato de não existir uma pretensa objetividade do documento, nem este nasce com o estatuto de documento por si mesmo. O documento não é entendido em sua materialidade de suporte ou de formato determinado, mas como registros do conhecimento. Estes são dotados de um “status de evidência”. Para Briet, o documento “é uma base de conhecimento materialmente capaz de ser utilizado para a consulta, o estudo ou a prova”. (GUGLIOTTA, 2017, p. 324). Sendo assim, mediante a conceituação de um objeto concreto ou simbólico, qualquer ser – uma estrela, um inseto, uma rocha, um antílope – pode ser transformado em documento. No curioso caso do antílope, basta o animal ser transferido da savana africana para um zoológico qualquer para que se institua como documento, ou seja, “o objeto é transferido de contexto – recontextualizado – sofre a *migração* para se tornar *evidência* de algo. É nesta “outra espacialidade” que o objeto se tornaria documento em razão do processo de indexicalidade”. (SALDANHA, 2012, p. 21).

Sobre as origens do problema, estas remontam as ações pioneiras de vários teóricos que refletiram sobre o conceito de documento, tais como Paul Otlet, Suzanne Briet e Bernd Frohmann (entre outros) que propiciaram a emergência de uma corrente teórica chamada de neodocumentalismo. Por um lado, estes teóricos ampliaram o conceito de documento aplicando-o a objetos não abarcados pela convenção documentária. Por outro, lançaram uma nova luz sobre o documento convencional, seja partindo de uma postura original e hermenêutica como Briet, seja pela valorização das práticas biblioteconômicas e documentais sob a perspectiva da circulação de enunciados do historiador Michel Foucault, como fez Frohmann. Paul Otlet é o nome de ponta da Documentação, autor do *Traité de la Documentation* que considerou como documentos “não somente livros e manuscritos, mas também arquivos, mapas, esquemas, ideogramas, diagramas, desenhos e reprodução dos

mesmos, fotografias de objetos reais, entre outros”. (OTLET, 1903, apud WOLEDGE, 1983, p. 270-271). Herdeira do pensamento de Otlet e autora do texto *Qu'est que ce la documentation?*, Suzanne Briet dilata o conceito de documento quando afirma que qualquer objeto – até mesmo um ser vivo – pode ser considerado um documento desde que seja tratado como tal dentro do contexto no qual esteja inserido. Briet assume uma posição notadamente hermenêutica, ampliando o conceito de documento elaborado pelo ideal universalista de Paul Otlet.

Quanto às soluções possíveis e/ou preferíveis, objetiva-se encontrar a pertinência dos dados e das especificidades que foram delimitadas no corpus deste projeto nosso intuito é, como já foi mencionado, provocar uma discussão produtiva para as indagações feitas à Ciência da Informação.

Na intenção de investigar se o conceito de documento, no âmbito da Ciência da Informação, pode ser aplicado ao patrimônio material, esta seção apresenta o engenho, uma edificação, como objeto central da análise. Salienta-se que o patrimônio material objeto dessa pesquisa não mais existe em decorrência da demolição, tanto da casa-grande quanto de outras edificações que integravam o conjunto arquitetônico do antigo engenho colonial.

Lida-se com duas perspectivas distintas do objeto, compreendendo um possível “documento” dotado simultaneamente de imaterialidade e de materialidade. Acerca da imaterialidade ou imaterial, esta “não é a ausência de uma relação de contato sensível, ou seja, a informação não é subjetiva ou imaterial pelo fato de não estar fisicamente presente”. (SALDANHA, 2012, p. 23).

Quanto ao aspecto material diz respeito ao acervo documental iconográfico organizado pelo IPHAN e à proposta de conservação e tombamento do engenho (também do IPHAN), configurando também em documentos referentes à memória do Ciclo da Cana-de-Açúcar de Pernambuco. Sobretudo, permitindo compreender, de igual modo, material e documental, a condição de documento à construção arquitetônica, visto que seja passível de catalogação e indexação, bem como pela função social que serve tanto para o exercício cultural, quanto para a apreensão das informações temáticas e descritivas de ordem documental. Ademais, a estrutura em si funciona como “coisa informativa” concebida em época remota (BUCKLAND, 1991). Neste sentido, a materialidade poderia conquistar o estatuto de documento, não bibliográfico, como fonte de informação documental primária.

Estima-se que esta linha de reflexão seja o ponto de partida de uma discussão que tem preocupado alguns teóricos da Ciência da Informação, tais como Paul Otlet, Suzanne Briet e Bernd Frohmann, que refletiram sobre a ampliação do conceito.

Importa saber que o conceito científico de documento da Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Library and Information Science/LIS*) versa sobre a “descrição documental, indexação e classificação, bases de dados documentais, arquivos, registros de memória, especialistas da informação, especialistas de assunto, bem como a linguagem de computador”. (HJORLAND, 2008, p. 3). Nesse sentido, “a fundação e consolidação da Documentação indica o objeto construído histórica e conceitualmente”. (ORTEGA, 2007, p. 1).

Para esta discussão interessa dialogar com a corrente teórica neodocumental de Paul Otlet, Suzanne Briet e Bernd Frohmann (entre outros) que propiciaram a emergência de uma corrente teórica chamada de neodocumentalismo. Por um lado, estes teóricos ampliaram o conceito de documento aplicando-o a objetos não abarcados pela convenção documentária. Por outro, lançaram uma nova luz sobre o documento convencional, seja partindo de uma postura original e hermenêutica como Briet, seja pela valorização das práticas biblioteconômicas e documentais sob a perspectiva da circulação de enunciados do historiador Michel Foucault, como fez Frohmann.

Paul Otlet, precursor dos estudos da Documentação, foi autor do *Traité de la Documentation* que considerou como documentos “não somente livros e manuscritos, mas também arquivos, mapas, esquemas, ideogramas, diagramas, desenhos e reprodução dos mesmos, fotografias de objetos reais, entre outros”. (OTLET, 1903, apud WOLEDGE, 1983, p. 270-271).

Seguindo a mesma corrente de pensamento a autora do texto *Qu'est que ce la documentation?*, Suzanne Briet dilatou o conceito de documento quando afirmando que qualquer objeto – até mesmo um ser vivo – pode ser considerado um documento desde que seja tratado como tal dentro do contexto no qual esteja inserido. Briet assume uma posição notadamente hermenêutica, ampliando o conceito de documento elaborado pelo ideal universalista de Paul Otlet.

Para a documentalista francesa, não existe uma pretensa objetividade do documento, nem este nasce com o estatuto de documento por si mesmo. Ela não entende o documento em sua materialidade de suporte ou de formato determinado, mas como registros do conhecimento. Estes são dotados de um “status de evidência”. Para Briet, o documento “é uma base de conhecimento materialmente capaz de ser utilizado para a consulta, o estudo ou a prova”. (GUGLIOTTA, 2017, p. 324). Sendo assim, mediante a conceituação de um objeto concreto ou simbólico, qualquer ser – uma estrela, um inseto, uma rocha, um antílope – pode ser transformado em documento. A respeito disso, a

ilustração do antílope diz que basta o animal ser transferido da savana africana para um zoológico qualquer para que se institua como documento, ou seja, “o objeto é transferido de contexto – recontextualizado – sofre a *migração* para se tornar *evidência* de algo. É nesta “outra espacialidade” que o objeto se tornaria documento em razão do processo de indexicalidade”. (SALDANHA, 2012, p. 21).

O terceiro teórico neodocumentalista citado, Bernd Frohmann (2006) ao abordar em sua palestra intitulada *O caráter social, material e público da informação* parte do conceito de enunciado estabelecido por Michel Foucault, buscando investigar a materialidade da informação tornada documento e suas implicações políticas, éticas, sociais e culturais. Sua análise será orientada pela noção de materialidade dos enunciados estabelecida pelo historiador francês. O enunciado aqui não é uma mera sequência linguística (ou frase). Para que esta sequência seja considerada um enunciado é necessário não apenas sua existência no tempo e no espaço, mas ele deve possuir massa, força e energia estáveis para circular nas diversas instâncias de poder (públicas e privadas).

O que isto significa em termos práticos? Utilizando exemplos concretos, Frohmann menciona os registros psiquiátricos que são produzidos e disponibilizados nas instituições afins. Tais registros passam a circular e migram para várias instituições (por exemplo, instâncias legais e judiciais) e assim ganham peso e estabilidade. Ao ganhar *status*, o enunciado materializado em informação vai afetar diretamente a vida de inúmeros indivíduos que tiveram problemas psiquiátricos no passado quando, por exemplo, forem buscar uma posição no mercado de trabalho.

Em linhas gerais, a informação que não circula com o devido status (massa, peso e estabilidade) tende ao desaparecimento e ao esquecimento. Um bem cultural, uma edificação de valor histórico, uma obra literária, uma obra de arte, enfim, irão sumir na poeira do tempo.

Sob a perspectiva da materialidade dos enunciados de Foucault, em relação ao engenho São Bartolomeu, podemos dizer que a materialidade da informação tornada documento parou de circular nas instâncias culturais competentes e responsáveis pela circulação de informações sobre o patrimônio cultural do país. Não apenas o engenho São Bartolomeu, mas centenas de antigos engenhos (muitos deles, hoje, em ruínas, ou destruídos) tiveram sua memória e registros dissolvidos ou apagados (neste caso refere-se à destruição da evidência física, ou seja, do objeto- patrimônio material). Esse processo é mais rápido quando o patrimônio cultural não existe mais fisicamente. Muitas vezes o

próprio IPHAN não pode impedir a destruição de bens culturais, outras vezes não se manifesta contra a demolição de edificações que possuem valor histórico.

Para finalizar a exposição das hipóteses, vale a pena mencionar a recepção atual do pensamento neodocumentalista que nos propõe Gustavo Saldanha (2012). Ao entrecruzar a filosofia da informação (que tem em Rafael Capurro um dos mais destacados pensadores) e uma filosofia do documento, Saldanha argumenta que o material ou a materialidade corresponde ao conceito de estabilidade ou durabilidade, sendo apenas “a relação de prova/evidência que está na Filologia e nos primórdios da Bibliologia”. (SALDANHA, 2012, p. 23). Quanto ao imaterial ou à imaterialidade – este aspecto interessa de perto à hipótese que proponho – “não é a ausência de uma relação de contato sensível, ou seja, a informação não é subjetiva ou imaterial pelo fato de não estar fisicamente presente”. (SALDANHA, 2012, p. 23).

Adicionalmente, as ideias expostas, soma-se o conceito filosófico de documentalidade tratado por Bernd Frohmann (2009), que por sua vez está ligado a quatro propriedades, que são: 1) funcionalidade, 2) contingência, 3) complexidade e 4) agência (este último que deve ser entendido por agenciamento). Salienta-se o posicionamento do pesquisador a questão da materialidade da documentação algo que lhe é inerente. Frohmann não está preocupado com a noção de documento a respeito de sua ideia de que estes são somente suportes informacionais ou mesmo veículos de comunicação. Para ele interessa investigar e averiguar se a documentação e o documento são agenciamentos heterogêneos e adicionalmente se são por sua vez associações complexas ou eventuais no sentido de contingentes. Frohmann (2009), afirma que documentos são então, potencialmente tudo o que existe no mundo, pois tudo suscita informação. Segundo ele, dissemos potencialmente porque nem tudo o que existe no mundo irá se transformar em documento. Ainda para Frohmann (2009), no que diz respeito a agenciamento este conceito muito lhe interessa, pois a compreensão a cerca deste serve para esclarecer e elucidar o que acontece com as coisas que se transformam em documentos.

Desbravando-se por caminhos que conduzam a formulação das ideias postas a esta pesquisa, encontrou-se o trabalho da autoria Solange Puntel Mostafa, denominada “A documentação como conceito filosófico”. Mostafa (2011) faz um percurso histórico sobre os estudos dedicados à documentação e o documento a partir do conceito de documentalidade, passando também pelas ideias de Paul Otlet e Suzanne Briet sobre o alargamento do conceito de documento. Segundo Mostafa (2011), Briet aponta que os seres

e as coisas podem mostrar sua documentalidade⁷ na medida em que são relacionados ou associados a outras e por alguém ou por grupos e instituições. Ainda conforme Mostafa (2011, p. 14), Paul Otlet já havia ampliado a noção de documento como objetos tridimensionais, desde 1928. Voltando-se para Briet e sua ampliação a cerca da noção de documento com o seu antílope, tem sua dilatação, pois para a pesquisadora o antílope na sanava é um documento primário e tudo que se diz dele em qualquer materialidade, tais como: filme, fotografia, entrevista gravada, artigo científico, entre outros torna-se documentos secundários.

Diante, disso emerge-se novamente uma das hipóteses da pesquisa, que dirige seu questionamento a CI, seria correto dizer que a casa grande do engenho São Bartolomeu (fonte primária para elaboração do inventário) objeto envolto de materialidade e fisicalidade elemento representativo de um período único no caso do ciclo da cana de açúcar que foi inventariado, catalogado e selecionado pelo inventário de varredura dos bens culturais que teve suas informações e dados inseridas no sistema de informação e gestão do IPHAN/Pernambuco, pode ser considerada um documento? Salienta-se que por meio da importância histórica e cultural da casa grande foram produzidos uma série de documentos secundários.

Reforça-se também que para a ampliação das discussões a respeito da temática desta seção é importante considerar a associação entre documentalidade e agenciamento, ou seja, tudo o que se diz e produz sobre algo que se documenta.

Ao formular ideias sobre documento (CRIPPA, 2011) lança seus pensamentos quanto ao tema na pesquisa de título “O patrimônio cultural: a cidade como documento” a pesquisadora elabora uma discussão sobre o assunto e afirmar que as questões a cerca da temática apresentam-se incipientes na CI, além de que algumas questões ainda não encontram uma formulação coerente, mas mesmo assim Crippa apresenta-nos três linhas ou eixos de discussão como caminhos promissores que são: a) a relação entre patrimônio e o conceito de documento; b) os processos documentais e a profissionalização do cientista da informação e c) a mediação e apropriação cultural do patrimônio.

Consoante, (CRIPPA, 2011).

Segundo Otlet, o documento é algo caracterizado pela capacidade de nos informar sobre alguma coisa. Isso não é somente possível por meio de representações e registros dos objetos, preocupação e tarefa “tradicional” da Ciência da Informação, mas pela observação das próprias “coisas em si”, conforme a proposta de Buckland (1991), que afirma que qualquer objeto pode

⁷ Acrescenta-se palavra derivada de documentável, ou seja, que se pode documentar. Grifo nosso.

tornar-se um documento, se for utilizado para informar, dar a conhecer algo. O próprio autor observa como, na literatura da Ciência da Informação, há pouca discussão sobre os documentos não tradicionais. O patrimônio informa-nos sobre muitas coisas, mas, fundamentalmente, principalmente sobre o tempo. É, portanto, um documento muito especial. Sua importância relaciona-se com as idades, os períodos, as épocas e estes sempre estão carregados de costumes, valores, ideais e ideias. (CRIPPA, 2011. p. 55).

Com base nestas ideias, recorrem-se as atividades educativas realizadas pela Coordenação de Patrimônio Histórico que utilizava os bens culturais da cidade de Jaboaão para levar informação e conhecimento à população sobre as edificações, monumentos, acontecimentos e personalidades que compõem a memória do município em uma perspectiva histórica, cultural e identitária.

Nesse sentido, traz-se o que também é apontado por Crippa:

Com base nas propostas de documentalistas de Otlet, de Briet, de Buckland e de Dodebei, é possível admitir que o patrimônio cultural, ao ser objeto de interesse da Ciência da Informação, informa, pois se trata de um conjunto de bens culturais aos quais foi atribuído algum valor e que, por intermédio dele, foi disseminado, com a finalidade de informar sobre ele. Assim, os bens culturais devem ser considerados documento. (CRIPPA, 2011. p. 58).

A apresentação dos argumentos e ideias em torno deste assunto tem como premissa ampliar a importância da discussão suscitadas neste capítulo no que tange a consideração do patrimônio cultural material como sendo um documento na perspectiva da CI.

Sobre as proposições aqui levantadas e diante do objeto de pesquisa faz-se necessário um lembrete, sabe-se que o patrimônio cultural brasileiro em sua totalidade é composto por uma grande quantidade de bens culturais de grande porte no sentido de sua dimensão e sabe-se também que no entendimento de algumas áreas do conhecimento que se preocupam com o assunto aqui tratado, percebem os objetos com menor dimensão como documento dada a sua possibilidade e facilidade de armazenamento, já que estes são levados para os ambientes de guarda e de informação, tais como, museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação entre outros.

3 PATRIMÔNIO/ MEMÓRIA: ESQUECIMENTO/LEMBRANÇA

Os monumentos constituem uma parte essencial da glória de qualquer sociedade humana: eles carregam a memória de um povo para além de sua própria existência e acabam por torná-lo contemporâneo das gerações que vêm se estabelecer em seus campos abandonados.

Chateaubriand.

Como toda ciência, a CI está em constante transformação com o aporte de novas possibilidades de estudo para o fortalecimento do seu campo, cujo marco histórico é o pós-

guerra, em torno de 1945, com fundação nas disciplinas documentação e recuperação da informação (OLIVEIRA, 2005). A CI está intimamente relacionada à Biblioteconomia fazendo também *interface* com a Arquivologia e Museologia, compartilhando objetivos próximos e técnicas semelhantes. (SMIT, 1993, p. 81 apud SOUZA; CRIPPA, 2010, p. 4).

Em um estudo intitulado “O Campo da Ciência da Informação e o Patrimônio Cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área” que objetivou refletir sobre a inserção de pesquisas sobre o patrimônio cultural no âmbito da CI, Souza e Crippa (2010) identificaram a presença da temática nas publicações consideradas da CI em uma conjuntura nacional utilizando o Portal de Acesso Livre da CAPES, elegendo seleção do assunto “Ciência da Informação” dentro da área de “Ciências Sociais Aplicadas”.

Partindo da hipótese de que a produção científica sobre “patrimônio cultural” na CI é reduzida, o estudo efetuou uma busca pelo descritor “patrimônio”, e para uma melhor composição do escopo da pesquisa realizou-se a leitura dos resumos dos artigos recuperados. Foram encontradas dezessete revistas classificadas como da Ciência da Informação no Portal de Acesso Livre da CAPES. No total, vinte e quatro artigos abordam o tema do patrimônio cultural, entretanto os autores da pesquisa apontam que mesmo não sendo um assunto dominante na CI, a reflexão sobre patrimônio cultural tem aumentado sua representatividade no campo e destacam a presença da temática no ENANCIB, bem como a formação de grupos de pesquisa dedicados às questões patrimonialistas.

O termo “patrimônio”, largamente utilizado no cotidiano social, é visto por alguns teóricos como uma recente formulação. No que tange às dimensões acerca do patrimônio é importante considerar que se trata de uma categoria ambígua que transita entre o material e o imaterial assumindo assim categoria, dimensão e natureza. (GONÇALVES, 2009). O patrimônio é considerado uma categoria que representa e reflete a identidade brasileira pelo valor histórico, estético e artístico e, ainda, sua ligação com personalidades ilustres e fatos memoráveis. O patrimônio, portanto, deve ser compreendido como o conjunto de informações que caracterizam as ordens de significado dentro de um grupo, povo ou nação. (DODEBEI, 2005, p.47).

Diante da ampliação de conceito do indivíduo e de coletividade e sua trajetória no contexto mundial, Funari e Pelegrini (2006) compreendem que o patrimônio cultural é uma construção social fundamentada na idéia de identidade, significado e representação, categorias acionadas em sua constituição. Além disso, conforme Chauí (2003, p. 52), o patrimônio cultural possui para a sua representação três características.

1) Conjunto de monumentos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva; 2) as edificações cujo estilo desapareceu e cujos exemplares devem ser conservados a título de lembrança do passado da coletividade; 3) as instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauro e preservação de monumentos, documentos, edificações e objetos.

Dominique Poulot (2009, p.12), em “Uma história do patrimônio no Ocidente”, nos lembra que “o Patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica”. E ainda firma que, “Nesse aspecto é que a história parece, com tamanha frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas ao contrário o patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que o acompanham”.

Para Poulot (2009) o patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico legal ou administrativo. Poulot (2009) também complementa que o patrimônio depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública.

Entende-se, assim que todo e qualquer patrimônio, se destina a transmissão, perpetuação do objeto e a permanência de sua memória, pois lhe são conferidas funções pedagógicas e políticas.

Em virtude da nítida dilatação do seu conceito, patrimônio também suscita a compreensão de perenidade (eternidade) e, por sua vez, o usufruto calcado na concepção de Pomian (1984) ao tratar coleções e objetos como semióforo (do grego *semeion*, sinal, e *phoros*, expor, carregar, brotar). Desse modo, Pomian (1984, p. 71) afirma:

Objetos que não têm utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura. A atividade produtiva revela-se, portanto, orientada em dois sentidos diferentes: para o visível, por um lado; para o invisível, por outro; para a maximização da utilidade ou para a do significado.

Diante do exposto, todos os seres e entes – objetos, lugares e pessoas – podem ser identificados como um semióforo, porquanto não é a coisa em si mesma o dado importante, mas sim a simbologia contida nela, possibilitando a vinculação entre visível e invisível, como também o presente e o passado, os vivos e os mortos e, por sua vez, destinados exclusivamente à visibilidade e à contemplação porque é nisso que realiza sua significação e sua existência, conforme Chauí (2003, p. 52).

Compreende-se, conseqüentemente, definir o semióforo como quaisquer dos elementos existentes na natureza ou mesmo produzidos pelo homem, desde que sejam transcendentais para a coletividade, entendimento este que abarca o patrimônio edificado. Nesta perspectiva, o patrimônio é também uma categoria de semióforo, pois a partir deste é possível fazer a ligação entre o que é visível e aquilo que não conseguimos ver, exemplificando melhor a ideia posta, certo alguém ao visitar um espaço expositivo que tinha como mostra os maquinários da indústria ferroviária manifestou sua vontade em destruir uma das peças que estava exposta, pois para esta pessoa o objeto estabelecia uma rememoração de uma lembrança que era dolorosa, mas o mesmo objeto nada dizia ou suscitava para outras pessoas que também estavam apreciando a mesma peça exposta. Assim o objeto da exposição operava uma ligação entre o invisível, ou seja, algo que ninguém via, mas que trazia a tona à lembrança de um sujeito que vivenciou um tempo que já não existe, ao mesmo tempo este mesmo objeto não estabelecia nenhuma rememoração significativa para outros. Essa é a ideia de semióforo definida por Pomian (1984).

Adicionalmente percebe-se também que o patrimônio cultural é de fato um legado transgeracional, não somente ligado à representação material, mas imaterial também. Toma-se como referência a cultura da memória e a política da memória que ao longo das últimas décadas tornaram-se memórias transnacionais (HUYSSSEN, 2015). Já Candau (2005) utiliza o termo memória geracional. Entretanto as ideias de ambos os autores emergem uma memória da tragédia como recurso de rememoração e também de identidade.

Nos relatos de Pollak (1989) sobre memória, esquecimento, silêncio, também é possível localizar as mesmas ideias, pois neste texto o autor relata fatos e acontecimentos históricos do período stalinista e da Segunda Guerra Mundial, baseando-se em suas experiências e vivenciadas (memórias afetivas), agenciando constantemente a memória histórica de acontecimentos que marcaram a história da humanidade. O recorrer e agenciar a memória de fatos, dolorosos ou não, é uma forma de impedir o esquecimento este recurso fica bastante evidenciado na obra de Michael Pollak, pois a memória está constantemente acionada para que o esquecimento não prevaleça e recaia no silenciamento das vozes. O conhecimento registrado com a palavra escrita, fixada e materializada em qualquer suporte de informação (livros, documentos, acervos, coleções, objetos) garante uma maior preservação da memória já que estes podem ser agenciados para a construção ou reconstrução do passado no presente.

Percebe-se com isso, que os acontecimentos trágicos que afetaram a humanidade como um todo, tais como o atentado terrorista que destruiu as torres gêmeas *World Trade*

Center, o fatídico 11 de setembro de 2001, ou as atrocidades ligadas às duas grandes guerras mundiais, apesar de serem acontecimentos ocorridos em determinados lugares, tornaram-se ou foram constituídos como memórias geracionais ou transnacionais que ultrapassaram as fronteiras dos países onde ocorreram.

Os casos de destruição do patrimônio cultural brasileiro, mencionados na pesquisa, não se configuram em uma memória geracional ou transnacional, pois as memórias dessas destruições estão no contexto da representação local ou nacional, dependendo da importância memorialística, histórica e de significativa de cada bem.

Pelas razões apresentadas, postulamos que o patrimônio cultural ao mesmo tempo em que evoca a memória é constituído por ela. Para uma melhor condução da discussão acerca desse tema, é necessário desdobrar o conceito de memória que pauta-se essencialmente na capacidade que o indivíduo tem de reter informações de aspectos e histórias do passado. Mas não se trata de apenas de reter: o espírito humano se constitui também do repertório memorialístico que conseguiu formar, pois somos fundamentalmente seres históricos.

“Lembrar” deriva do latim *memorare* e significa “trazer à memória”, “recordar” (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2008). Ao discutir memória, Le Goff (2003) a define em seu campo científico como a “propriedade de conservar certas informações”, resultado de um conjunto de funções psíquicas graças às quais os sujeitos podem atualizar impressões ou informações tidas como passadas. Ribeiro (2007, p.1) aponta que:

A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado. É a memória que nos dá a sensação de pertencimento e existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para os indivíduos.

Ampliando o conceito de memória e analisando-o no campo das Ciências Humanas e Sociais, (LE GOFF, 2003) destaca a função social dessa propriedade humana: a da “comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo”. (LE GOFF, 2003, p. 12).

Assim, relacionando à linguagem oral à escrita, à memória, bem como ao patrimônio cultural, é possível dimensionar as múltiplas possibilidades de armazenar nossas vivências. Desta forma o impacto provocado pela informação armazenada gera na coletividade lembranças e memórias que se perpetuam seja por meio da oralidade, pela contemplação da arquitetura ou simplesmente pela reconstrução da memória registrada.

Le Goff (2003) ainda afirma que a memória é um elemento essencial para a construção do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma

das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade de hoje, “na febre e na angústia”. “A memória, distinguindo-se do hábito, representa uma difícil invenção, a conquista progressiva pelo homem do seu passado individual; a história constitui a conquista do seu passado coletivo” (LE GOFF, 2003, p. 436).

Já na perspectiva de Pierre Nora (1993), a memória é intrinsecamente ligada ao que o autor denomina de ‘lugares de memória’, por não termos a capacidade psíquica de relembrarmos de comemorações, fatos históricos, precisamos concretizar a memória num objeto, dessa forma relembramos o seu significado.

Com isso, ressalta-se que todo lugar é constituído por memórias e objetos que são concebidos e legitimados como patrimônio por concentrarem fatos históricos e comemorações.

A destruição da casa grande do engenho São Bartolomeu após o início do Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana-de-Açúcar desenvolvido pelo IPHAN – PE, 2010 (conforme o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICGO) pode ser compreendido como uma forma de apagamento de memória, ancorada no discurso da retórica da perda. A esse respeito, Gonçalves afirma que:

As palavras “destruição”, “evasão”, “ruína”, “dispersão”, “desaparecimento”, “deformação” e “substituição” são usadas em seu discurso para descrever a perda dos monumentos e objetos históricos e artísticos. O autor ainda complementa: As palavras “evasão”, “dispersão”, “desaparecimento” e “substituição” são usadas para se referir a relíquias históricas e obras de arte. Por outro lado, “destruição”, “ruína”, “deformação” são usadas no mais das vezes em referência a cidades e sítios históricos, casas, igrejas, prédios públicos e monumentos. (GONÇALVES, 1996, p. 92).

Diante disso, a destruição da casa-grande ocasionou o desaparecimento de um patrimônio representativo de um período específico da história e da memória pernambucana. Sob esta perspectiva, questiona-se também se a perda do conteúdo informacional e memorialístico da casa-grande do engenho acarreta o seu esquecimento, diante de seu apagamento. Assim, não são acionadas às categorias em sua constituição, ou seja, a idéia de identidade, significado e representação. Observa-se que a destruição do patrimônio edificado tem como consequência o ato de apagamento de memória, ou seja, contribui para o esquecimento já que a destruição é por sua vez apagamento de rastros⁸ ou vestígios constituídos pelos seres humanos.

⁸ A condução desse entendimento a cerca do rastro está baseada nos percursos feitos por Paul Ricœur, quando se ocupa em desenvolver os sub-capítulos: “O esquecimento e o apagamento de rastros”, “O esquecimento e a persistência dos rastros” A noção de rastro não se reduz nem ao rastro documentário, nem ao rastro cortical;

Sob esta condução entende-se que existe uma categoria ou modalidade de esquecimento. Este argumento fundamenta-se no trabalho “A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento” das pesquisadoras Silvana Drumond Monteiro, Ana Carelli e Maria Pickler, (2008) que ao fundamentar o esquecimento como categoria da memória apresenta:

Segundo a filosofia aristotélica, as categorias, no sentido lógico, são os modos mais gerais de predicar um sujeito. Assim, a memória possui vários predicados, ou categorias, sob os quais ela pode ser analisada, tais como: espaço, tempo, representação, preservação, esquecimento, história, faculdades mentais e técnicas, dentre outras. (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008, p. 3).

Portanto, o esquecimento como uma categoria da memória, em geral, é qualquer noção que sirva de regra para a investigação ou sua expressão linguística em qualquer campo (ABBAGNANO, 2003).

A inquietação está na questão da destruição de um bem cultural que desapareceu, assim esta investigação compreende o ato de destruir⁹, fazer desaparecer, apagar uma categoria do esquecimento.

A investigação de Reginaldo Gonçalves, em *A retórica da perda*, analisa os discursos sobre o patrimônio cultural no Brasil, a partir dos trabalhos de Rodrigo Franco Melo de Andrade e Aloísio Magalhães. De acordo com Cantarelli (2014) para Gonçalves, a noção de apropriação desempenha um papel fundamental nesses discursos, visto que ela se torna sinônimo de preservação e definição de uma identidade e, através dessa apropriação, o patrimônio estaria assegurado contra uma possível situação de perda. Cantarelli (2014) ainda completa, o patrimônio estaria sofrendo um processo de destruição, ameaçado por um desaparecimento definitivo, sendo preciso lutar contra a perda daquilo que seria a identidade do país.

O discurso da retórica da perda recai utilizando-se da ideologia da perda, em que os historiadores “criam” os patrimônios nacionais num processo que também pode ser entendido como contraditório, porque a perda também ocorre por meio de seus discursos, como também da homogeneização das culturas e do passado. Norteados pelas práticas de preservação histórica e pelas práticas de colecionamento, Gonçalves (1996) aponta que essas técnicas são guiadas por uma concepção moderna de história, em que esta aparece como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos

ambos consistem em marcas “exteriores”, embora em sentidos diferentes: o da instituição social para o arquivo, o da organização biológica para o cérebro. A memória, a história, o esquecimento. 2012.

⁹ Dissolução, estrago, apagamento, aniquilação, demolição, extinção, devastação, vandalismo, e etc. Dicionário analógico da língua portuguesa. 2016.

associados a uma “cultura”, “tradição”, “identidade” ou “memória” nacional tendem a se perder. Para o pesquisador o discurso também provoca destruição, no entanto, este discurso que se opõe vigorosamente àquele processo de destruição é o mesmo que, paradoxalmente, o produz.

Utilizando-se das ideias da retórica da perda pretendemos refletir sobre a importância da permanência do patrimônio material e por sua vez, contribuir com os estudos acerca da temática, filiando-os à concepção de documento, informação e memória para que sirvam como referências visando maximizar o aporte teórico dedicado ao tema.

Acredita-se que ao sinalizar uma preocupação quanto à destruição e o desaparecimento de objetos e coleções que refletem a identidade e a cultura nacional, o discurso da retórica da perda serviu para reforçar a preocupação diante de tantas perdas patrimoniais que vem ocorrendo no Estado de Pernambuco e no Brasil, já que os bens destruídos reportados neste estudo configuram-se em exímios exemplares da memória e da cultura brasileira.

Portanto, buscou-se na CI, campo que possui contribuições de outras áreas do conhecimento e que tem como objeto de estudo a informação nas suas diversas formas, registros, documentação, inventariação, entre outros. Nesse sentido, a CI pode contribuir teoricamente para o estudo apresentado, sobretudo, diante de sua natureza interdisciplinar.

3.1 A edificação como meio de acesso à memória

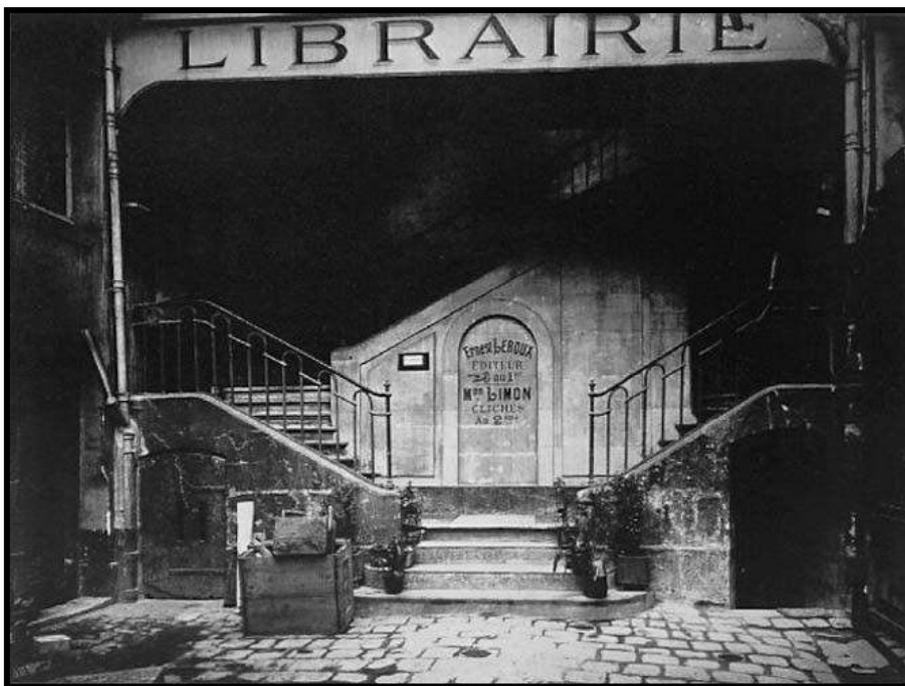
É o espaço que acolhe as existências – individuais e coletivas – e o sentido da temporalidade. Em contrapartida, é a nossa experiência que confere e atribui ao lugar o estatuto de espaço como inserção existencial. No sentido aqui proposto, a cidade revela-se como um painel sensível de paisagens afetivas estreitamente vinculadas às experiências humanas. Por essa razão, a memória pode vir à tona pela linguagem silenciosa da cidade conservada, ou desfigurada (ou transfigurada) que “mostra” a memória através de suas edificações, ruínas, das marcas visíveis e invisíveis do movimento inexorável do tempo.

A arquitetura de uma cidade é, portanto, uma fonte de informação relevante que nos franqueia a experiência e o conhecimento da nossa história, cultura e memória para além do que se pode conhecer em livros, catálogos, mapas, cartografias, fotografias, recursos fílmicos, pinturas, produções científicas, jornais, folders e revistas. Victor Hugo (2013), defensor ferrenho do patrimônio edificado, traz na obra *O Corcunda de Notre Dame*, especificamente no capítulo II, “Isto matará aquilo”, uma rica história da arquitetura

parisiense do tempo retratado. Esta obra faz diversas referências aos monumentos e edificações históricas apontando este legado como verdadeiros instrumentos de educação que merecem ser valorizados e preservados. Por falar em arquitetura parisiense, o excepcional fotógrafo Eugene Atget (1857-1927) é o responsável pelos principais registros fotográficos de vários bairros que foram demolidos em razão do projeto da reurbanização de Paris, implantada pelo Barão Georges-Eugène Haussman.

Abaixo, duas imagens de uma biblioteca e parte de um casario, perpetuados pelo olhar sensível de Atget:

Imagem 02 – BIBLIOTECA, REGISTRO DE EUGÈNE ATGET



Fonte: Eugène Atget – sem referência de data

Imagem 03 – CASARIO, REGISTRO DE EUGÈNE ATGET

Fonte: Eugène Atget – sem referência de data

As edificações são símbolos da cidade que nos permitem reconhecer em que local estamos. Permite ao habitante ou ao observador visitante encantar-se e maravilhar-se, pois as construções arquitetônicas são exímios elementos de rememoração. Assim assinala Maurice Halbwachs sobre a estreita correlação entre memória e cidade:

Chego a Londres pela primeira vez, e por ali passeio em muitas ocasiões, ora com um companheiro, ora com outro. Ora um arquiteto, que atrai minha atenção para as edificações, suas proporções, sua disposição, Ora com um historiador, de quem fico sabendo que essa rua foi traçada em tal época, que essa casa viu nascer uma personalidade conhecida, que aqui ou ali ocorreram incidentes dignos de nota. Com um pintor, tenho minha sensibilidade voltada para os matizes dos parques, a linha dos palácios, das igrejas, os jogos de luz e sombras nas paredes, nas fachadas da abadia de Westminster e nas do Templo, à beira do Tâmsa. (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Dessa forma, desbravar uma cidade é a experiência que nos permite senti-la, vislumbrá-la envolvendo-se com sua cultura, sua herança e seu passado. Ainda segundo Halbwachs.

A primeira vez que fui a Londres, diante de Saint-Paul ou Mansion House – a residência do prefeito, no Strand ou pelos arredores do Tribunal da Justiça, muitas impressões me faziam lembrar os romances de Dickens lidos em minha infância: eu passeava pela cidade com Dickens. (HALBWACHS, 2013, p. 31).

Quando observadas atentamente, as edificações antigas e os monumentos espalhados pela cidade, ou seja, o registro documental genuíno é a primeira evidência física do passado e da memória que nos transporta para o universo do visível, ou até mesmo do invisível, pois estes dispositivos de informação e rememoração fazem vir à memória algo lido, visto ou presenciado, experimentado ou mesmo através da informação de outrem.

O Estado de Pernambuco foi a principal capitania do período colonial que incluiu a então colônia portuguesa no sistema econômico ocidental através do desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar. Configura-se, assim, a conquista de um significativo histórico de feitos, revoluções e acontecimentos, além da herança patrimonialista dos inúmeros engenhos construídos em toda a região. Segundo Caio Prado Júnior:

O engenho compreende numerosas construções e instalações: moendas, caldeiras, casa de purgar, etc.; além da casa grande¹⁰, que é a habitação do senhor (no Norte; no Sul nunca se empregou essa designação, porém morada, e mais recentemente, sede), a senzala dos escravos e instalações acessórios e suntuárias, oficinas, estrebarias, etc. (PRADO JÚNIOR apud GOMES, 2006, p. 118).

Passear nas terras do engenho¹¹ São Bartolomeu é fazer um mergulho no tempo, diante da existência de alguns resquícios do seu passado (casas antigas e construção da antiga comporta) que ainda resistem ao tempo e as intervenções do homem. Por meio destes objetos de rememoração é possível conhecer um pouco da memória que os engenhos fazem emergir.

3.2 Apagamento de Memória: por uma definição do termo

Todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução.

Gilles Deleuze e Félix Guattari.

O senso comum costuma traduzir conceito como sendo um sinônimo de “pensamento”, “ideia”, “opinião”, “noção” ou como “significado de alguma coisa”. No

¹⁰ Sede de estabelecimento agrícola. Moradia do fazendeiro. Casa rural cujas proporções em relação às construções vizinhas denunciam, desde logo, a posição social do proprietário e seus cabedais. Ao contrario do que muita gente pensa, a expressão casa-grande na realidade não quer designar casa maior que outras, ou casarão. Casa-grande era denominação da dependência onde permanecia o patrão, ou fazendeiro, conforme antigo costume que designava por casa cada compartimento da habitação. E o nome daquele local estendeu-se à moradia toda. Engenho e arquitetura. Geraldo Gomes, 2006.

¹¹ O termo designava inicialmente as instalações necessárias à produção açucareira: casa de moenda, casa de fornalha, tendal das forjas e casa de purgar. Com o tempo, estendeu-se ao conjunto da propriedade senhorial, abrangendo as plantações, a casa-grande, a capela e a senzala. O engenho que utilizava a tração animal era chamado “trapiche” e o movido à roda de água, “engenho real”. Na segunda década do século XIX, começaram a ser instalados os engenhos a vapor, denominados banguês. No final do século XIX e início do XX, os engenhos foram substituídos por unidades industriais conhecidas como “usinas”. Engenhos do Recôncavo Baiano. 2009.

entanto, a formulação e a aplicação de um conceito exigem um rigor teórico, sobretudo para quem se aventura na construção do conhecimento. Por conceito entendemos tratar-se de uma noção discursiva que designa um objeto ou uma classe de objetos.

Existem compreensões várias sobre o significado e sentido de conceito, entretanto, uma das principais teóricas da Ciência da Informação, Ingetraut Dahlberg (1927-2017) publica um texto fundamental, “Teoria do Conceito” (DAHLBERG, 1978) que elucida essa questão. Dahlberg se apropriou das categorias estabelecidas por Aristóteles, filósofo que mais se dedicou a sistematização da linguagem como expressão do pensamento racional.

Assim, a autora elaborou a teoria do conceito mostrando que a partir das linguagens naturais é formado o arcabouço teórico e categorial da formação dos conceitos. O ponto de partida é a análise e delimitação do termo “conceito”. A esse respeito, Dahlberg argumenta que:

Tomando um universo de itens, selecionamos um como item de referência para nosso propósito, isto é, o referente. Tais referentes podem ser um simples objeto, um conjunto de objetos considerados como uma unidade, ou uma propriedade, ou uma ação, uma dimensão, etc, ou qualquer dessas combinações. Afirmarções corretas sobre tal referente podem ser verificadas através de evidências ou acordo intersubjetivo. Tais afirmações são então aceitas como verdadeiras numa forma verbal que pode ser convenientemente usada um termo ou um nome. Com tal forma verbal somos capazes de nos comunicar verbalmente ou por escrito sobre os conteúdos (os julgamentos sobre o referente) de um conceito, inclusive aplicar um conceito nas nossas afirmações, no universo de nosso discurso. (DAHLBERG, 1978, p.6).

Portanto, conceito é um instrumento racional de organização de nossa percepção dos fenômenos do mundo. Conceituar é criar um objeto — um objeto teórico formal. Uma existência que antes era apenas virtual em nossa consciência é transferida para o plano do discurso (plano simbólico) e assim pretendemos definir um objeto.

É possível observar a relevância do conceito para Dahlberg que irá reformular o significado de conceito de “unidade de pensamento” para o termo “unidade de conhecimento”.

Outro teórico da CI, Richard Smiraglia, desenvolve o pensamento de Dahlberg afirmando que “Conceito é o que é conhecido e organização é a atividade de construção de alguma coisa mediante um plano”.¹² O conhecimento é mediado pela linguagem, que afinal é o que nos constitui como seres pensantes. Explica-se dessa forma porque, para Dahlberg:

O conhecimento existe apenas dentro da dimensão da percepção humana e há quatro meios de ser percebida: a) elementos de conhecimento; b) unidades de conhecimento; c) unidades maiores de conhecimento (combinações de conceitos), e d) sistemas de conhecimento (unidades de conhecimento organizadas em um

¹² Tradução livre de: “Knowledge = the known. Organization = the activity of constructing something according to a plan”. (DAHLBERG, 2006 apud SMIRAGLIA, 2014, p. 9).

plano, em uma estrutura coerente). (DAHLBERG, 2006 apud SMIRAGLIA, 2014, p. 9).¹³

Porém, para que o indivíduo possa “conceituar” é necessário ativar o trabalho analítico do entendimento, ou seja, utilizar o pensamento abstrato ou metacognitivo. Esta modalidade de funcionamento intelectual implica a metacognição, processo que revela a consciência dos indivíduos “a respeito de seus processos de pensamento que envolvem uma busca intencional de estratégias adequadas a cada tarefa específica a partir da consciência de que há diversas regras e princípios possíveis de serem utilizados na solução de problemas”. (OLIVEIRA, 1995, p. 150). No pensamento metacognitivo, o indivíduo opera o modo categorial de pensamento, ou seja, trabalha com categorias abstratas.

Mais uma definição de conceito vem de Hardy-Vallée, convergindo com os argumentos de Dahlberg e Smiraglia:

Conceitos são universais abstratos, que aplicam a representação de propriedades invariantes de uma categoria a objetos particulares em função de um critério. Um conceito é um conhecimento mais geral aplicado a um objeto ou a uma situação particular: representa uma categoria de objetos, de eventos ou de situações e pode ser expresso por uma ou mais de uma palavra. Para alguns, essa representação é mental; para outros, ela é linguística e pública. O conceito é a unidade primeira do pensamento e do conhecimento: só pensamos e conhecemos na medida em que manipulamos conceitos. (HARDY-VALLÉE, 2013, contra capa).

Gilles Deleuze e Felix Guattari, como bons transgressores que são, descrevem o que é conceito mediante um movimento de desconstrução do pensamento consagrado pela tradição. Para as perguntas: O que é um conceito? O que significa criar conceitos? Qual a função do conceito? Os teóricos assim respondem, propondo, pelo que se pode aventar, uma nova filosofia:

O conceito é ao mesmo tempo absoluto e relativo: relativo aos seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe deva resolver, mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema. (DELEUZE; GUATARRI, 1992, p.29).

Observamos a originalidade do pensamento dos teóricos, conhecidos pela criação de uma “pop filosofia” na qual o popular (de pop) significa devir-povo, um multi-tudo. São ideias instigantes e provocativas que revelam a desconstrução do edifício filosófico e histórico que esses teóricos se empenharam em operar, já que consideram que a ciência, a arte e a filosofia precisam ser ressignificadas.

¹³ Tradução livre de: “For Dahlberg knowledge exists only in the dimension of human perception. She says there are four ways in which it can be perceived: Knowledge elements (characteristics of concepts); Knowledge units (concepts); Larger knowledge units (concept combinations); and, Knowledge systems (knowledge units arranged in a planned, cohesive structure”. (DAHLBERG, 2006 apud SMIRAGLIA, 2014, p. 9).

Mas, para o estudioso da Ciência da Informação, o rigor do pensamento Dahlberg é mais produtivo. Seu texto é de importância fundamental para a Organização e Representação do Conhecimento como também para a compreensão do fenômeno informacional.

Por esta investigação entende-se que a destruição da casa grande e de outras edificações do Engenho São Bartolomeu é de fato um caso clássico de apagamento de memória, e, por sua vez, seu desaparecimento pode vir a ocasionar seu esquecimento. Contudo, a partir desta reflexão, considera-se apagamento de memória, todo e qualquer dano permanente ou significativo a bens culturais dotados de valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico ou bibliográfico, de interesse público ou social, com vinculação a fatos memoráveis e agenciados pela indústria humana, sendo esta uma ação criminosa que ocasiona destruição total ou parcial do bem. Com isto, condicionando seu desaparecimento total ou parcial em que se despreza a sua condição de legado cultural memorialístico, e, por sua vez quando este exemplar/evidência cultural tiver sido danificado de modo a ocasionar o seu desaparecimento.

Ressalta-se, também que ausência de políticas públicas de disseminação da informação patrimonial, fomento à memória ou mesmo a omissão quanto à destruição ou desaparecimento daquilo que é considerado patrimônio cultural, maximiza a desvalorização dos bens culturais, legados de um passado. Este comportamento percebe-se como uma forma institucional de apagamento de memória. A ideia aqui posta são conjecturas que se entendem como pertinentes ao fato em questão.

Acredita-se ser pertinente a proposta em formular ideias a cerca do apagamento de memória ligando-se a destruição de bens culturais, pois evocar a filosofia, ou melhor, dizendo filosofar é uma questão de relocar conceitos antes constituídos. Como afirma Mostafa (2011) assim, ao criar um conceito novo, estamos arremessando o dardo mais adiante, numa sucessão de arremessos que faz que uma imagem de pensamentos atinja territórios cada vez mais vastos. Mediante o exposto, Cardoso Jr (2005) diz, não há nessa apropriação qualquer vaidade, porque relançar o dardo é nossa função como intelectuais.

A construção de conceito qualquer que seja apresenta diversas questões que precisam ser refletidas, questionadas, criticadas, revisitadas e se possível modificada. Esta investigação não pretende dar conta das inúmeras lacunas e aspectos que podem/devem ser problematizados a cerca do conceito de apagamento de memória adequado a tema patrimônio cultural diante de sua destruição. Não se tem aqui a intenção de perseguir um conceito ideal para servir aos propósitos da pesquisa, apenas coloca-se em exposição às

ideias sobre o assunto para com isso, emergir reflexões e possíveis relações que o discurso pode provocar.

3.3 Agenciamentos da memória/esquecimento

O termo “agenciamento”, criado por Gilles Deleuze, trata-se de um conceito complexo que carrega em si os sinais filiados ao pós-estruturalismo. Esta corrente teórica objetivou romper com o edifício erigido pela Filosofia e pela História, e por essa razão uma das principais críticas dos pós-estruturalistas se dirige “à chamada teoria do sujeito, pois colocam em xeque as teses antropocêntricas e o sujeito dos diversos humanismos e das diversas filosofias subjetivistas” (PETERS, 2000, p. 37).

“Agenciamento” não se refere propriamente a uma instância de poder, a um órgão institucional ou a alguma outra dimensão social e individual. Utilizando metáforas da biologia e da física, o agenciamento não é uma relação entre sujeito e objeto, é uma espécie de simbiose, uma ação ou esforço entre corpos – que podem ser físicos, biológicos, psíquicos, sociais – que agem afetando-se reciprocamente. Nesse sentido, o agenciamento é algo coletivo, em que vários fluxos atuam e mobilizam pessoas e coisas que se juntam ou se separam. Há um plano atual e um plano virtual nos quais o agenciamento oscila: o plano da organização está no atual, e um plano da consistência ou intensidades. Neste é lançado um plano de fuga em que resulta o ato de criação.

Como se pode observar em várias obras de Deleuze, principalmente às dedicadas à arte pictórica e ao cinema, o filósofo elegeu artistas plásticos e cineastas, igualmente transgressores, que romperam com as formas e estruturas narrativas tradicionais. O que Deleuze (1992) chama de linha de fuga é justamente o movimento para fora do círculo das representações consolidadas pela tradição. Há ainda outros termos deleuzianos, por exemplo, as marcas assignificantes (que transgride o figurino do regime de signos da tradição), a máquina que opera os fluxos estéticos, econômicos, semióticos, jurídicos, cada qual estruturado em rede. A ideia da fábrica abstrata aponta para dois caminhos: a produtividade em série (fechada em si mesma e em conformidade com a tradição) ou a produtividade do rizoma (a transgressora), ou seja, um sistema conceitual aberto. De acordo com o filósofo:

O que Guattari e eu chamamos rizoma é precisamente um caso de sistema aberto. Volto à questão: o que é filosofia? Porque a resposta a essa questão deveria ser muito simples. Todo mundo sabe que a filosofia se ocupa de conceitos. Um sistema é um conjunto de conceitos. Um sistema aberto é quando os conceitos são relacionados a circunstâncias e não mais a essências. Mas por um lado os

conceitos não são dados prontos, eles não preexistem: è preciso inventar, criar os conceitos, e há aí tanta invenção e criação quanto na arte ou na ciência. (DELEUZE, 1992, p. 45).

Em suma, quem se debruça sobre as ideias de Deleuze e Guattari há de se fazer um esforço de compreensão para destrinçar os conceitos e seus desdobramentos, mas uma coisa é possível apreender: Deleuze é responsável por um pensamento que lhe confere as marcas da transgressão e de originalidade inconfundíveis.

No que se refere à memória e esquecimento é o par conceitual e antitético que figura como uma das principais questões desta pesquisa. O conceito de “memória” se desdobra em várias formas de perpetuação dos seres e das coisas do mundo. Têm-se os lugares da memória preconizados por Pierre Nora; neles, a memória está protegida em espaços institucionais como museus, bibliotecas, centros de informação que foram construídos para abrigar os registros do conhecimento humano.

Para Maurice Halbwachs (2013), a memória é um fenômeno coletivo, uma construção criada e compartilhada socialmente. Evidentemente, existe a memória de cada indivíduo, mas, segundo argumenta o teórico, esta não tem a pureza de uma experiência exclusivamente individual. Outro pensador, alemão, Walter Benjamin, refletiu sobre a importância da fotografia, matriz de todas as imagens técnicas, como um meio de perpetuação da memória em suas dimensões social e individual. Para Benjamin, a fotografias antigas ainda preservavam a aura dos entes queridos que já não mais estariam entre os vivos. Por outra forma, o desejo de registrar e perpetuar a memória sempre esteve presente, tanto na história da humanidade como no impulso por descobertas tecnocientíficas.

A este propósito, a Ciência da Informação é uma das áreas do conhecimento mais ciosa e empenhada em preservar a memória. Neste sentido, importa investigar em tal ciência a “categoria do esquecimento”, sobretudo no que se refere ao patrimônio material e imaterial, universo de interesse desta pesquisa.

Compreende-se que a destruição de um patrimônio, como o conjunto arquitetônico do Engenho São Bartolomeu, é um caso típico de apagamento de memória e, por sua vez, o desaparecimento pode incorrer ao seu esquecimento por parte da sociedade. Entende-se patrimônio como todo e qualquer bem cultural dotado de valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico de interesse público com vinculação a fatos ou não memoráveis. Além desses tipos de bem culturais legitimados pelas instâncias de poder,

existe aquele que talvez seja o mais precioso, significativo e valorizado pelas pessoas que formam uma vila, cidade ou até mesmo um país.

Refere-se aos bens imateriais como o frevo, folguedo carnavalesco criado em Pernambuco há mais de 100 anos. Antes de ter sido oficializado pelo IPHAN, o frevo já havia sido amorosamente acolhido e legitimado pelo povo pernambucano. Isto se deve a uma espécie de rito que se repete e perpetua ao longo dos anos porque os foliões assim o desejaram e fizeram. Neste caso postula-se que antes da legitimação institucional do poder público tornar algo em patrimônio diante de suas importâncias culturais e significações, existe e deve ser considerada a legitimação social, por outra forma, o reconhecimento das pessoas a cerca de um determinado bem como patrimônio, dada a sua representatividade, significado e acolhimento pela população, sendo este a legitimação não institucional. A legitimação institucional, por sua vez, considera-se em um processo de patrimonialidade. Esta reflexão permite compreender a questão ilustrada como agenciamento, no sentido estabelecido por Gilles Deleuze e Feliz Guatarri. A esse respeito, o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, por exemplo, elucida um caso distinto.

Antes de ser apropriado pela indústria cultural e entrar na agenda turística do carnaval carioca, o desfile era uma manifestação espontânea em que tanto os passistas que sambavam e faziam suas evoluções como o público que assistia eram os coadjuvantes do evento, visto aqui como bem cultural. Como acontece atualmente com o frevo, antes o desfile carioca não se detinha a regras estabelecidas pelas associações das escolas. Ao contrário do frevo e do carnaval pernambucano, o samba e o desfile das escolas de samba apontam para outro tipo de agenciamento. Não é como o folguedo pernambucano, pois este é o fenômeno através do qual as pessoas se realizam se veem representadas e, sobretudo, escrevem a sua própria narrativa na história da cultura brasileira.

Outro exemplo de Pernambuco mostra duas políticas distintas para dois patrimônios ou bens edificados. Neste caso, são as casas de dois dos representantes máximos da literatura brasileira, o poeta Manoel Bandeira e a romancista Clarice Lispector. O belo sobrado da Rua da União pertencente ao avô do poeta, desde 1986 foi transformado no centro cultural e museu histórico - o Espaço Pasárgada - e o prédio foi tombado pelo Governo do Estado através da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE – em 1983. O sobrado onde Clarice Lispector viveu na infância, situado na Praça Maciel Pinheiro, correu o risco de não ser tombado, fato que aconteceu apenas em 2017. Até o momento não se tem planos para transformá-lo em um lugar de memória.

Como se pode observar, o patrimônio material edificado sofre um grande risco de desaparecer, sobretudo em um país que mesmo com a existência de políticas de preservação nas diferentes esferas de governo, compromete a valorização deste tipo de bem. Menciona-se também a destruição da casa grande do engenho Megahype ocorrido em 1928, na cidade do Jaboatão dos Guararapes.

Relata-se, de igual modo, o caso do Palácio Monroe, demolido em 1974. No espaço vazio com um chafariz seco e um estacionamento subterrâneo, o belo palácio foi construído originalmente nos Estados Unidos pelo governo brasileiro e sua inauguração em 1906 marcou a consolidação do projeto urbanístico de Pereira Passos com a construção da Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco). Para o historiador André Luiz Campos (UERJ), “a destruição do Palácio Monroe foi um crime contra o patrimônio histórico e artístico e contra a memória afetiva dos cariocas”. Prossegue dizendo que “o Monroe era um edifício de estilo eclético que compunha, ao lado do Teatro Municipal, do Palácio Pedro Ernesto, da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, o centro monumental do Rio de Janeiro, testemunha do ecletismo arquitetônico da Bela Época da capital da República”. (CAMPOS, sem número).

Vale ressaltar também que a ausência de políticas públicas de disseminação da informação patrimonial, fomento à memória ou mesmo a omissão quanto à destruição ou desaparecimento daquilo que denomina-se patrimônio cultural, maximiza a desvalorização dos bens culturais legados do passado e que também entende-se como uma forma institucional de apagamento de memória.

Se uma edificação com o valor histórico do Palácio Monroe veio abaixo sem nenhuma justificativa plausível, faz sentido não lançar expectativa de tratamento diferenciado aos antigos engenhos que marcam o ciclo da cana-de-açúcar de Pernambuco, do período colonial. Nesse sentido, o engenho São Bartolomeu é um entre inúmeros engenhos que desapareceram motivado por decisões arbitrárias, resultando na destruição dos exemplares significativos da cultura e da memória.

Lida-se aqui, portanto, com ações, deliberadas ou não, do poder público responsável pela preservação do patrimônio cultural. Na esfera institucional pública e privada o quadro abaixo enumera os órgãos, os acervos pessoais, os patrimônios e respectivos documentos, agenciamentos de memória de interesse da pesquisa:

Quadro – 01 AGENCIAMENTOS DE MEMÓRIA ACIONADOS

MEMÓRIAS AGENCIADAS		
Órgãos/Espaços	Tipo de suporte agenciado	Situação
IPHAN	Inventário de Varredura do Patrimônio Material do Ciclo da Cana de açúcar (formato físico e digital), Jornais contidos na pasta do Engenho São Bartolomeu, Planilhas dos Engenhos Pernambucanos.	Encontrado e utilizado na pesquisa.
FUNDARPE	Anais Pernambucanos, Vídeo com depoimento da Gerente de Preservação.	Encontrado e utilizado na pesquisa. (vídeo anexado em CD).
Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes	Cartilha de Educação de Educação patrimonial de Jaboatão dos Guararapes, Calendário Cultural de Jaboatão dos Guararapes.	Encontrado e utilizado na pesquisa.
Conselho Municipal de Cultura de Jaboatão dos Guararapes	Atas do conselho.	Nada foi encontrado.
Instituto Histórico de Jaboatão - IHJ	Livros, fotos.	Encontrado e utilizado na pesquisa.
Engenho São Bartolomeu	Destruços da edificação, situação atual do local.	Encontrado e utilizado na pesquisa.
Acervo pessoal de Eulina Maciel	Fotografias.	Encontrado e utilizado na pesquisa.
Acervo pessoal Valter Andrade	Fotografias	Encontrado e utilizado na pesquisa.
Acervo pessoal do autor da pesquisa	Fotografias, jornais. Vídeo realizado após a destruição da casa grande.	Encontrado e utilizado na pesquisa. (vídeo anexado em CD).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Compreende-se a partir dos dados do Quadro 3 os locais e acervos que dispõem de material informacional sobre o engenho que por sua vez foram agenciados e servidos aos propósitos da pesquisa. As memórias aqui agenciadas se somam à construção da memória do engenho alcançando-se com isso perpetuar a história e a memória deste bem cultural para as futuras gerações não tiveram a oportunidade de ver a casa grande, sua edificação e espaços.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta como universo da pesquisa a destruição do patrimônio cultural material como perda de um documento e apagamento de memória a partir da destruição da casa-grande do Engenho São Bartolomeu em Jaboatão dos Guararapes, Comportas, Pernambuco, tendo como corpus a reconstrução da memória do Engenho São Bartolomeu, local historicamente importante para o patrimônio material do ciclo da cana-de-açúcar, bem como da memória pernambucana.

Quadro 02 – QUADRO ILUSTRATIVO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	
Universo	Destruição do Patrimônio Cultural Material (Arquitetônico)
Corpus	Refletir acerca da memória do engenho São Bartolomeu
Tipo de pesquisa quanto aos objetivos	Estudo de caso
Fontes de dados	Pesquisa bibliográfica, documental, coleta de informações na WEB
Procedimento de coleta de dados	Pesquisa bibliográfica e documental na produção textual e estudo de caso quanto à destruição da casa-grande do Engenho São Bartolomeu, utilizando a busca na web, bem como o acesso a informação sobre o engenho em órgãos de preservação do patrimônio cultural e de memória como instrumento de coleta dos <i>dados</i> .

Fonte: elaborado pelo autor, 2017. Com base em Santos (2002).

Trata-se de um estudo de caso por se tratar de uma pesquisa muito específica (GIL, 2002), com embasamento no alcance dos objetivos, tendo a intenção de se aproximar do objeto de estudo de modo preliminar selecionando materiais que possam informar a real importância do problema. A pesquisa, quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória, e bibliográfica e documental, em relação às fontes dos dados, (SANTOS 2002). Bibliográfica por ter os seus subsídios teóricos coletados em artigos de periódicos e em livros (dados já trabalhados); documental por haver coleta de informações em documentos, jornais, atas de reunião, sites, imagens que constem nos acervos de instituições e órgãos de preservação do patrimônio cultural.

Caracteriza-se também por estudo de caso quanto à investigação da destruição do patrimônio edificado emergindo a caso do Engenho São Bartolomeu em função da demolição de sua casa-grande. Para tanto, utilizando-se a revocação das buscas em meios digitais, registro de documentos e jornais (conforme Anexos e Apêndice desta pesquisa).

Para selecionar o estudo de caso definiu-se como unidade de análise, o Engenho São Bartolomeu (em decorrência da demolição de sua casa-grande) com pretensão de fundamentar o conceito memória apagada sendo este um componente e/ou categoria do esquecimento.

Com base em Laville e Dionne (1999) esta é uma pesquisa fundamental por se comprometer com a soma dos saberes já existentes, aproximando-se do problema de pesquisa e ampliando as inquiuições acerca do patrimônio cultural e da CI, servindo como elemento de estudo e fundamentação de pesquisas futuras que adotem problemas iguais ou semelhantes.

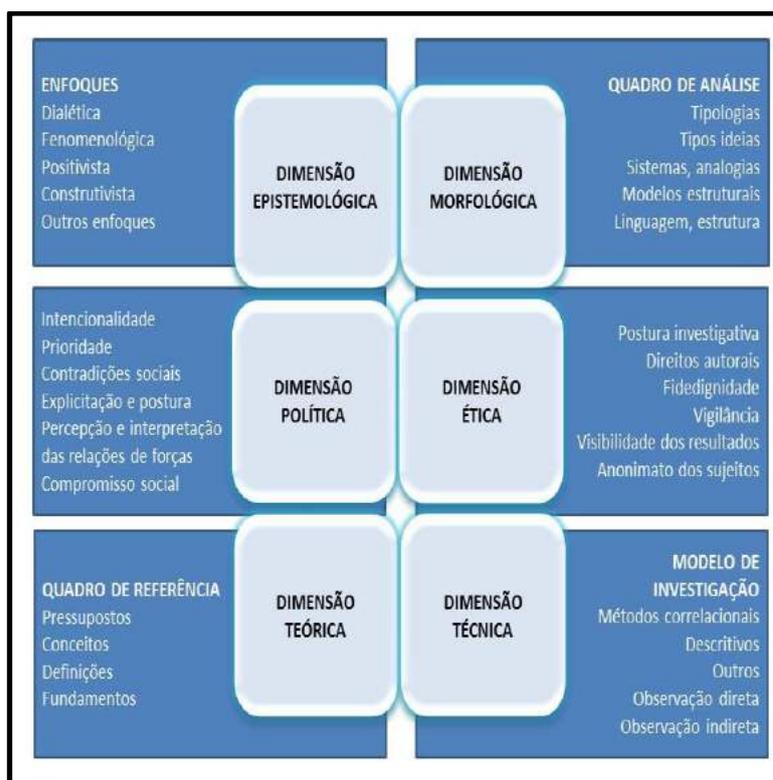
4.1 Enquadramento Multidimensional da Pesquisa

Para abordar o problema de pesquisa tratado, este estudo serviu-se do modelo ampliado de análise dimensional de Bufrem (2013), desenvolvido a partir do modelo quadripolar (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEEETE, 1977). Adicionalmente salienta-se que este método nasceu como proposta alternativa ao positivismo e a dicotomia redutora entre quantitativo e qualitativo, Armando Malheiro (2006). De acordo com (SILVA; RIBEIRO, 2002). O modelo foi proposto em 1974 pelos autores acima citados para ser um instrumento operativo de uma dinâmica de investigação instauradora de novo paradigma nas Ciências Humanas e Sociais, com destaque para a interdisciplina das Ciências da educação, foi, em 2002, adaptado e sugerido como dispositivo metodológico global para a Ciência da Informação. A dinâmica investigativa quadripolar é resultante da interação entre os pólos: epistemológico, teórico, técnico e morfológico.

Para esta investigação utilizou-se a dinâmica de pesquisa do modelo ampliado de análise dimensional que foca-se em seis dimensões seguir: a epistemológica, a teórica, a técnica, a morfológica, a política e a ética, sendo as dimensões ética e política complementares de Bufrem (2013).

Bufrem (2013) entende que o modelo quadripolar é reducionista e pressupõe uma contraposição quando adotados os “polos”, propondo uma ampliação dessa perspectiva para as “dimensões” e incorporando a dimensão ética e a política as quatro previamente estabelecidas: epistemológica, com os enfoques; a morfológica, com o quadro de análise; a teórica, com o quadro de referências; e a técnica com o modelo de investigação. Para melhor visualização, apresenta-se a Imagem 02.

Imagem 04- DIMENSÕES DA PESQUISA CIENTÍFICA



Fonte: Bufrem (2013). A partir do modelo de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977).

A pesquisa assume a construção da memória do Engenho São Bartolomeu, o apagamento de memória como fenômeno e categoria ou modalidade do esquecimento, além de buscar formular o patrimônio arquitetônico como documento sob a perspectiva da CI, pois o patrimônio constitui-se de informação, abarca processos sociais e, portanto, complexos.

Adicionalmente à complexidade, deve-se considerar a multidimensionalidade desses processos, envolvendo os aspectos nas práticas de proteção do patrimônio cultural edificado, assim enumerados: **a)** as apropriações da sociedade acerca do legado cultural que a representa; **b)** os usos dados aos bens culturais; **c)** as funções atribuídas ao patrimônio cultural de natureza material (edificação); **d)** as políticas públicas de proteção e preservação do legado cultural; **e)** as significações atribuídas ao patrimônio; **f)** a importância de pesquisas voltadas ao patrimônio cultural; **g)** a produção de informação sobre o patrimônio; **h)** as variadas formas de proteção; **i)** as relações constituídas entre o patrimônio cultural e a educação, possibilitando-lhe uma função pedagógica, **j)** as formas de disseminação e difusão do patrimônio cultural; **l)** a disponibilização de informação sobre o patrimônio; **m)** as formas de valorização dos lugares de memória e, por fim, **n)** as técnicas de reconstrução da memória.

O modelo é um instrumento de pesquisa que permite lidar com o conhecimento complexo e multidimensional das ciências sociais. Portanto, pretende-se garantir a confiabilidade dos resultados de pesquisa, compreendendo a pesquisa como um processo heterogêneo e multifacetado conformada pelas seis dimensões.

Com o propósito de figurar o cenário do desenvolvimento desta pesquisa, orientada na proposta de Bufrem (2013), mencionam-se as correspondências da dimensão epistemológica, política, ética, teórica, morfológica e técnica da pesquisa científica.

a) Dimensão Epistemológica

Nesta fase mais aprofundada, exigiu-se um mergulho exaustivo sobre o tema tratado nesta pesquisa requerendo-se uma investigação rigorosa, esta dimensão centra-se em bases epistêmicas da memória, esquecimento, informação e documento e, por sua vez, o patrimônio como elemento informacional e memorialístico.

Assim, identifica-se nesta dimensão o enfoque fenomenológico, pautando-se na construção da memória de um local de recordação diante de sua característica cultural, configurando-se como um patrimônio específico pertencente a uma categoria específica e emblemática que porta em si, informação e memória. Concentrando também aspectos históricos e identitários. Estas características do patrimônio consistem em certificar a identidade, afirmar valores culturais, e, por sua vez a celebração de sentimentos e afetividades. Contudo o patrimônio contribui para a legitimidade da memória, apropriação dos sujeitos, e significação, por meio da transmissão.

b) Dimensão Política

Intenciona-se, com esta investigação chamar a atenção da sociedade e do poder público para os casos de destruição do patrimônio cultural percebido nesta investigação como um ato de apagamento de memória ainda praticado com frequência não apenas no Estado de Pernambuco, mas em todo país. No caso em questão, a destruição da casa grande do Engenho São Bartolomeu, no município do Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, ocorreu mesmo com a existência de marcos legais, bem como, órgãos ou departamentos no Estado e município voltados à proteção e preservação do patrimônio cultural.

Pontua-se a negligência do poder público municipal acerca da preservação dos bens culturais que não são vistoriados, preservados e conservados, com destaque para: a) a ausência de mapeamento cultural, b) falta de plano de preservação com delimitação de áreas de preservação bem definidas, c) não aplicabilidade das leis nº. 104/1979 e nº.

399/2010 no que concerne a proteção do patrimônio municipal, d) falta de política de prevenção para conter a existência de ações danosas contra o patrimônio cultural, e) carência de promoção da cultura, f) falta de difusão e acesso aos bens culturais; g) inexistência de plano municipal de cultura, documento que prevê ações e metas estratégicas para a devida proteção do patrimônio cultural, h) falta de fundo específico voltado ao patrimônio cultural que garanta o seu fomento, bem como sua revitalização, requalificação e conservação sendo estes patrimonializados ou não, i) inexistência de inventário do patrimônio cultural municipal, ou de referências culturais, j) inexistência dos livros de tomo; k) descontinuidade de ações de promoção e informação que gera conhecimento acerca do patrimônio municipal; l) ausência de espaço municipal para guarda, conservação e exposição da memória do município, m) abandono do caso do engenho São Bartolomeu, quanto a não aplicação de penalidade ao responsável pela destruição da casa-grande.

No entanto, destacam-se algumas ações construtivas: a) participação do município na semana estadual de preservação do patrimônio cultural, b) participação do município na primavera dos museus, c) participação do município na Semana Nacional dos Museus, d) publicação da cartilha municipal de educação patrimonial em que constam referências ao Engenho São Bartolomeu, e por fim, e) continuidade do programa de educação patrimonial para professores, realizado com professores da rede municipal de ensino que ministram as disciplinas de história, português, geografia.

c) Dimensão Ética

Diante do rigor metodológico que uma pesquisa exige, assume-se a atenção no que tange aos direitos autorais, buscando citar adequadamente os autores dos conceitos e definições que respaldaram a condução da pesquisa. Por tanto, todas as imagens utilizadas foram devidamente referenciadas com o crédito aos respectivos autores. Buscou-se seguir e respeitar as normas quanto aos direitos autorais, sendo feitas as devidas citações e solicitações para uso de informações extraídas de documentos em arquivos públicos, coleções, jornais, revistas científicas e demais bases de dados. Com esta prerrogativa manteve-se o caráter científico e teórico-metodológico da pesquisa. Procurou-se a melhor estratégia de investigação considerando os diversos tipos de instrumentos de coleta, métodos de pesquisa e procedimentos técnicos.

Quanto ao procedimento de coleta de dados em campo, houve-se extremo cuidado em capturar fotograficamente os jornais e documentos que possibilitaram a construção da memória do engenho. Sobre as informações e documentos que foram colhidos na

superintendência do IPHAN de Pernambuco foi solicitada e autorizada a reprodução em DVD do inventário de varredura do patrimônio do ciclo da cana de açúcar de Pernambuco, material que está devidamente identificado nos anexos da pesquisa. As informações acessadas nos órgãos de preservação que compuseram a realização dos quadros também foram devidamente citadas.

d) Dimensão Teórica

Refere-se ao quadro teórico conceitual da Ciência da Informação e também buscou-se em suas subáreas, como também nas ciências que mantêm uma relação interdisciplinar com a CI, buscando-se nelas as contribuições ao tema da pesquisa obtendo-se a sustentação teórica necessária.

Analizou-se e revisitaram-se conceitos e definições que auxiliaram a pesquisa. Realizou-se levantamento bibliográfico, bem como a busca em pesquisas atualizadas em CI que abordam o mesmo tema da pesquisa ou similar.

Sendo assim esta dimensão irá contribuir para a composição de uma fundamentação teórica nas obras e pesquisas dos autores seminais e fundantes da temática aqui tratada. Buscou-se na literatura produzida pela Ciência da Informação e em outras áreas correlatas que refletem sobre o tema desta pesquisa com o intuito de trazer o arcabouço teórico necessário para o alcance dos objetivos propostos. Ressalte-se que outras disciplinas também foram acionadas por conta de suas contribuições direcionadas ao tema da pesquisa, dentre estas a Antropologia, Arquitetura, Sociologia e História.

Desse modo, buscamos investigar o patrimônio arquitetônico percebendo-o como documento diante de suas relações com a memória, seu contexto informativo e sua via simbólica. Embora haja reconhecimento da sociedade acerca da significação que uma edificação secular e histórica tenha ou a ela lhe seja atribuída este valor de reconhecimento histórico, artístico e memorialístico, a destruição do patrimônio edificado pouco é discutida com a sociedade. Percebe-se que, embora existam ações e eventos que promovam o diálogo sobre patrimônio cultural, não entra na discussão aquilo que já se perdeu, como se este não merecesse atenção, pois já não mais existe.

Assim, o que deve ser levado em conta é que a destruição do patrimônio edificado retira de cena um objeto de rememoração, uma evidencia física do passado que a todos pertence já que, enquanto patrimônio, estes são verdadeiros registros da cultura humana.

A partir da ideia da retórica da perda, associada a ações que as mãos humanas causam ao patrimônio cultural subsidia-se a construção do conceito de apagamento de

memória mediante a perda do objeto de rememoração em função de sua destruição, mas se a ação for causada de forma deliberada pelo o homem ou mesmo pela ação negligente ou intencional do poder público.

Por se tratar de um assunto que emerge o binômio “memória e esquecimento” na perspectiva do patrimônio material especificamente percebe-se o apagamento como fenômeno social diante da ação arbitrária e ignóbil contra os bens culturais inventariados e considerados exímios exemplares da cultura, de uma memória e da identidade.

e) Dimensão Morfológica

Consustancialmente, a pesquisa articula-se com a investigação sobre outras ações de destruição do patrimônio, sobretudo com a prática de destruição do patrimônio edificado desenvolvida por meio da metodologia da tábula rasa que tinha em seu cerne planificar as cidades destruindo o passado para erguer-se o que era considerado o “novo”, sob a égide da chamada modernização urbanística. De certa forma, o caso do engenho não se aproxima diretamente do método da tábula rasa, mas da ideia de desenvolvimento e da modernidade nela contida, pois a casa-grande foi destruída para dar lugar a algum empreendimento.

Entretanto, outras formas de destruição do patrimônio são identificadas como, por exemplo, a destruição do patrimônio material edificada ou monumental que tem sido realizada como método sistemático de simplesmente destruir um símbolo representativo de um nome ou de uma ação política, ato que fere diretamente a ideia de bem coletivo. Um caso exemplar que ilustra esse tipo de destruição foi à demolição do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro. Ao caso do Engenho do São Bartolomeu soma-se um processo semelhante de apagamento da memória que foi a destruição da casa-grande do Engenho Megaype que curiosamente relacionam-se pela ocorrência da destruição pelos mesmos motivos, com exceção de que no lugar da casa-grande do São Bartolomeu tem-se uma nova construção.

f) Dimensão Técnica

O desenho dessa investigação será norteado por procedimentos e métodos que melhor se adequem ao tipo de pesquisa, ou melhor, ao estudo de caso configurado na reconstrução da memória. Com base em uma pesquisa exploratória, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, bem como a análise documental para fundamentação dos conceitos interligados ao tema da pesquisa, investigação nas instituições de preservação e proteção do patrimônio cultural. Para a coleta de informações será realizada buscas em *sites*, e também fundamento no referencial teórico adequado à pesquisa. Como primeiros resultados,

identificou-se os engenhos e casas-grandes tombados ou em processo de tombamento nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal, através do mapeamento realizado com informações sobre os engenhos existentes, não evidenciados e os que tiveram sua casa-grande destruída; recuperou-se via *websites* as matérias de jornais que noticiaram a destruição da casa-grande do Engenho São Bartolomeu; foram fotografados os jornais impressos que abordaram a destruição da casa-grande do engenho, material disposto no apêndice da pesquisa.

Além disso, levantou-se um registro fotográfico das ações educativas realizadas na casa-grande e imagens dos casarios, materiais arqueológicos que foram encontrados nas terras do engenho e a evidência das comportas. Diante da veiculação em notícias de jornal que o processo de tombamento da casa-grande do engenho fora aceito pelo prefeito da época, Elias Gomes, não encontramos por enquanto o registro documental que ateste esta informação. Para isso será realizada uma busca nos diários oficiais da prefeitura e averiguação das atas de reunião do Conselho Municipal de Cultura de Jaboatão a fim determinar devidamente a informação, afirma-se que a Festa da Manga que era realizada anualmente o engenho foi descontinuada. Por fim, localizou-se por meio da ferramenta *streetview* o estado atual da localização onde antes estava erguida a casa-grande.

4.2 Roteiro de Coleta de Dados

Quanto ao roteiro de coleta dos dados, inicialmente os dados e informações foram coletadas em repositórios e banco digitais buscando pesquisas científicas com a mesma temática ou com temáticas semelhantes. Foram também pesquisamos em sites informações sobre o engenho e notícias sobre o caso da destruição de sua casa-grande. Posteriormente foram coletadas informações na Superintendência do IPHAN de Pernambuco, no seu inventário de varredura do patrimônio do ciclo da cana-de-açúcar. Ao acessar a pasta do engenho recuperaram-se os jornais que deram destaque ao caso do engenho e a sua história.

Algumas fotografias foram capturadas pelo próprio pesquisador em dois momentos: 2010 e 2011. Outras imagens foram cedidas pelo jornalista Valer Andrade e pela historiadora Eulina Maciel; outras imagens e informações adicionadas à pesquisa são de autoria do geógrafo James Davidson, autor do blog Jaboatão Redescoberto.

Os primeiros resultados da pesquisa foram o registro dos jornais que trazem informações sobre a memória do engenho, bem como a reportagem sobre a demolição de sua casa-grande, cópia do inventário de varredura do patrimônio do ciclo da cana-de-açúcar

realizado pela Superintendência do IPHAN que catalogou com muita precisão e detalhe todo o perímetro do Engenho São Bartolomeu, a casa-grande, sua área interna e externa e demais edificações. Este levantamento consta nos anexos da pesquisa.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

O capítulo concentra-se em apresentar de forma sistemática os resultados levantados a partir da realização da pesquisa.

5.1 Levantamento quantitativo acerca das edificações dos engenhos

Por se tratar de um registro documental de importância para a memória, identidade e cultura de Pernambuco, elaborou-se um quadro listando os engenhos, casarios, casas-grandes, bem como outros bens materiais agregados pertencentes a engenhos, alcançados pela tutela do tombamento no Estado, sendo protegidos nas instâncias federal, estadual e municipal.

Para a devida adequação da pesquisa optou-se por situar o tombamento de bens voltados a engenhos na esfera municipal de Jaboatão dos Guararapes, já que o estudo de caso localiza-se neste município, além da existência de marco legal de proteção do patrimônio cultural municipal previsto na Lei Ordinária 399 de 2010.

Quadro 03 – PROCESSO DE TOMBAMENTO NAS INSTÂNCIAS DE GOVERNO ACERCA DOS ENGENHOS, CASAS-GRANDES E BENS AGREGADOS A ENGENHOS

BENS COM TOMBAMENTO DEFINITIVO			BENS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO (em exame)		
Esfera federal	Esfera estadual Pernambuco	Esfera municipal Jaboatão dos Guararapes	Esfera federal	Esfera estadual Pernambuco	Esfera municipal Jaboatão dos Guararapes
Capela do Engenho Novo de Santo Antônio (Goiana)	Engenho Massangana (Cabo de Santo Agostinho)	Engenho Suassuna, localizado na Usina Jaboatão (Jaboatão dos Guararapes)	Casa-Grade do Engenho Lages (Ribeirão)	Engenho José Benzota de Carvalho (Eng. Benzota) (Tacaratu)	
Casa-Grande e Capela do Engenho	Casa-Grande do Engenho Camaragibe (Camaragibe)		Igreja Matriz Prazeres e Engenho Maranguape	Casa-Grande do Engenho Verde (Palmares)	

Poço Comprido e seus pertences (Vicência)			(Paulista)		
	Casa do Conselheiro João Alfredo Engenho São João (Itamaracá)		Casa-grande do Engenho Gaipiό (Ipojuca)	Casa-Grande do Engenho Estrela do Norte (Engenho Machado) (Rio Formoso)	
	Engenho Amparo (Itamaracá)		Casa-Grande do Engenho Camaragibe (Camaragibe)	Engenho Monjope (Igarassu)	
	Casa-grande e Jardim do Coronel (Paulista)			Engenho Gaipiό (Ipojuca)	
	Casa-Grande do Engenho Barbalho, Iputinga (Recife)			Casa Grande do Antigo Engenho Suassuna. (Jaboatão dos Guararapes)	
	Edificações remanescentes do antigo Engenho Torre (Recife)			Conjunto Arquitetônico do Engenho Morenos – Casa Grande e Capela (Moreno)	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017 a partir das informações coletadas no acervo da FUNDARPE. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/acervo/processos-de-tombamento/>>.

Objetiva-se com o quadro acima trazer a real situação sobre o processo de tombamento dos engenhos no Estado de Pernambuco, já que este é um dos instrumentos administrativos de proteção ao patrimônio cultural. Salientamos ainda que este levantamento de informações resultou na amostra preocupante diante da quantidade de engenhos postos ao processo de tombamento em Pernambuco, sendo um total de dezenove engenhos postos aos processos de tombamento nas três esferas da administração pública.

Na esfera federal (por meio do IPHAN), verifica-se apenas um engenho tombado: Engenho Poço Comprido, sua casa-grande como também a Capela e seus pertences (Vicência). Ressalta-se que o órgão também tombou a Capela do Engenho Novo de Santo Antônio (Goiana) por ser um bem integrado ao engenho consideramos acrescentar ao quadro. Encontra-se em exame de tombamento pelo IPHAN apenas três representantes a Casa-Grande do Engenho Lages (Ribeirão), a Igreja Matriz Prazeres e Engenho Maranguape (Paulista), Casa-grande do Engenho Gaipiό (Ipojuca) e Casa-Grande do Engenho Camaragibe (Camaragibe).

No domínio estadual, com realização da FUNDARPE em conjunto com o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco, tem-se sete tombamentos definitivos: Engenho Massangana (Cabo de Santo Agostinho), Casa-Grande do Engenho Camaragibe (Camaragibe), Casa do Conselheiro João Alfredo Engenho São João (Itamaracá), Engenho Amparo (Itamaracá), Casa-grande e Jardim do Coronel (Paulista), Casa-Grande do Engenho Barbalho, Iputinga (Recife) e as Edificações remanescentes do antigo Engenho Torre (Recife).

Estão em exame de tombamento estadual oito representantes: o Engenho José Benzota de Carvalho (Eng. Benzota) (Tacaratu), Casa-Grande do Engenho Verde (Palmares), Casa-Grande do Engenho Estrela do Norte (Engenho Machado) (Rio Formoso), Engenho Monjope (Igarassu), Engenho Gaipió (Ipojuca), Casa Grande do Antigo Engenho Suassuna (Jaboatão dos Guararapes), Conjunto Arquitetônico do Engenho Morenos – Casa Grande e Capela (Moreno) e Casa-Grande do Engenho Verde (Palmares).

Já na esfera municipal representada pela Secretaria Executiva de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer do Jaboaão dos Guararapes localizou-se apenas um tombamento: do Engenho Suassuna, localizado na Usina Jaboaão.

O quadro ainda revela uma situação curiosa: apesar de estar descrito vinte e um patrimônios no processo de tombamento das esferas de governo, dois destes estão sendo apreciados em mais de um processo. É o caso do Engenho Suassuna em Jaboaão dos Guararapes que está sendo apreciado pela instância estadual por meio da FUNDARPE como também a Casa-grande do Engenho Gaipió em Ipojuca que está sob a apreciação do IPHAN, podendo ser o próximo bem material pertencente a um engenho a ser tombado em Pernambuco.

Reforça-se também um total de dez de casas-grandes participantes dos processos de tombamento: tombada pelo IPHAN a Casa-Grande do Engenho Poço Comprido (Vicência) e em processo de tombamento federal também pelo IPHAN a Casa-Grande do Engenho Laje (Ribeirão) e a Casa-grande do Engenho Gaipió (Ipojuca). No processo estadual tombadas pela FUNDARPE tem-se a Casa-Grande do Engenho Camaragibe (Camaragibe) - Casa-grande e Jardim do Coronel (Paulista) e a Casa-Grande do Engenho Barbalho, Iputinga (Recife) e em processo de tombamento estadual via FUNDARPE a Casa-Grande do Engenho Verde (Palmares), Casa-Grande do Engenho Estrela do Norte (Engenho Machado) (Rio Formoso), Casa Grande do Antigo Engenho Suassuna (Jaboatão dos Guararapes) e Casa Grande do Engenho Morenos (Moreno).

Já na instância municipal não houve a localização de nenhum a casa-grande no processo de tombamento municipal. Importa salientar que pontuou-se especificamente a descrição de casa-grande como componente do processo de tombamento das três esferas da gestão pública, apesar de entender-se que o engenho engloba o conjunto arquitetônico em que a casa-grande está presente.

Para melhor visualização do panorama dos engenhos no Município do Jaboatão dos Guararapes apresenta-se o Quadro 3 com o levantamento de 98 engenhos.

Quadro 04 – LISTA DOS ENGENHOS MAPEADOS NO MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES

ENGENHOS MAPEADOS EM JABOATÃO DOS GUARARAPES PELO INVENTÁRIO DO IPHAN EM PERNAMBUCO			
ENGENHOS	EXISTENTES	SEM EVIDÊNCIAS	DESTRUÍDOS
Engenho Algibeira			
Engenho Ana Paula			
Engenho Antônio Pereira			
Engenho Barbalho			
Engenho Bartolomeu			
Engenho Bella Vista			
Engenho Cabras Velhas ou Sapucaia			
Engenho Caiongo			
Engenho Camaçari (Camassari)			
Engenho Camaço			
Engenho Camará			
Engenho Camarão			
Engenho Camarco			
Engenho Cananduba			
Engenho Canzanza			
Engenho Capelinha (Capellinha)			
Engenho Caraúna (Carahuna)			
Engenho Cavalleiro			
Engenho Caxito			
Engenho Comportas			
Engenho Conceição			
Engenho Cova da Onça			
Engenho Coveta			
Engenho Cumarú			
Engenho Cumbe			
Engenho D'alinbero			
Engenho de Antônio Nunes Ximenes			
Engenho Duas Unas			
Engenho Entre rios			
Engenho Estiva			
Engenho Floresta			
Engenho Fortaleza			
Engenho Furna			

Engenho Goiabeira			
Engenho Guarani (Guarany)			
Engenho Guararapes			
Engenho Gurjaú			
Engenho (Usina) Jaboatão			
Engenho Jaboatãozinho			
Engenho Jangadinha			
Engenho Jarissara			
Engenho Jussara			
Engenho Jurissara			
Engenho Macujê (Macujé)			
Engenho Manaçú			
Engenho Manuel Bezerra			
Engenho Masahyba de Baixo			
Engenho Masahyba de Cima			
Engenho Matto Grosso			
Engenho Megaípe (Megahipe)			
Engenho Megaípe de baixo			
Engenho Megoapa			
Engenho Muribequinha			
Engenho Mussahiba			
Engenho Nossa Senhora da Apresentação			
Engenho nossa senhora da boa viagem dos Guararapes			
Engenho Nossa Senhora da Conceição			
Engenho Nossa Senhora da Guia			
Engenho Novo da Muribeca			
Engenho palmeira (Antigo Santa Cruz, Mangaré ou Mangaree)			
Engenho Paraizo (Paraíso)			
Engenho Pedra Lavrada			
Engenho Penanduba			
Engenho Penandubinha			
Engenho Petimbú			
Engenho Quiahombo			
Engenho Recreio			
Engenho Rico			
Engenho Salgadinho			
Engenho Sant'anna			
Engenho Santa Maria			
Engenho Santo Amaro			
Engenho Santo André			
Engenho Santo Antônio			
Engenho Santo Estevam			
Engenho Santo Amarinho			
Engenho São Bartolomeu			
Engenho São João			
Engenho São Joaquim			
Engenho São José ou novo			
Engenho São Pedro			
Engenho São Salvador			
Engenho Sicopeminha			

Engenho Socorro			
Engenho (Usina) Suassuna			
Engenho Sucupema (Soupoupema)			
Engenho Taquari			
Engenho Una			
Engenho Velho			
Usina Bulhões, Antônio Bulhões ou São João Batista			
Usina Colônia (Progresso Colonial)			
Usina Muribeca			
Engenho Carnijó			
Engenho Caxito de Baixo			
Engenho Marimbondo			
Engenho Novo			
Engenho Sítio Carpina			
Engenho Zumbi			
Total de engenhos existentes		98	
Total de engenhos sem evidências		3	
Total de engenhos destruídos		3	

Fonte: Adaptado pelo autor, a partir do mapeamento realizado pela Superintendência do IPHAN em Pernambuco e de informações coletadas no livro Engenho e Arquitetura Gomes (2006, p. 192).

Os dados mostram que dos 98 engenhos no município do Jaboatão dos Guararapes, três não são encontradas evidências: o Engenho Entre rios, Engenho Santo André e Usina Bulhões, Antônio Bulhões ou Engenho São João Batista. O quadro também mostra que três engenhos tiveram suas casas-grandes destruídas, Engenho Megaípe (Megahipe), Engenho São Bartolomeu e Engenho São Salvador. Destarte, apresentam-se abaixo as casas grandes que foram destruídas em engenhos de Jaboatão dos Guararapes.

Diante das informações sistematizadas no quadro acima, e para uma melhor visualização da estética e dos arranjos arquitetônicos das edificações mencionadas nesta investigação, apresentamos as casas grandes que foram destruídas nos três engenhos em Jaboatão dos Guararapes, a seguir.

Imagem 05 - CASA GRANDE DO ENGENHO MEGAHYPE¹⁴, DESTRUÍDA EM 1928



Fonte: Extraído do Livro Engenho e Arquitetura de Geraldo Gomes, 2006.

Salienta-se que a casa grande de Megahype foi destruída há 90 anos.

Imagem 06 - CASA GRANDE DO ENGENHO SALVADOR¹⁵, SEM DATA DA DESTRUÇÃO



Fonte: Extraído do Livro Engenho e Arquitetura de Geraldo Gomes, 2006.

¹⁴ Imagem também disponível no acervo da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj. Consultar, livro Memórias Destruídas, James Davidson. 2012. p. 32-35.

¹⁵ Imagem também disponível no acervo da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj. Consultar, livro Memórias Destruídas, James Davidson. 2012. p. 64-65.

**Imagem 07 - CASA GRANDE DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU¹⁶,
DESTRUÍDA EM 2010**



Fonte: Extraído do Blog Jaboatão Redescoberto de James Davidson, 2007.

Pretendendo-se ampliar o universo informativo a cerca da casa grande do engenho São Bartolomeu que chegou a abrigar quatro edifícios característicos de engenhos: casa grade, senzala, fábrica e capela. Sobre a casa grande.

Era do tipo *bungalow*, com aspectos típicos das casas de engenho de meados do século XIX, época em que provavelmente foi construída. Era uma casa simples, com aparência rústica, construída em um só pavimento e com telhado em quatro águas cobrindo os alpendres. Estes eram sustentados por colunas brancas de fuste cilíndrico, bases quadradas e capitéis simples, cercando três das quatro fachadas do edifício. Um pequeno alpendre de serviço existia no lado posterior da casa, separado dos demais por alguns cômodos. (DAVIDSON, 2012, p. 59).

Ainda a respeito da casa.

Possuía partido de planta retangular, com vários cômodos em seu interior. Suas portas e janelas externas eram molduradas em pedra, com um delicado arco abatido em suas vergas. Apesar das infiltrações e das rachaduras existentes, o prédio estava bem preservado e em bom estado de conservação antes de ser demolido. (DAVIDSON, 2012, p. 59).

O conjunto de informações acima que descrevem a edificação, evidencia sua riqueza arquitetônica, apresentando mais claramente este exemplar patrimonial da colonialidade brasileira.

Faz-se necessário também mencionar que ao recompor-se a memória do engenho São Bartolomeu encontrou-se informações da presença judaica em suas terras. De acordo com a obra “Senhores de Engenho: Judeus em Pernambuco Colonial. 1542-1654” de José Alexandre Ribemboim, 1995. O autor relata em sua pesquisa que no dia 3 de outubro de

¹⁶ Consultar livro *Memorias Destruídas*, James Davidson. 2012. p. 57-60.

1984 visitou o engenho sendo recebido pelo proprietário da época o dentista José Miguem Neto, este, forneceu importantes e valiosas informações quanto à existência da igreja do engenho que ruíra a mais de cinquenta anos e que situava-se por trás da casa grande. O proprietário também exibiu a imagem do santo São Bartolomeu. A pesquisa aponta que em uma relação de 1623 o engenho já era citado ao cristão-novo Felipe Dias do Vale e já em 1637 o engenho comparece como de propriedade de Fernão do Vale.

Salienta-se que a casa grande do São Bartolomeu foi destruída há 8 anos.

5.2 Pública (IPHAN, FUNDARPE, Prefeitura do Jaboatão) a comunidade de comportas e suas escolas

Esta seção dedica-se a apresentar os órgãos de preservação e proteção do patrimônio cultural nas esferas: federal, estadual e municipal.

a) IPHAN

Por ser o órgão norteador quanto às políticas patrimoniais baseadas nas ideias e ações preservacionistas e conservacionistas a cerca do patrimônio cultural o IPHAN é o primeiro órgão a ser tratado neste subcapítulo. O contexto histórico o patrimônio brasileiro aponta que os esforços e estudos para a identificação de uma identidade cultural nacional iniciam-se em 1916 com Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade, que viajaram a Minas Gerais, onde descobrem o estilo barroco, e é com essa descoberta que se inicia de fato o interesse em preservar os monumentos históricos no país.

Salienta-se que catalogo da exposição Sopro do Tempo o Patrimônio Nacional em Pernambuco, 2009, traça uma série de eventos dos quais destacam-se: Criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Históricos de Pernambuco em 1928, proposta do deputado José Wanderley de Araújo Pinho para a criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1930, elaboração do “Anteprojeto” de Mario de Andrade para a criação de um serviço de patrimônio no Brasil, por encomenda do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema também em 1930, o ano de 1937 foi marcado pela promulgação da lei nº 378 que dá nova organização ao Ministério da Cultura e da Educação e Saúde Pública e oficializa a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, a expedição do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 em que institui o tombamento no Brasil, a publicação do primeiro número da Revista do Sphan e do primeiro volume das publicações do patrimônio e por fim a criação da representação do Sphan em

Pernambuco, dirigido por Ayrton de Almeida Carvalho de 1937 até 1991. Já em 1938 evidencia-se o tombamento de uma série de bens culturais em Pernambuco. Além disso, o órgão vem realizando inventários dos bens culturais materiais e imateriais do estado, bem como registros de salvaguarda.

Faz-se necessário pontuar o que diz a Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, ao decretar.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (IPHAN, 2006. pag. 99).

Conforme apresentado nesta Lei, é considerado patrimônio histórico brasileiro o conjunto de bens móveis que tenham vinculação a fatos memoráveis da história brasileira, sobretudo que a sua conservação seja de interesse público.

b) FUNDARPE

Criada no dia 17 de julho de 1973 a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) é o órgão responsável por implementar as políticas públicas de cultura e também por conduzir as políticas estaduais de preservação do patrimônio cultural por meio de pareceres técnicos dos processos de tombamento a nível estadual, pela definição das ações de conservação e restauro dos bens culturais tombados e, sobretudo, pela fiscalização e aplicação dos efeitos do tombamento dos bens culturais no território pernambucano, posteriormente a fundação acumulou também o papel de instituição técnica na política de salvaguarda do patrimônio imaterial contando atualmente com o apoio do conselho estadual de preservação do patrimônio cultural para deliberar sobre as decisões voltadas a patrimonialização de bens materiais e imateriais no estado. Vale salientar que o estado de Pernambuco tomou como base as diretrizes do IPHAN para formular suas leis, decretos a cerca do tombamento e registro do patrimônio cultural.

A FUNDARPE vem ampliando suas ações voltadas à valorização do patrimônio cultural por meio de sua gerência de patrimônio interiorizando ações e programas e com as linhas específicas de fomento a cultura vem mapeando, inventariando e reconhecendo a grande diversidade cultural contida no Estado.

c) Prefeitura do Jaboatão

Introduzimos este trecho apresentando o contexto histórico do município que se constitui a partir do engenho São João Batista o mais antigo erguido em seu território hoje (Usina Bulhões) que, segundo Pereira da Costa, em 1575 já safrejava.

Localizado no litoral do Estado de Pernambuco, o município do Jaboatão dos Guararapes é um dos mais antigos da Região Metropolitana do Recife (RMR) com 425 anos, foi fundado em 4 de Maio de 1593, a partir do povoado de Muribeca, hoje chamado de Muribeca dos Guararapes.

Imagem 08 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES



Fonte: GPLAN/SESAU - Jaboatão dos Guararapes, 2012.

O município apresenta segundo o IBGE (2010) uma extensão territorial de 259 km², sendo 166 km² de área urbana (63,12%) e 97 km² de área rural (36,88%) e limita-se ao Norte com a capital pernambucana (Recife) e o município de São Lourenço da Mata, ao Sul com o Cabo de Santo Agostinho, ao Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com município de Moreno.

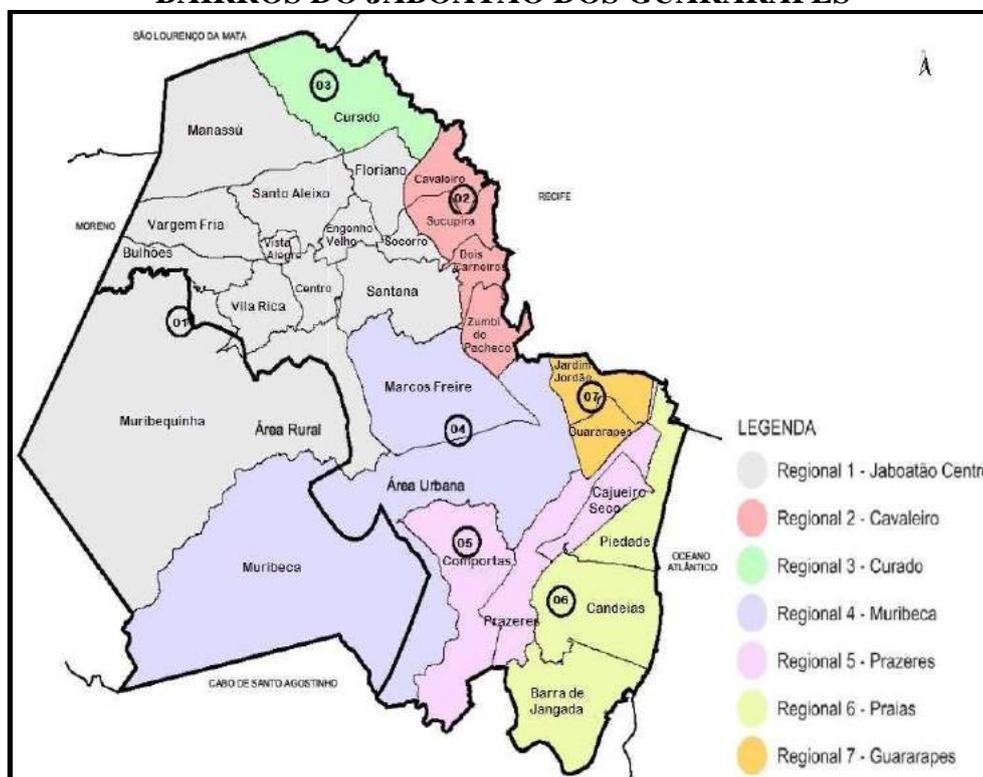
A cidade é, segundo o CONDEPE/FIDEM (2011), um dos mais antigos grupamentos populacionais do estado de Pernambuco. As primeiras ocupações em sua área

datam de 1593, no território do Engenho São João Batista, em uma várzea existente entre os rios Una e Jaboatão. Seu entorno foi decisivo para o fim da ocupação holandesa em Pernambuco por ocasião da Batalha dos Guararapes, local tombado como o único campo de batalha do país hoje o monte é um parque histórico, sendo conhecido como Parque Histórico nacional dos Guararapes – PHNG.

Jaboatão compõe a segunda maior população do Estado, com o total de 644.620 habitantes segundo o Censo de 2010, sendo 630.595 de área urbana e 14.025 de área rural. Em 2012 estimou-se uma população de 658.615 habitantes, sendo 310.686 do sexo masculino e 347.929 do sexo feminino (DATASUS/MS, 2012), sua densidade demográfica corresponde a 2.493,06 hab/km², com taxa de urbanização de 97,82% e taxa geométrica de crescimento populacional 2000-2010 de 1,03%aa, similar ao do estado que foi de 1,06%aa (CONDEPE/FIDEM, 2011).

O modelo de gestão do município é baseado no pressuposto da regionalização, que adotou a divisão territorial em 07 grandes regionais, que por sua vez considerou os critérios demográficos, epidemiológicos, sociais, culturais e econômicos, conforme mapa a seguir.

Imagem 09 - MAPA COM DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS REGIONAIS POR BAIRROS DO JABOATÃO DOS GUARARAPES



Fonte: GPLAN/SESAU-Jaboatão dos Guararapes, 2009.

Divisão do município a partir de suas regionais e bairros, a) **Regional I Jaboatão Centro** abrange os bairros de Jaboatão Centro, Engenho Velho, Floriano, Manassu, Muribeca dos Guararapes, Santana, Santo Aleixo, Socorro, Vargem Fria, Bulhões, Vila Rica e Vista Alegre, b) **Regional II – Cavaleiro** abarca os bairros de Cavaleiro, Dois Carneiros, Sucupira, Zumbi do Pacheco UR-06 e UR-11, c) **Regional III – Curado** compreendem os bairros de Curado I, II, III, IV e V, d) **Regional IV – Muribeca** engloba os bairros de Marcos Freire e Muribeca, e) **Regional V – Prazeres** incorpora os bairros de Cajueiro Seco, Comportas, e Prazeres, f) **Regional VI – Praias** acolhe os bairros de Barra de Jangada, Candeias e Piedade, e por fim, g) **Regional VII – Guararapes** que encerra os bairros de Guararapes, Cajá, e Jardim Jordão.

Encontra-se território municipal diversas edificações históricas, igrejas, santuários, monumentos, estátuas, ruínas, museus, casa de câmara e cadeia, estações ferroviárias, conjuntos industriais, usinas, casarios, casas grandes e engenhos. Jaboatão possui diversos engenhos (ver, Quadro 3 – Lista dos engenhos mapeados no Município do Jaboatão dos Guararapes, p. 43). O município conta ainda com bens culturais materiais tombados nas estancias Federal, Estadual e Municipal, além de outras edificações em processo de tombamento em nível estadual, conforme quadro abaixo.

Quadro 05 – SITUAÇÃO DOS BENS CULTURAIS DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres – n° 2 do Livro de Belas Artes, folha 2 em 16/03/1938. Decreto n° 22.175 de 03/08/1948.
Campo de Batalhas dos Montes Guararapes – n° 334 do livro de história, folha 55, em 31/10/1961.
Criação do Parque Nacional Histórico dos Guararapes – Decreto n° 68527 de 19/04/1971 – n° 334 do Livro de História, folha 55 em 31/10/1961.
Igreja de Nossa Senhora de Piedade – n° 406 do Livro de belas artes, folha 78 em 04/08/1952.
Capela de Nossa Senhora do Loreto – n°91 do Livro do Tombo II, fls 11. Decreto estadual n°15632 de 09/03/1992.
Povoado de Muribeca dos Guararapes - Decreto n° 6239 de 11/01/1980.
Estrada de Ferro Recife-Gravatá
Engenho Suassuna e casa-grande (Em processo de avaliação)
Conjunto da Rede Ferroviária – Legislação urbanística básica.
Capela do Loreto - Decreto n° 218/1980 de 31/12/1980.
Sítio Histórico de Jaboatão Antigo, localizado em Jaboatão Centro. DO N° 235 de 24 de dezembro de 2010. Decreto N.° 321/2010. Resolução n.° 012/2010, de 06 de outubro de 2010, do Conselho Municipal de Cultura.
Povoado de Muribeca dos Guararapes, localizado em Muribeca dos Guararapes. DO N° 235 de 24 de dezembro de 2010. Decreto N.° 321/2010. Resolução n.° 012/2010, de 06 de outubro de 2010, do Conselho Municipal de Cultura.
Casa de Amélia Brandão, localizada em Jaboatão Centro. DO N° 235 de 24 de dezembro de 2010. Decreto N.° 321/2010. Resolução n.° 012/2010, de 06 de outubro de 2010, do Conselho Municipal de

Cultura.
Engenho Suassuna, localizado na Usina Jaboaão. DO N° 235 de 24 de dezembro de 2010. Decreto N.º 321/2010. Resolução n.º 012/2010, de 06 de outubro de 2010, do Conselho Municipal de Cultura.
Edifícios Isolados:
<p>Basílica de Nossa Senhora Auxiliadora na Colônia dos Padres Salesianos Casa de Paulo de Paulo Freyre Casa do Barão de Limoeiro Casa do Barão de Lucena (Escola Souza Brandão) Casa Paroquial Casa do Sítio Bela Vista (atrás do Jefferson de Freitas) Edifício da Guarda Municipal Escola Padre Chromácio Leão Escola Rodolfo Aureliano Edifício Leão Coroado Antiga Estação Ferroviária Antigo Mercado Público – Casa da Cultura de Jaboaão Antiga Cadeia Pública de Jaboaão – Instituto Histórico de Jaboaão Edifício “A Reforma” Igreja de Santo Amaro Igreja de Nossa Senhora do Livramento de Jaboaão Igreja Congregacional de Jaboaão Cine-Teatro Samuel Campelo.</p>
Conjuntos Antigos:
<p>Conjunto Antigo de Jaboaão Centro Conjunto da Rede Ferroviária – Oficinas e Vilas Operárias Conjunto da Vila Militar Floriano Peixoto – Socorro.</p>
Engenhos e Usinas:
<p>Engenho Caxito Engenho Duas Unas Engenho Penanduba Engenho Megáipe de Cima Engenho Manassu Engenho Guarani Engenho Santana Engenho Macujé Engenho Palmeiras Engenho São Bartolomeu*** Engenho Cumbe Engenho São Joaquim Engenho Novo da Muribeca* Engenho Cova de Onça Engenho Rico* Engenho Barbalho* Engenho Salgadinho* Engenho Caongo* Engenho Santo Estevão** Engenho Mussaíba** Engenho Entre Rios* Usina Muribeca/Bulhões</p>
<p>*Verificar e confirmar a existência e as condições dos bens culturais existentes. **Engenhos situados nos limites com outros municípios. *** Edificação destruída.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

O quadro acima foi elaborado a partir das informações sistematizadas pela Coordenação de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal do Jaboaão dos Guararapes, em 2009, além das informações colhidas nos Diários Oficiais do município de Jaboaão e

também informações coletadas pelo atual Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC da cidade. Salienta-se, também que a referida coordenação fazia parte da Secretaria Executiva de Cultura e Eventos - SECE, sendo criada em 2009 e permanecendo ativa até 2016, evidencia-se, também que em 2013 a gestão municipal passou a contar com uma gerencia de patrimônio histórico, além da coordenação e que ao órgão público gestor da cultura no município passou ser denominada, Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio Histórico – SECULPH.

Atualmente não se tem informação da existência de um departamento público no município que se encarrega das ações voltadas ao patrimônio cultural, mas sabe-se que a gestão pública por meio da atual Secretaria Executiva de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer- SETCEL vem desenvolvendo ações voltadas à valorização do patrimônio cultural promovendo atividades diversas na Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco, além de firmar parcerias com a FUNDARPE e o IPHAN Pernambuco.

Diante da existência de marco legal do municipal em torno do patrimônio cultural, apresentamos o quadro abaixo com a relação do conjunto de leis que tratam do assunto.

Quadro 06 – LEIS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE JABOATÃO DO GUARARAPES

Leis Municipais de proteção do patrimônio histórico
Lei Municipal nº 104/1979 – Institui normas gerais de proteção dos bens e autoriza o poder executivo a declarar áreas especiais de proteção cultural.
Lei Municipal nº 165/1980
Lei Municipal nº 220/1983– Legislação urbanística básica que modifica a lei 165/1980.
Lei Municipal nº 97/1990 – lei datada de 04/02/1981 que altera a legislação básica do município.
Lei orgânica municipal de 05/04/1990
Lei Municipal nº 399/2010.
Decreto nº 218/1980 de 31/12/1980 – Declara área de interesse especial de preservação cultural o sítio da Capela do Loreto.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

O quadro apresenta também que a gestão pública municipal do Jaboatão dos Guararapes, possui um conjunto de seis leis municipais que mencionam o patrimônio cultural bem como ações para sua proteção. Entretanto destacam-se as leis nº 104 de 1979 e a Lei Municipal nº 399 de 2010 regulamenta a lei municipal de 1979 e institui a criação de áreas especiais de preservação cultural (Aepc) e dá outras providências quanto ao patrimônio cultural jaboatonense.

Art. 1º A proteção de bens culturais do município de Jaboatão dos Guararapes, desde que atendidas às disposições presentes na legislação federal e estadual referentes à preservação cultural, estará sujeita aos termos desta lei. **Art. 2º** Constitui patrimônio cultural de Jaboatão dos Guararapes o conjunto de bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, públicos e privados presentes no território municipal que se destaque por seu valor histórico, artístico, arqueológico, folclórico ou paisagístico, devendo ficar sob a proteção do poder público conforme o artigo 226 da Constituição Federal.

O Decreto nº 218 de 31 de dezembro 1980, declarou o sítio Capela do Loreto como área de interesse especial de preservação cultural, de acordo com Davidson (2010) esta foi à única vez que a lei 104/1979 foi aplicada para o tombamento de um bem cultural a nível municipal. Agora o tombamento fica por conta da lei 399/2010 conforme já mostrado.

d) A comunidade de comportas e suas escolas

A origem do nome do bairro se dá a partir do engenho comportas, bem como a edificação denominada comporta que servia para represar a água durante o período de inverno e também para ser utilizada nos serviços do engenho. Diante da construção de varias comportas ao longo do território o local recebeu o nome de Comportas. O bairro está situado na região sudeste do município de Jaboatão, ao sul fazendo fronteira como a cidade do cabo de Santo Agostinho e ainda faz divisa com as localidades de Sotave, Pontezinha, Curcurana e também Ponte dos Carvalhos.

O território de Comportas é predominantemente rural sem presença de edificações verticalizadas, nas suas proximidades existem outros engenhos com a presença de sua casa grande, a exemplo disso o engenho Megaipe de Cima. Sobre o bairro destacam-se, os seguintes locais: Sítio Carpina, Alto do Céu, Sítio Macaco, Condomínio jaqueiras de Comportas e Jardim Novo Horizonte, Engenho São Bartolomeu e Engenho Megahype de Baixo, ambos tiveram suas casas grandes destruídas pelos seus proprietários.

Comportas fica nas margens do trecho de duplicação da BR 101 Sul, é banhada pelo Rio Jaboatão é uma localidade composta por casa simples. No local existe um centro cultural que abriga uma biblioteca comunitária. A comunidade conta com três escolas da rede municipal de ensino que são: Escola Municipal Rural Professora Nicéia, Cahú, fundada em 1978; Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida (não se localizou data de fundação) e a Escola Municipal Augusto de Castro, fundada em 1970. Chegou a funcionar em uma edificação pertencente ao engenho São Bartolomeu até 1973. Em 1974 foi inaugurada como Grupo Escolar Professor Augusto de Almeida Castro. (MACIEL, 2012).

Ressalta-se que as escolas mencionadas participavam em conjunto de todas as manifestações e atividades culturais desenvolvidas na localidade, destaca-se também o trabalho incansável da historiadora e professora Eulina Monteiro dos Santos Maciel, atualmente aposentada, e que atuou nas três escolas aqui mencionadas, inclusive como diretora.

O engenho é marcado por sediar as festividades da Festa da Manga¹⁷, reforça-se que esta festa faz parte do calendário cultural do município do Jaboatão dos Guararapes fomentado pela gestão pública municipal desde 2009, porém sua realização tem ocorrido de forma intermitente. As escolas municipais de Comportas participavam das ações educativas voltadas a oferecer ao alunado uma imersão na memória do engenho São Bartolomeu, utilizando-se da casa grande como equipamento cultural para receber e estabelecer uma relação dialógica com os alunos tecendo conversas sobre o patrimônio cultural, a partir da metodologia da educação patrimonial.

Desse modo, eram desenvolvidas atividades de cunho educativo e informativo em que a informação sobre os patrimônios do município eram postas em evidencia.

Destaca-se que durante as ações educativas da Festa da Manga realizada em março de 2010, promovida pela Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Eventos com execução da Coordenação de Patrimônio Histórico, contou com uma exposição de objetos e artefatos, encontrados por moradores que vivem no engenho. As atividades dispuseram de mediação cultural e arte educação com a finalidade de ampliar o universo de conhecimento e informação dos sujeitos e aprendentes sobre o patrimônio cultural da cidade e do seu bairro. (ver Apêndice A - Ações da Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes voltadas para a preservação do patrimônio histórico - FESTA DA MANGA 2010).

5.3 Tombamento/Inventário

O tombamento é um instrumento jurídico e normativo que preconiza em sua essência a legitimação institucional de alguma coisa em patrimônio, diante de sua

¹⁷ Teve seu início em 1997, sendo realizado nas terras do engenho São Bartolomeu. O festival tinha como seus maiores incentivadores o professor e escritor Heleno Veríssimo d Silva Filho e Nair Torres. A festa é marcada por diversas atividades culturais: capoeira, cavallhada com argolinha, canto do boiadeiro, ciranda, apresentação do coral e peças teatrais da escola local, concurso de casa mais enfeitada, grupo de dança, xote ecológico, comidas típicas, bolo Souza leão, manuê, pé-de-moleque, nêgo bom e tapioca. A festa já era realizada desde 1940, mas só tomou forma como Festival da Manga em 1997. Posteriormente Nair Torres recebeu da Câmara dos Vereadores de Jaboatão diploma de reconhecimento de organizadora do festival. Ver, Memórias do Engenho São Bartolomeu, Maciel, 2012.

excepcionalidade, contexto histórico e cultural, significação, representação social e identitária, além de representar de modo singular e ímpar a um povo, comunidade, lugar, região ou nação.

No Brasil o tombamento foi criado a partir do Decreto-lei nº 25 em 30 de novembro de 1937, lei que caminha para os seus 81 anos de existência. Instrumento que nasceu com a prerrogativa de preservar e proteger o legado histórico e cultural do país, a partir das idealizações do “Anteprojeto” para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPHAN¹⁸ do folclorista Mário de Andrade, 1936.

O Decreto-lei nº 25 que traz em seus artigos as determinações quanto ao tombamento é o documento mais antigo que trata dessa forma preservação do patrimônio cultural e que por sua vez consolida-se como um instrumento técnico-jurídico conciso. Atualmente muitos estados e município vêm criando suas leis voltadas à preservação de seus bens culturais utilizando como base o Decreto-lei nº 25 de 1937.

Em um sentido mais amplo do que vem a ser o tombamento, este significa a proteção legal sobre um bem cultural qualquer, ao tomar-se algo como uma edificação, por exemplo, significa que o poder público tem a obrigação legal de protegê-lo, zelando pela sua preservação e proteção independente de ser uma propriedade pública ou privada, e não somente isto, é necessário criar medidas cautelares para a permanência do bem tombado, criar formas de disseminação de informação sobre o bem, criar programas de sensibilização para que estes bens não sejam depreciados, criar plano de preservação, elaborar políticas de preservação e proteção voltadas aos bens culturais tombados e os não ainda tombados.

O quadro abaixo apresenta as leis de que versam sobre o tombamento nas instâncias de governo federal, estadual e municipal e também traz os fragmentos de cada lei.

Quadro 07 – O TOMBAMENTO NAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

TOMBAMENTO INSTITUCIONAL		
Instância	Lei	Descrição do tombamento
Federal	Nº 25 de 30/11/1937	<p>§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.</p> <p>Link para acesso: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-</p>

¹⁸ Na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 30, 2002, p. 268, encontra-se a publicação da carta original de Mário de Andrade para Gustavo Capanema, que encaminhando sugestões do anteprojeto para criação do SPHAN.

		Lei/Del0025.htm>
Estadual	Nº. 7970 de 18/09/1979	Art. 1º - O Estado de Pernambuco procederá, nos termos desta lei e de legislação federal específica, ao Tombamento total ou parcial de bens móveis ou imóveis, públicos ou particulares, existentes em seu território e que, por seu valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico, bibliográfico, folclórico ou paisagístico, devam ficar sob a proteção do Poder Público, segundo os artigos 180, parágrafo único, da Constituição da República e 144 da Constituição do Estado. Link para acesso: < http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/Lei-7.970-79.pdf >
Municipal	Nº. 399 de 12/05/2010	Art. 3º A proteção dos bens culturais do município será realizada através do tombamento de bens móveis e imóveis. No caso de bens culturais imóveis deverão ser criadas áreas especiais de preservação cultural (AEPC) os sítios compostos pelos bens e pelas áreas do entorno previamente delimitadas. Link para acesso: < https://leismunicipais.com.br/a/pe/j/jaboatao-dos-guararapes/lei-ordinaria/2010/39/399/lei-ordinaria-n-399-2010-regulamenta-a-lei-municipal-n-104-79-e-institui-a-criacao-de-areas-especiais-de-preservacao-cultural-aepec-da-outras-providencias-2010-05-12 >

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Adicionalmente infere-se que o tombamento é um instrumento que se constitui na formulação quanto a proteger, preservar os bens tombados para assim tornando-os perene e símbolos da nação que estes representam. É uma ferramenta de legitimação que consagra institucionalmente algo, técnicas, fazeres e práticas em patrimônio. Encontrou-se no questionário de perguntas e respostas do IPHAN, disponível em sua página eletrônica a seguinte definição sobre tombamento.

A palavra tombamento originou-se do verbo tombar que - no Direito, em Portugal - tem o sentido de registrar, inventariar, arrolar e inscrever bens. O inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo, em Lisboa. O termo passou a ser utilizado no Direito brasileiro para designar os bens registrados e tutelados pelo poder público. Assim, o tombamento é um dos dispositivos legais que o poder público federal, estadual e municipal dispõe para preservar a memória nacional. Também pode ser definido como o ato administrativo que tem por finalidade proteger - por intermédio da aplicação de leis específicas - bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Entre as diversas formas de proteção, o tombamento é o instrumento mais conhecido e utilizado. O tombamento de um bem cultural significa proteção integral, sendo uma das ações mais importantes relacionadas à preservação de um patrimônio de natureza material. O IPHAN atua de acordo com o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, na preservação e difusão dos bens culturais materiais. (IPHAN, perguntas frequentes).

O tombamento enquanto instrumento de gestão pública legal preconiza procedimentos que devem ser seguidos e que envolvem etapas bem específicas. Para melhor elucidar este argumento recorreremos a Grigoletto; Murguia, (2010, p. 3) que afirmam:

O procedimento para constituição do patrimônio e atribuição de valores a bens (móveis e imóveis, materiais e imateriais) pode ser considerado um complexo processo que, analisado em um nível profundo, remete-nos a universos abstratos e arbitrários, a campos de pensamentos, ideologias, contraposições, tensões; que paradoxalmente, desembocam em acordos consensuais.

Observa-se com esta declaração que a legitimidade institucional a cerca do patrimônio por meio do tombamento é de fato um procedimento juridicamente simples, mas que por envolver atores diversos, significações e representações simbólicas, além de intenções e motivações humanas. Isso tudo faz com que este procedimento seja complexo, pois o tombamento enquanto procedimento ainda envolve: conselhos, pesquisadores, especialistas, militâncias, sociedade civil, poder público, políticos, entidades e organizações.

Sobre inventário, Motta e Rezende (2016) dizem:

Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural. Nesse sentido, na trajetória das práticas de preservação, o conceito de inventário deve ser considerado chave, pois sempre remeterá à própria conceituação do que seja o patrimônio cultural.

Mediante o exposto, entende-se que os objetos inventariados pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural, passam a ser vistos como bens culturais que necessitam de proteção e de preservação, pois, conforme Chuva (2009, p. 150), a Constituição de 1988, no seu artigo 216, definiu de forma mais detalhada e ampla o que seria merecedor de proteção tutelar e novas formas para sua efetivação além do tombamento.

Conforme Chuva (2009, p. 149), para um melhor entendimento da assertiva a pesquisadora ainda aponta o Parágrafo 1º da referida Constituição que diz: “O Poder Público, com colaboração da comunidade, promoverá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e preservação.” (CHUVA, 2009, p. 150).

Assim, a inventariação constitui-se em uma das formas de reconhecimento de algo enquanto bem cultural significativo de uma localidade e de uma memória, pois este procedimento municia-se de informações sendo parte do que Frohmann (2009) conceitua de documentalidade.

Complementar à ideia acima destaca-se o que afirma Motta e Rezende (2016):

Dois aspectos, portanto, são importantes para uma reflexão sobre esse instrumento de identificação aplicado ao campo da preservação: as transformações das concepções de patrimônio e o desenvolvimento das tecnologias da informação. As tecnologias evoluíram desde as gravuras, da cartografia precária e de difícil reprodução, dos sistemas de arquivamento e análise manual dos dados, até alcançar os recursos das fotografias digitais, das imagens feitas por satélites, dos sistemas georreferenciados e dos bancos de dados. As concepções de patrimônio, por sua vez, transformaram-se, ficando também mais complexas e plurais com a ampliação dos sentidos de patrimônio atribuídos aos bens, com a ênfase no reconhecimento da diversidade cultural como um valor essencial à humanidade e com os questionamentos sobre a legitimidade da atribuição de valores e sobre os sujeitos dessa atribuição.

Ressalta-se, que o inventário de varredura do patrimônio cultural¹⁹ que catalogou os diversos engenhos no estado de Pernambuco, teve como justificativa para sua realização ser uma ação de planejamento estratégico do IPHAN em Pernambuco por meio de um estudo temático acerca do patrimônio cultural ligado ao ciclo da cana-de-açúcar. Sendo também uma ação integrada que buscou se articular com as ações de outras superintendências no Nordeste, bem como, por meio da cooperação técnica com instituições públicas e privadas e com as prefeituras dos municípios abarcados pelo inventário.

O inventário realizado pelo IPHAN se ocupou no trabalho de pesquisa preliminar que tencionou, primeiramente, conhecer o acervo arquitetônico no caso dos engenhos, para, em um segundo momento, atribuir valor e acautelar aqueles que vierem a ter representatividade enquanto patrimônio cultural brasileiro.

Portanto, um inventário compõe um esforço de identificação dos exemplares de um tipo de material que no caso do inventário dos engenhos buscou a arquitetura rural brasileira, ligada à civilização do açúcar, existente no Estado de Pernambuco, a fim de que, futuramente se possa realizar atribuição de valores aos bens ora identificados.

O inventário aqui tratado utilizou a proposta metodológica do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, tendo sido aplicadas as fichas: M101 – Contextualização Geral; M102 – Contexto Imediato; M103 – Informações sobre a Proteção; M207 – Relatório Fotográfico; M301 – Cadastro Geral/ Informações básicas; M302 – Bem Imóvel – Arquitetura; e, M304 – e Propriedades/Conjuntos Rurais.

¹⁹ Os objetivos para realizar o Inventário de Varredura do Patrimônio Cultural Material da civilização do açúcar em Pernambuco, composto por engenhos de açúcar (casa-grande, capela, moita ou fábrica, senzala e edifícios ou equipamentos afins – armazém, curral, olaria, chaminé, lago etc.), engenhos centrais e usinas. Por meio deste trabalho o IPHAN-PE se integra ao esforço nacional, que envolve diversas superintendências estaduais, no sentido de conhecer o patrimônio cultural edificado relacionado à civilização do açúcar no Brasil. Nesta linha de ação, definida pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), é que estão inseridos os projetos de inventários de conhecimento ou de varredura, em vários estados, que visam ampliar o raio de ação da Instituição, promovendo a primeira etapa de proteção do patrimônio cultural.

Como resultado desse estudo foi identificado entre outros itens: o dado histórico e a iconografia histórica de cada engenho; a legislação de proteção incidente; sua natureza e classificação; seu proprietário; sua tipologia arquitetônica; seu estado de preservação e de conservação. Foi, também, realizado o registro fotográfico atualizado, uma breve descrição arquitetônica de cada bem.

Assim diante dos desafios voltados a preservar o legado cultural das cidades é necessário, cada vez mais, conhecer o patrimônio cultural existente, com isso inventário seja qual for sua tipologia (reconhecimento ou varredura) são sem dúvida de instrumento de identificação que podem promover a valorização e o reconhecimento do legado cultural e para isso utiliza-se de informações sendo também um documento secundário conforme a ideia de documentalidade apontada por esta pesquisa.

Entretanto ressalta-se que o município de Jaboatão não dispõe de um inventário sobre seus bens culturais, mas existe uma publicação²⁰ que traz o patrimônio material da cidade com um conjunto significativo de informações sobre algumas edificações históricas da cidade, contento planta baixa, localização do bem, descrição histórica, imagens, entre outras informações. Esta publicação fica muito próxima da ideia e procedimento técnico de construtivo de um inventário sendo este o material que mais se aproxima de uma inventariação sobre os bens culturais da cidade de Jaboatão dos Guararapes.

Diante do exposto, pode-se dizer que no contexto sobre patrimônio e considerando sua noção de categoria jurídica a casa grande do engenho São Bartolomeu não é um bem patrimonializado, ou seja, não tem o *status* de patrimônio.

Entretanto, como já foi dito, o engenho e toda a sua edificação histórica foram inventariadas pelo inventário de varredura do patrimônio cultural do ciclo da cana-de-açúcar realizado pelo IPHAN Pernambuco que tem o objetivo de conhecer os bens culturais existentes no estado para assim poder atribuir o valor necessário para o tombamento.

Embora o engenho tenha o reconhecimento como patrimônio cultural por parte do poder público, diante de seu valor cultural e memorial o tombamento não foi realizado em nenhuma esfera de governo.

²⁰ Ver: MELO. Iara Helena Rodrigues de; MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Jaboatão: histórias, memórias e imagens**. Volume 2, Fundação Yapoatam, CEPE, Jaboatão dos Guararapes, 1996.

5.4 Senhor de engenho como *ethos*

Estima-se importante traçar um breve roteiro histórico para contextualização e auxílio à compreensão do *ethos* do senhor de engenho característico do Ciclo da Cana-de-Açúcar de Pernambuco. Compreende-se *ethos* como um deslocamento semântico do seu sentido original assim como concebido por Aristóteles: *logos*, *ethos* e *pathos* são as três dimensões constitutivas da Retórica, a arte do convencimento e da persuasão.

Explicando de forma esquemática, o *logos* corresponde à elaboração do pensamento abstrato e descontextualizado ou o pensamento metacognitivo que assume uma função primordial na organização do discurso. Esta modalidade de funcionamento intelectual implica a metacognição, processo que revela a consciência dos indivíduos a respeito de seus processos de pensamento. Na base do processo metacognitivo, o indivíduo opera o modo categorial de pensamento, ou seja, trabalha com categorias abstratas. O *ethos* corresponde às imagens de si (do caráter de quem tem o domínio do discurso) e o *pathos* é a emoção suscitada nos interlocutores. Trata-se de uma estrutura caprichosa e complexa.

No ato de ressignificar o conceito de *ethos*, este se refere aos traços característicos dos sujeitos, seus costumes, comportamentos e cultura que definem um grupo social ou, em larga escala, uma cultura ou uma nação. Mas como pensar o *ethos* do senhor de engenho?

O senhor de engenho que historicamente encarnou o patronato oligárquico, foi o “símbolo de masculinidade viril e patriarcal cujo *ethos* se mantém, ora perene, ora latente, na sociedade brasileira até os dias de hoje”. (FREYRE, 1990, apud RIBEIRO, 1996, p, 278-279). Este *ethos* é uma espécie de matriz estrutural do estamento social brasileiro que, de certa forma, se reproduziu no tempo histórico chegando aos dias atuais com os contemporâneos “coronéis” de inúmeros municípios do Brasil, cujas famílias dominam a política local, perpetuando os seus membros no poder administrativo e político.

Quanto ao universo das casas-grandes, no período colonial a monocultura do açúcar teve seu principal ator na figura do senhor de engenho de produção movida à mão-de-obra escrava. Tal figura era a autoridade máxima do estamento social daquele período, com satisfações apenas à Coroa Portuguesa. No final do século XIX, com o desenvolvimento tecnológico, muitas mudanças ocorrem surge com a modernização dos meios de produção: os velhos engenhos transformaram-se em usinas, mas não todos, apenas aqueles cujos proprietários tinham uma situação financeira compatível com o alto custo do maquinário. Por essa razão vários proprietários se fundiram para não ir à bancarrota.

A esse respeito, tanto a literatura de José Lins do Rego, como a prosa ensaística de Gilberto Freyre ilustram essas transformações. Do primeiro, tem-se o ciclo da cana-de-açúcar com os romances *Menino de engenho*, *Doidinho*, *Banguê*, *Fogo Morto* e *Usina*. De Freyre, a trilogia *Casa-Grande e Senzala*, *Sobrados e Mocambos* e *Ordem e Progresso*.

Importa lembrar que no final do século XIX Pernambuco ainda era importante polo produtor de açúcar de qualidade, chegando a possuir mais de cem usinas, mas a monocultura já havia migrado para os estados do Sudeste notadamente Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, a modernização dos meios de produção não foi o único fator da decadência dos engenhos, mas também a queda do preço do produto e a concorrência internacional.

Ao passo que o sistema provoca grandes mudanças, a figura outrora poderosa e senhorial dos senhores de engenho desaparece; surgindo em seu lugar o proprietário de usinas movidas a vapor, ou seja, os usineiros que obtiveram apoio governamental a partir do período do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937 a 1946). Estes passaram a buscar posições de poder dentro da estrutura de Estado, assim, criando um novo *ethos* que reproduz até os dias atuais o estamento social aparentemente imutável do passado.

Do apogeu econômico à ruína, muitos engenhos de Pernambuco e também do Nordeste foram se degradando com o tempo. Seus herdeiros não mantiveram vínculo algum com as atividades econômicas do passado. Haviam migrado para a capital do Estado ou da República, se transformaram em bacharéis de direito ou médicos na busca de posições no privilegiado mercado do profissionalismo liberal, do funcionalismo público e político.

É criado, dessa forma, um novo *ethos* do herdeiro do senhor de engenho, seja o que foi bem sucedido na assimilação das novas tecnologias das usinas, seja o que sucumbiu economicamente. O primeiro caso, no plano simbólico, ainda mantém uma aura de poder do empresário de sucesso, notadamente o que recebe privilégios do poder público. O segundo caso é o proprietário do engenho São Bartolomeu que ilustra bem, ou seja, o da degradação não só da atividade econômica, mas da própria edificação que foi demolida com a sua anuência, apesar de o engenho ter um projeto de tombamento pelo IPHAN.

É possível observar o que se pode chamar de rebaixamento do *ethos* desse proprietário: seu descaso e indiferença com o patrimônio material o levaram a destruí-lo sem necessariamente uma contrapartida financeira que justificasse esta escolha. A respeito desse proprietário, pode-se falar de um *ethos* com sinal negativo.

5.5 O que resta dessa memória

Como resultado da pesquisa realizou-se uma visita *in situ* na comunidade de Comportas a fim de registrar a situação atual, considerando que o Inventário do Ciclo da Cana – de – Açúcar realizado pelo IPHAN/PE, inventariou, catalogou, registrou, mapeou e organizou todas as informações sobre o que existia no Engenho São Bartolomeu no início do referido inventário. Mas para a surpresa desta pesquisa encontrou-se um nível de destruição bem mais devastador do que a demolição da casa grande. Abaixo segue o registro da situação atual do Engenho São Bartolomeu realizado em abril de 2018.

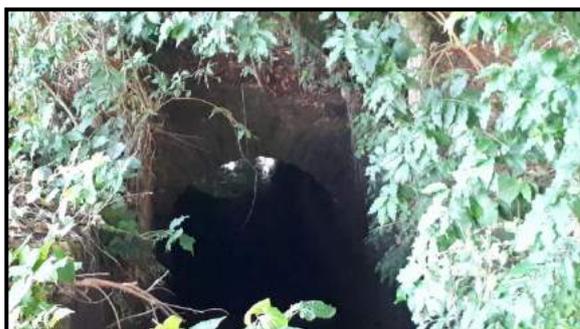
Quadro 08 – SITUAÇÃO ATUALIZADA DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU

SITUAÇÃO ATUAL DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU	
IMAGENS	COMENTÁRIOS (com referências e localização da imagem)
 <p>Fonte: Registro do autor, 2018.</p>	<p>VISTA DOS CASARIOS DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU ATUAL LOCAL QUE ABRIGOU A BIBLIOTECA COMUNITÁRIA E HOJE É O CENTRO CULTURAL HELENO VERÍSSIMO. REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico e Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa.</p>
 <p>Fonte: Registro do autor, 2018.</p>	<p>VISTA MAIS AMPLIADA DOS CASARIOS DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU QUE AINDA RESITEM AO TEMPO E A INTOLERÂNCIA HUMANA. REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico e Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa.</p>



Fonte: Registro do autor, 2018.

FACHADA DA SENZALA DE ACORDO COM O IVENTÁRIO DO IPHAN. IMAGEM REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, **Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico e Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa.**



Fonte: Registro do autor, 2018.

VISTA DO CANAL COM EXISTÊNCIA DA ESTRUTURA DO DIQUE DESDE A REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO EM 2010. REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, **Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico.**



Fonte: Registro do autor, 2018.

VISTA DO CANAL COM EXISTÊNCIA DA ESTRUTURA DO DIQUE DESDE A REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO EM 2010. REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, **Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico.**



Fonte: Registro do autor, 2018.

VISTA DE ONDE FICAVA A CASA GRANDE DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU. ATUALMENTE ESTÁ CONSTITUÍDA DE UMA ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, ABRIGANDO VEÍCULOS DE GRADE PORTE E TRATORES REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, **Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico e Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa.**



Fonte: Registro do autor, 2018.

VISTA MAIS PRÓXIMA DE ONDE FICAVA A CASA GRANDE DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU. ATUALMENTE ESTÁ CONSTITUÍDA DE UMA ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, ABRIGANDO VEÍCULOS DE GRADE PORTE E TRATORES. REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, **Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico e Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa.**



Fonte: Registro do autor, 2018.

VISTA DA ENTRADA DE ONDE FICAVA A ANTIGA COCHIA DO ENGENHO SÃO BARTOLEMU. ATUALMENTE NÃO EXISTE MAIS A EDIFICAÇÃO DA COCHIA QUE FOI INVENTARIADA EM 2010 PELO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO DO CICLO DA CANA DE AÇÚCAR. REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, **Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico e Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa.**



VISTA INTERNA DE ONDE FICAVA A ANTIGA COCHIA DO ENGENHO SÃO BARTOLEMU. ATUALMENTE NÃO EXISTE MAIS A EDIFICAÇÃO DA COCHIA QUE FOI INVENTARIADA EM 2010 PELO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO DO CICLO DA CANA DE AÇÚCAR. REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, **Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu,**

<p>Fonte: Registro do autor, 2018.</p>	<p>Ficha M207 – Relatório fotográfico e Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa.</p>
 <p>Fonte: Registro do autor, 2018.</p>	<p>LOCAL ONDE FICAVA A CASA GRANDE DO ENGENHO SÃO BARTOLOMEU, DEMOLIDA EM 2010, APÓS O INÍCIO DO INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO DO CICLO DA CANA DE AÇÚCAR. ATUALMENTE ESTA É A VISTA QUE A COMUNIDADE TEM DO LOCAL QUE TINHA UM DAS MAIS SIGNIFICATIVAS EVIDÊNCIAS FÍSICAS DA MEMÓRIA DE PERNAMBUCO. HOJE O QUE SE TEM NA PAISAGEM É UMA EXTENSA PAREDE CINZENTA DE BLOCO DE CIMENTO. O QUE ANTES ERA REVALADO AGORA ESTÁ ESCONDIDO E DEIXOU DE EXISTIR. REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico e Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa.</p>
 <p>Fonte: Registro do autor, 2018.</p>	<p>VISTA AMPLIADA DO LOCAL ONDE FICAVA A CASA GRANDE DO ENGENHO SÃO BARTOLEMU. REGISTRO REALIZADO EM ABRIL DE 2018. Ver, Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Objetiva-se, com a apresentação do quadro 4 – Situação atualizada do Engenho São Bartolomeu, evidenciar o estado do engenho. Por tanto, se faz necessário trazer a recordação um trecho específico da matéria intitulada **Patrimônio secular no chão** de Marcionila Teixeira, publicada no Diário de Pernambuco, em 14 de abril de 2010, que traz: “O medo agora está em torno da moenda, que ainda resiste de pé, mas que pode ser derrubada a qualquer momento”. O que a autora da matéria aponta como moenda é na

verdade a antiga cochia do engenho que também foi destruída. Reforça-se, também que esta edificação foi catalogada no inventário de varredura feito pelo IPHAN. (Ver, anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu, Ficha M207 – Relatório fotográfico e Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o patrimônio é, a partir do século XX, parte do esforço das sociedades em narrar o passado. E, segundo entendo, obriga-nos a uma reflexão sobre uma forma específica de as sociedades modernas e contemporâneas lidarem com experiência do transcurso do tempo e seu resultado para o conjunto das realizações humanas. Significa também operar a partir de um “duplo incontornável; a ausência e o sentimento que ele provoca,” significáveis apenas por meio de traços, de restos e de indícios que nos chegam. O passado só pode ser interrogado por intermédio desses sinais e, por esse caminho, ganhar sentido para as sociedades num determinado presente. Traços que poderão assim ajudar na ressignificação das construções materiais das sociedades passadas fazendo com que seus objetos possam ser vistos como algo diferente daquilo que eram quando foram criados. Trata-se, por conseguinte de uma nova forma de produção de visibilidade, capaz de transformar tais objetos do passado em algo diferente daquilo que um dia foram.

Hartog.

O patrimônio material é de fato um semióforo, pois se trata de um objeto visível investido de significações.

Grifo do autor.

Os pensamentos descritos acima são fruto de minha passagem pela Coordenação de Patrimônio Histórico local em que tive meus primeiros contatos com o patrimônio cultural e suas questões peculiares.

Esta pesquisa iniciou com alguns propósitos no que diz respeito a uma contribuição significativa para a Ciência da Informação, questão que particularmente me amedrontou bastante já que tinha em meu âmago entregar algo significativo para a CI. Com isso passei a questionar minha pesquisa inicial que não teve seu tema e objeto de estudo modificados, mas que necessitavam de amadurecimento e por sua vez mais aportes teóricos.

Diante da problemática e das hipóteses pontuadas pela investigação foi necessário encontrar a ligação adequada para estabelecer uma discussão propícia e que pudesse contribuir para o campo da CI. Pensei que minha proposta investigativa fosse algo pontual dentro das normalidades de qualquer pesquisa sem muitas ambições.

Com tema e problema definido restava-me tão somente adensar minhas ideias ao campo da CI, ou melhor, buscar na CI as argumentações para formular meus objetivos de forma adequada. Este exercício – ao mesmo tempo teórico e especulativo – levou a outras tantas inquietações.

Vale ressaltar que o desafio para produção desta pesquisa encontrou algumas dificuldades ao longo do percurso para sua evolução, assim identificou-se que não existe uma elevada quantidade de material bibliográfico com abordagem acerca da Ciência da Informação e o patrimônio cultural, como identificados no artigo de Souza e Crippa, porém

o número de trabalhos voltados à temática patrimônio cultural vem aumentando no universo da CI.

Realizou-se o levantamento sobre o estado da arte com o assunto patrimônio cultural no âmbito da CI tendo como base todas as comunicações apresentadas no GT- Debates sobre Museologia Patrimônio e GT 9 – Museologia, Patrimônio e Informação, em que analisou-se as edições dos ENANCIBs de 2007 à 2016. Destaca-se, assim a não identificação de produção científica em CI que trate especificamente da destruição do patrimônio cultural edificado como documento.

Buscou-se também recuperar na base de dados da BRAPCI artigos que tratassem da do patrimônio cultural, percebeu-se que o tema patrimônio na CI está circunscrito ao universo das instituições de memória, tais como bibliotecas, arquivos e museus, sendo observados seus acervos móveis dos mais variados tipos, documentos e os desdobramentos que estes espaços possibilitam pesquisar. Assim, normalmente a CI se preocupa com a documentação feita sobre aquilo que é denominado patrimônio diante de sua existência e evidência física, mas diante da sua falta ou destruição principalmente do patrimônio edificado nada foi localizado. Tal descoberta sinalizou o terreno fértil para ser desbravado, mas também, dificuldades a ser transposta.

Diante das inquietações geradas no processo de pesquisa, esses foram os primeiros pontos identificados para sua continuidade. Entende-se que é pertinente e relevante debruçar-se sobre um objeto no caso a destruição do patrimônio edificado, assunto tão pouco explorado, contudo, por outro lado a escassez de material promove insegurança e poucos subsídios para uma fundamentação bem executada.

Considerando-se que o campo do patrimônio cultural é de certa forma pouco explorado pela Ciência da Informação, “a destruição do patrimônio arquitetônico” como um documento que desapareceu, ou seja, foi alvo de um apagamento de memória específico objeto desta pesquisa não está sendo explorado pela CI.

Na busca pela coleta de informações sobre o Engenho São Bartolomeu em documentos custodiados pela Secretaria de Cultura de Jaboaão e por sua vez o Conselho Municipal de Cultura não encontrou-se nenhum documento que ateste o engenho e suas edificações históricas no processo de tombamento enquanto patrimônio cultural no âmbito municipal alcançado pelas leis 104/1997 e 399/2010 que dispõem sobre o patrimônio cultural Jaboaonense. Assim, diante da ideia da consolidação de monumento histórico e memorial que um objeto passa a ter, por meio do instrumento legal preconizado pelo tombamento, outro questionamento inquietante passou a assombrar a continuidade da

pesquisa, a constatação de que o engenho e suas edificações históricas não estão no cerne do tombamento municipal. Por tanto isto implicaria dizer que o engenho e seu conjunto histórico não têm valor patrimonial? Ou seja, não é um patrimônio cultural? Estas perguntas são imprescindíveis para o contexto da pesquisa já que não localizou-se o registro de tombamento do engenho em nenhuma instância de governo, seja federal, estadual ou municipal.

Relata-se, também que diante do acesso às atas das reuniões do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC do Jaboatão dos Guararapes, já que este órgão também delibera sobre o tombamento do patrimônio cultural da cidade, mediante lei municipal específica já mencionada, não localizou-se nenhuma informação que trate do tombamento do Engenho São Bartolomeu, também não foi localizada nenhuma nota de repúdio deste conselho quanto a destruição da casa grande do engenho.

Outro impasse, concernente à coleta de informações sobre o caso da destruição da casa grande do engenho (que foi amplamente difundido nos meios de comunicação em ambiente digital) resultou-se na identificação de que muitos dos *links* não estão disponíveis, ou seja, recuperáveis para a devida análise e veracidade da informação. Entretanto, alguns *links* foram recuperados, mas não localizou-se notas ou mesmo declarações dos órgãos de preservação do patrimônio cultural, federal (IPHAN), estadual (FUNDARPE), municipal (prefeitura municipal do Jaboatão), referente a destruição tratada na pesquisa. Contudo localizou-se um vídeo no *YouTube*, sob o título Engenho São Bartolomeu especificamente no canal do Diário de Pernambuco, publicado em 16 de abril de 2010 que trouxe a seguinte matéria “A destruição do Engenho São Bartolomeu, em Jaboatão dos Guararapes, expôs a fragilidade do patrimônio do estado, que não se encontra protegido pela legislação. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), iniciou desde 2008 um levantamento dos engenhos e sítios históricos no estado. Até agora já foram identificados 443 bens materiais passíveis de tombamento e que estão ameaçados também de virar pó, se nada for feito para impedir isso. Imagens: Tânia Passos/DP/D.A”. O vídeo é composto por uma entrevista com Célia Campos, diretora de patrimônio da FUNDARPE. Este foi o único registro oficial por parte dos órgãos de preservação que tratou do assunto. Não detectou-se nenhuma nota da Superintendência do IPHAN em Pernambuco, assim como da prefeitura municipal do Jaboatão dos Guararapes quanto a destruição da casa grande.

O Instituto Histórico de Jaboatão – IHJ, espaços visitado para busca de informações sobre o engenho somente dispunha de dois livros dedicados à memória do Engenho São Bartolomeu escrito pelas autoras Tereza Francisco, 2005 e Eulina Maciel, 2012. Espaço

guardião da memória histórica da cidade de Jabotão, IHJ não possui a custódia dos objetos e artefatos achados nas terras do engenho.

A guarda de alguns artefatos encontrados no engenho está sob a proteção da historiadora Eulina Maciel, conforme fotos no (Anexo I - Objetos achados nas terras Engenho São Bartolomeu).

Outro ponto que destaca-se é que o equipamento de captura de imagens não possui um alto desempenho, apresentando algumas imagens com baixa qualidade em que considera-se inferior ao considerado adequado para a realização da construção da memória do engenho,

Por fim, o proprietário atual do engenho não autorizou a entrada no local em que estava erguida a cada grande e a coxia, o que dificultou capturar imagens da situação atual dos locais. Ver (Quadro 4 – Situação atualizada do Engenho São Bartolomeu) p.88.

Ao formular minha pergunta de pesquisa acerca da destruição do patrimônio cultural que traz o apagamento da memória e o patrimônio material como documento, percebi que a CI enquanto ciência se preocupa com documentos esparsos que existem, ou seja, que não foram destruídos que não desapareceram, é claro que existe sim a preocupação com o esquecimento e com objetos e documentos que podem se perder diante da falta de preservação ou ausência de políticas de valorização da memória e até por falta de capacidade técnica e profissional adequada.

Entretanto meu ponto de questionamento se volta àquilo que já não existe, mas se tem evidência de sua memória em função da existência de uma documentalidade sobre este algo que se perdeu.

A pesquisa que apresento não é uma louvação ou supervalorização ao patrimônio de pedra e cal ou a memória dos vencedores; também não se trata de uma mera homenagem ao bem perdido. Esta pesquisa é uma reflexão sobre o patrimônio cultural, seus valores, agenciamentos e como estes podem ser melhor vistos e tratados em meio a uma sociedade contemporânea com problemas diversos que precisam ser resolvidos. Assim sendo, qual seria o lugar de importância do patrimônio cultural edificado representativo da nossa identidade, cultura e que são os semióforos que remetem a uma lembrança do passado e por muitas vezes estão ligados a fotografias e acontecimentos importantes de nossa memória coletiva.

Percebendo que na CI existe uma lacuna voltada ao estudo que se dedica ao patrimônio destruído surgiram os seguintes pensamentos: A CI não se preocupa com aquilo

que foi perdido? E, se não está preocupada com isso, para que preservar se o documento secundário já atende aos seus interesses?

Por mais que pareçam problemáticas para a CI, estas questões para mim se apresentam como uma tarefa a ser realizada e, se possível, fundamentada e solucionada no âmbito da CI. Surgiram, ainda, como uma oportunidade de elaborar uma pesquisa com maior capacidade de contribuir para o campo.

Assim, perguntar a CI se o patrimônio edificado é um documento atendeu na esfera pessoal às minhas inquietações, pois acredito que ao trazer um questionamento com teor de confronto configura-se em uma formulação que deseja contribuir para o campo qualitativamente e quantitativamente.

Visei, com isto, contribuir para com o campo científico da CI, bem como com o campo social nos seguintes aspectos: a) no âmbito científico, para que se torne um subsídio para futuras pesquisas, principalmente no empenho de que a CI possa aprofundar os estudos acerca do patrimônio cultural no que tange as questões ligadas ao documento e à documentação; b) para que o entendimento da definição de apagamento de memória seja observado como uma ação danosa ao patrimônio de natureza material e por sua vez possa ser percebido como uma categoria do esquecimento; e por fim c) contribuir para o desenvolvimento sociocultural e intelectual dos indivíduos, suscitando provocações e reflexões sobre a importância da permanência do patrimônio material, pois estes ampliam a esfera de presença do ser e por sua vez amplia o repertório intelectual e cultural das pessoas por meio da disseminação da informação.

Entendo e percebo que os bens culturais certamente contribuirão para evitar uma espécie de amnésia coletiva, além de propiciar a educação sobre o patrimônio cultural que é um elemento significativo e representativo de um passado.

Neste aspecto, o engenho e sua casa-grande da qual tratamos na pesquisa estão intimamente ligados à memória pernambucana. De acordo com Barthel (1996, apud CANTARELLI, 2014, p. 30), essa memória coletiva precisa ser ancorada em monumentos, tanto quanto em obras de arte e narrativas sociais.

Reafirmo que no contexto motivacional, pesquisar o patrimônio cultural de natureza material parte inicialmente do aspecto afetivo, por meio da contemplação de objetos e lugares que têm o poder de suscitar a rememoração de um tempo passado.

O patrimônio material possibilita conexão entre o passado e o presente, o visível e o invisível. Nesse sentido, identificamos conexões entre o patrimônio cultural material à memória, bem como à informação, sendo assim, a necessidade de realizar a construção da

memória do Engenho São Bartolomeu segue no sentido de rememorar e lembrar-se dos engenhos pernambucanos. Neste caso da casa grande do engenho São Bartolomeu

Esse argumento nos remete a Pierre Nora, quando o teórico defende que, na medida em que essa memória desaparece, nos sentimos obrigados a acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, enfim, sinais visíveis daquilo que aconteceu, investindo alguns lugares de uma aura simbólica, promovendo a cristalização de uma lembrança, o que ele denominou de Lugar de Memória.

Entretanto, o lamento da destruição desse lugar de memória se dá pela perda de um símbolo do passado que deveria ser preservado diante do reconhecimento de sua importância histórica e cultural.

Contudo, esta pesquisa nasce de minha preocupação quanto à destruição do patrimônio cultural ao martelo que não para de demolir e acabar com os vestígios singulares de nosso passado, nossos tesouros, pois durante o processo de pesquisa outros exemplares do passado especificamente outras edificações históricas foram demolidas ou parcialmente depredadas.

O tema patrimônio cultural está relacionado a outras áreas do conhecimento, propiciando um estreito diálogo com a memória, informação e cultura, assuntos pesquisados no âmbito da Ciência da Informação. Por outro lado, percebo a necessidade de investigação sob a perspectiva da CI no tocante ao patrimônio de natureza material como documento, sendo este uma evidência física uma fonte de informação e memória. Percebo o caso do Engenho São Bartolomeu como uma prática de apagamento de memória algo que provavelmente seja novo no âmbito da CI e que possivelmente ampliará a perspectiva de seu campo científico.

Importa dizer que uma cidade é constituída de uma série de elementos, dentre os quais destacamos seu casario, seus conjuntos arquitetônicos, seus monumentos, sobretudo os de importância histórica e artística. Estes refletem o passado e a tradição a que temos acesso por meio destas construções antigas consideradas aqui uma herança cultural e identitária de uma dada região.

Assim sendo, considero que esta pesquisa alcançou seu objetivo em lançar de forma provocativa a discussão acerca da demolição da Casa Grande do Engenho São Bartolomeu, suscitando o debate para a importância de políticas públicas culturais de preservação e conservação da memória, utilizando-se do apagamento de uma memória histórica, trazendo à tona a rememoração de uma memória que foi destruída pela ação impensada e brutal do

homem na busca do que se entende hoje por desenvolvimento em detrimento da perda e ou do desaparecimento do bem cultural.

Porém, ficam em nós as lembranças e os registros históricos daquele local de acontecimentos significativos e fatos que serão repassados pelo menos pela comunidade de Comportas de geração para geração. Fica também o desejo de não esquecer ou a tentativa de que isto não venha a acontecer para que, assim, seja possível cobrar e colaborar com a criação e efetividade de políticas públicas garantidoras e mantenedoras de nossas relíquias culturais a céu aberto, das nossas cidades-museus repletas de bens materiais que contam e recontam nossa história por meio de seus edifícios, casarios e monumentos.

Antes de finalizar estas considerações finais, considero pertinente tecer e relatar duas referências da indústria do cinema trata-se do filme *Cinema Paradiso* (1988) de Guiseppe Tornatore que retrata a história de Totó, um menino que se apaixona pelo cinema e que encontra no projetista uma amizade inesquecível. O filme retrata de modo espetacular toda a vida de Totó e a do cinema Paradiso local de muitas lembranças e histórias e que por conta do desenvolvimento é demolido assim como foi o objeto de pesquisa deste trabalho.

A semelhança de ambas as histórias me conduziram a realizar este projeto, pois foi na memória apagada e destruída que encontrei uma possibilidade de suscitar as discussões aqui formuladas.

Outra referência do cinema para esta pesquisa é o filme *Titanic* (1997) de James Cameron, que retrata o naufrágio do mais luxuoso navio de sua época, além de retratação de um acontecimento que marcou a história mundial o filme nos transporta para as memórias de Rose Dawson sobrevivente do naufrágio e que retorna ao local exato da tragédia para reviver por meios de seus objetos, as lembranças tudo o que ela vivenciou e presenciou em 14 de Abril de 1942.

A similaridade que encontro neste filme e o objeto de pesquisa deste trabalho se dá na forma como o objeto é utilizado para provocar o resgate da memória, ou seja, lembrar daquilo que se achava perdido e ou esquecido.

Assim sendo visualizo que, na condição de objeto de representação carregada de significados, a existência da casa-grande do Engenho São Bartolomeu possibilitava-nos um resgate, uma lembrança, uma viagem ao passado que o objeto físico oportuniza por meio da experimentação, da imersão como se fosse uma máquina do tempo que, ao simples olhar, tem o poder de nos transportar para outra época, outro momento histórico que faz parte de nossa existência como seres históricos. (considero esta ideia de transportar como uma ilusão, uma ilusão museológica).

Deixando de lado as referências cinematográficas, retomo as considerações entendidas após a finalização da referida pesquisa. De acordo com todas as análises realizadas chega-se com esta pesquisa às seguintes conclusões:

Sem dúvida, o objeto de significação que nos representa e nos identifica tem em si mesmo uma carga de informações não somente do próprio objeto, mas de nossa relação com ele e tudo que nos cerca, a memória afetiva, social ou coletiva está enraizada na condição humana sendo por sua vez difícil sua negação.

A demolição do vestígio histórico e cultural em Comportas, especificamente a Casa Grande do Engenho São Bartolomeu, deve trazer a nossa compreensão e alerta como estão sendo tratado nosso legado cultural.

Quanto ao apagamento da memória, elaborei uma definição que se adequou à pesquisa, diante do assunto em questão. Já no contexto do documento, as ideias de documentalidade serviram como o caminho mais oportuno na construção dos meus argumentos. No entanto, a pergunta feita à CI permanece: para esta área do conhecimento, o patrimônio cultural é um documento?

Aponta-se que esta pesquisa não se encerra aqui diante disso, sinaliza-se a importância de trabalhos futuros que se dediquem a temática do patrimônio cultural sob a perspectiva da CI, além da necessidade de realização de mais produções que se possa contribuir com a compreensão da indagação posta por esta investigação, a fim de se chegar a uma resposta sob a luz da CI. Por tanto, fica a certeza de que o trabalho realizado irá se somar a outras pesquisas existentes e futuras na CI que buscam postular a mesma questão desbravada por essa investigação. Portanto, é meu objetivo que esta pesquisa contribua para a formação de uma massa crítica sobre o patrimônio cultural no âmbito da CI e por sua vez para a ampliação desse tema no âmbito da CI para que esta área do saber possa ser mais uma ciência a contribuir com um assunto tão significativo para a sociedade e a cultura.

Ao fim a ao cabo da investigação, uma afirmação que pode funcionar como um alerta fica em nossos corações e mentes: “A destruição retira a possibilidade de vislumbrar aquilo que existia”. Eu acrescentaria, na esteira do pensamento de Walter Benjamin: ficamos mais pobres quando tudo que está estritamente vinculado à tradição, vista aqui como fundamento e esteio da existência humana, é destruído.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&a, 2003. Arquitetura. Maio de 2016. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/281870113703366/Tese%20Acoes%20de%20Destruicao%20no%20Patrimonio%20Cultural.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2017.
- AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Dicionário analógico da língua portuguesa: Afins / Thesaurus**. 3º ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital. 2016.
- BECKER, Howard S. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Tradução: Maia Luíza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2007.
- BLOG, **Jaboatão redescoberto**. Disponível em: <<http://jaboataodosguararapes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 nov. 2015.
- BRIET, S. **O que é a documentação?** Tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF. Ed. Briquet de Lemos / Livros, 2016.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>> Acesso em: 14 jun. 2016.
- BUFREM, L. S. Configurações da pesquisa em ciência da informação. **DataGramZero, Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, dez/2013. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago14/F_I_aut.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.
- CAMPOS, André Luiz. **Documentário examina a demolição do Palácio Monroe**. Filme “Crônica de uma demolição” de Eduardo Ades. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/documentario-examina-a-demolicao-do-palacio-monroe/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade: inspetoria de monumentos de Pernambuco**. Recife: Editora Massangana, 2014.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHATEAUBRIAND, Memórias de além-túmulo. In: POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente: séculos XVIII XIX do monumento aos valores**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

CHAUI, Marilena. Natureza, cultura, patrimônio ambiental. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte (Org.). **Meio ambiente: patrimônio cultural da USP**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romero. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CRIPPA, Giulia. O Patrimônio Cultural: a cidade como documento. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (orgs.). **Ciência da Informação e Documentação**. São Paulo: Ed. Alínea, 2011.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-102, 1978.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Traduzido por: Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

CONDEPE/FIDEM, **Perfil Municipal: Jaboatão dos Guararapes**.

Disponível em:

<http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=78583&folderId=14817649&name=DLFE-73342.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FROHMANN, Bernd. Revisiting “what is a document?”. **Journal of Documentation**, v. 65, n.2, p. 291-303, 2009.

FUNDARPE, **Patrimônio de Pernambuco: Materiais e imateriais**. Recife, 2009.

_____, **Processos de tombamento**. Disponível em:

<<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/acervo/processos-de-tombamento/>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos; DANTAS, Leonardo. (Org.) **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. v.1. Recife: CEPE, 2006.

GOMES, Geraldo. **Engenhos e arquitetura**. Recife: Editora Massangana. 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFTJ /Minc-IPHAN, 1996.

_____, **O patrimônio como categoria de pensamento.** In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.) Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Dp&a, 2009.

_____, **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios.** Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 15-36, Porto Alegre, jan/jun 2005.

GPLAN/SESAU, **Jaboatão dos Guararapes.** 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de: Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2003. Rio de Janeiro: Históricos, 1989. v.2, n.3, p. 3-154.

HARDY-VALLÉE, Benoit. **Que é um conceito?** São Paulo: Editora Parábola, 2013.

HARTOG, François. Regime de Historicidade: presentismo e experiências do tempo. **Coleção História e Historiografia.** Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2013.

HUGO, Victor. **O Corcunda de Notre Dame.** EDIÇÃO COMENTADA E ILUSTRADA Tradução, apresentação e notas: Jorge Bastos. Editora Zahar. Disponível em: <<http://sanderlei.com.br/PDF/Victor-Hugo/Victor-Hugo-O-Corcunda-de-Notre-Dame.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2017.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.** Tradução Vera Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

IBGE, **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros, 2014.

IPHAN, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 30. 2002.

_____, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 34. 2011.

_____, **Perguntas Frequentes.** Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?pagina=1>>. Acesso em: 14 dez. 2017

JORNAL A PROVÍNCIA. **A casa de engenho Megahype.** 17 de setembro de 1928.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **História do estado vira pó.** Nº 104. 14 de abril de 2010.

_____, **Patrimônio secular no chão.** Nº 104. 14 de abril de 2010.

_____, **Um passado muito rico em histórias.** Nº 104. 14 de abril de 2010.

KIM, Eric. **6 Lessons Eugene Atget Has Taught Me About Street Photography**
Disponível em: <<http://erickimphotography.com/blog/2013/09/30/6-lessons-eugene-atget-has-taught-me-about-street-photography/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 5 ed. Tradução de: Bernardo Leitão. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

LIMA, James Davidson. **Memórias Destruídas**. Recife, CEPE, 2012.

MACIEL, Eulina Monteiro. **Memórias do Engenho São Bartolomeu**. Olinda: Livro Rápido, 2010.

MELO, Iara Helena Rodrigues de; MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Jaboatão: histórias, memórias e imagens**. v. 2, Fundação Yapoatam. Jaboatão dos Guararapes: CEPE, 1996.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. E. V. A ciência da informação, memória e esquecimento. **DataGramZero**, v. 9, n. 6, 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_04b0f2f838_0007639.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

MOSTAFA, Solange Puntel. A Documentalidade como Conceito Filosófico. In: CRIPPA, Giulia Crippa; MOSTAFA, Solange Puntel. (orgs.). **Ciência da Informação e Documentação**. São Paulo: Ed. Alínea, 2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. de 1993.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Letramento, cultura e modalidades de pensamento. In: KLEIMAN, Angela (org.). **Os significados do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.

PALMA, Joana Sofia Martins. **Ações de destruição no Patrimônio Cultural: do vandalismo à Herança Cultural**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)- Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2016.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989.

POMIAN, Krzystof. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. vol. 42 (Sistemática). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**, séculos XVIII XIX do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

RIBEMBOIM, José Alexandre. **Senhores de Engenho: Judeus em Pernambuco Colonial. 1542-1654**. Recife: Editora 20-20, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

SANTANA, Andresa Bezerra de. Silêncio no centro do recife: as práticas urbanísticas e o calar de um monumento no período estado novista. **III Seminário Internacional Ubicentros**. Salvador-Bahia, 2012.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SARACEVIC, Tefco. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, 1995. v.24, n.1, p.36-41.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico**. Porto: Ed. Afrontamento, 2006.

SMIRAGLIA, Richard P. **The Elements of Knowledge Organization**. Dordrecht: Springer, 2014.

SOUZA FILHO, C. F. M. **Bens culturais e proteção jurídica**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 1997.

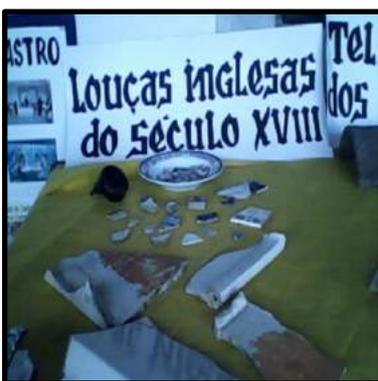
SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. **O Campo da Ciência da Informação e o Patrimônio Cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área**. v. 15, n. 29. p. 1-23. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n29p1>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. **O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n3/03.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

Apêndice A - Ações da Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes voltadas para a preservação do patrimônio histórico. (FESTA DA MANGA 2010)



Apêndice B – Exposição sobre o engenho São Bartolomeu na Festa da Manga edição de 2010. Organizada por Eulina Maciel e Coordenação de Patrimônio Histórico.



Acervo do autor, 2010.

Apêndice C – Capa do Diário de Pernambuco de 14 de abril de 2010.



Apêndice D – Jornal Diário de Pernambuco de 14 de abril de 2010, Nº 104, Vida Urbana C5.

vida urbana

14 de abril de 2010 - DIÁRIO DE PERNAMBUCO << C5

JABOATÃO DOS GUARARAPES // Engenho São Bartolomeu, mostrado pelo Diário no último domingo, foi destruído pelos proprietários

Patrimônio secular no chão




Um passado muito rico de histórias

Calcula-se que a casa destruída tinha cerca de 100 anos, data de sua última reforma, mas originalmente o prédio datava de 1636. Os historiadores contam que o lugar foi morada de judeus, cristãos-novos e holandeses. O Engenho São Bartolomeu foi palco, ainda, da construção do tradicional bote de mandioca pernambucana, que ganhou o nome de Sousa Lima, homenagem da esposa de um dos senhores de engenho. Continham de pé a fachada do que foi a antiga escola, que hoje abriga uma igreja evangélica e uma biblioteca comunitária.

Apesar da importância histórica do ambiente, podiam ser vistos sinais de descuido. Objetos antigos, como a balança de pesagem de casa-de-sacchar usada pelos senhores no século passado, são guardados sem cuidados até hoje por moradores da redondeza. O instrumento foi achado por pessoas que limpavam o mato em frente à casa grande.

A pesquisadora Elaine Maciel, que estuda sobre o engenho há 27 anos, afirma que no local era produzido aguardente. Ela explica que o gineceu tinha 160 mil litros, feito de vácuo, que servia à produção do álcool. Servia também para a produção de aguardente, com a história que formou de vácuo deitados placas de portagesso e penicilina para os holandeses durante a Revolução dos Guararapes. Um dia foi capturado pelos portugueses dentro do engenho e desmontado.

O terreiro São Bartolomeu vem de uma imagem que a família de Fernando de Vile mandou trazer do Portugal. Deu a ideia que ele ofereceu à mãe para contar que havia alguma estadia ali no caso grande. Vestido ou não, o local até hoje não foi escavado. Depois também foram levados artesanatos, planejados pelo engenheiro agrônomo Augusto de Castro, em 1960. Moradores dizem que muitos objetos foram destruídos ao longo dos últimos anos e que a casa grande estava fechada há mais de 20 anos. No longo tempo que havia, os moradores utilizavam para molhar lã. Apesar de não se lembrar de como era, disse, não sabia, então, uma moçada.

O moradores ainda não se lembram de como foi tudo. Foi tudo achado. Porém, não. De como foi a grande do Engenho São Bartolomeu, em Jaboaatão dos Guararapes, os restos podem ser vistos de um lado que, segundo historiadores, data de 1636 e era um dos mais antigos da Região Metropolitana de Recife. O imóvel, destruído pelo último dono há cerca de 100 anos, depois de uma reforma que não se sabe ao certo de quem. O imóvel, de Jaboaatão dos Guararapes, inclusive, recebeu um toque de casa. Com o tempo, no caso, a casa grande foi destruída no mesmo dia. O empresário Gauthier Galde, genitor do antigo proprietário, já morto, afirmava logo o lugar e disse que pretendia construir no local palácio e abrigar. Já o professor deve encaminhar o problema para a Procuradoria da Justiça do município para levar ao procedimento legal.

O advogado dos atuais proprietários da área, Walmir Lala, disse que em nenhum momento os donos dele foram procurados pelo professor para negociar o tombamento do casarão e negar que o prédio tenha valor histórico, então a decisão por estalado de engenho. "A casa teria pertencido à família Lala, de origem portuguesa, e foi passada para Augusto de Castro, que deixou o imóvel como herança para o filho Fernando de Castro. Sorrente em 1976 e casado de virgínia, já em ruínas, para José Miguel, o último dono, que morreu e ligar. A casa tinha no mínimo sessenta anos", explicou o advogado.

O empresário Gauthier Galde explicou que a família tem a intenção de alugar os terrenos galpões para armazenar produtos alimentícios e máquinas.

O secretário de Cultura e Turismo de Jaboaatão, Ivan Lima Filho, estava aguardando o pedido de tombamento municipal da casa grande. A solicitação em análise pelo prefeito Elian Gomes e poderia sair dentro de 90 dias. A ideia do governo municipal era comprar a casa dos atuais proprietários e começar o processo de revitalização da área. O valor da obra incluiu a construção de um parque polo-cultural, com espaço em 85 mil m². Segundo Ivan Lima Filho, o governo já teria garantido 85 mil m² e iria buscar o resto do terreno junto aos governos estadual e federal. Somente ontem Ivan Lima Filho vendeu a destruição da fazenda e do local para obter mais informações dos moradores. "Sabendo que sempre tinha interesse em tombamento, ele não poderia ter pensado que de alguma forma o tombamento seria para a preservação histórica e não para a reconstrução do imóvel, com verba do município", afirmou o secretário.

Descalento - Moradores do lugar há 27 anos, a dona de casa Maria das Dores Correia, 68 anos, afirma que costuma passar as tardes no terraço da casa grande, dentro de um terreiro. "A gente aproveitava para conversar lá, mas há falta", comentou. Segundo Miguel, 26 anos, ganhou o nome Miguel da Silva Neto, e costuma conversar a respeito para comemorar o aniversário de um ano de filha no terraço. "Agora vou ter que arrumar outro local", disse entristecido, falando que sofreu o boicote da destruição da casa. Comentações no lugar eram comuns. A última delas foi a festa de Miguel, organizada pelo próprio casal.

A professora da rede municipal de Jaboaatão, Lucilene Tereza e Wilson Cordeiro também ficaram surpresas com a paisagem onde antes havia a casa grande. "Fomos à mata e fomos ao lugar. Quando chegamos aqui hoje (ontem), estava tudo destruído", comentou Lucilene. O meio agora está em meio de moeda, que ainda resta de pé, mas que pode ser destruída a qualquer momento. (Márcia Teófilo)

•IMPLANTES DENTÁRIOS•
ISI - Instituto Solano de Implantes
 Seleção para cursos pacientes que precisam de

Informe Publicitário
Nova dentição

Apêndice E – Jornal Diário de Pernambuco de 14 de abril de 2010, Nº 104, Vida Urbana C5.



Ricardo Fernandes/CP DA Press

Um passado muito rico de histórias

Calculase que a casa destruída tinha cerca de 100 anos, data de sua última reforma, mas originalmente o prédio datava de 1636. Os historiadores contam que o lugar foi morada de judeus, cristão-novos e holandeses. O Engenho São Bartolomeu foi palco, ainda, da confecção do tradicional bolo de mandioca pernambucano, que ganhou o nome de Souza Leão, sobrenome da esposa de um dos senhores de engenho. Continuam de pé a fachada do que foi a antiga senzala, que hoje abriga uma igreja evangélica e uma biblioteca comunitária.

Apesar da importância histórica do ambiente, podiam ser vistos sinais de descuido. Objetos antigos, como a balança de pesagem de cana-de-açúcar usada pelos senhores no século passado, são guardados sem cuidados até hoje por moradores da redondeza. O instrumento foi achado por pessoas que limpavam o mato em frente à casa grande.

A pesquisadora Eulina Maciel, que estuda sobre o engenho há 27 anos, contou que no local era produzido aguardente. Ela explicou que o primeiro dono foi o judeu Fernão do Vale, que herdou a propriedade do irmão, Fernão Soares, dois holandeses. Conta a história que Fernão do Vale delatava planos de portugueses e pernambucanos para os holandeses durante a Batalha dos Guararapes. Um dia foi capturado pelos inimigos dentro do engenho e desapareceu.

O nome São Bartolomeu vem de uma imagem que a família de Fernão do Vale mandou trazer da Holanda. Diz a lenda que ele apreciava à noite para contar que havia riquezas enterradas atrás da casa grande. Verdade ou não, o local até hoje não foi escavado. O espaço também abriga árvores centenárias, plantadas pelo engenheiro agrônomo Augusto de Castro, em 1900. Moradores dizem que muitas espécies foram derrubadas ao longo dos últimos anos e que a casa grande estava fechada há mais de 20 anos. No longo terraço que havia, os moradores utilizavam para realizar festas. "Apesar de ricos, os donos desse lugar são mais ignorantes que a gente", disse, revoltada, ontem, uma moradora.



Ivete Campello/CP DA Press

na Região Metropolitana do Recife. Pedra sobre pedra foi o que restou

o patrimônio e foi ao longo das informações dos moradores do município tinha um bom patrimônio, ele tomou esse tipo de atitude para resolver o problema para a prefeitura e vamos cobrar a construção do imóvel, com verbas", afirmou o secretário.

Morada do lugar há 27 anos, Maria das Dores dos Santos, contou que costumava passar no terraço da casa em uma rede. "A gente era descansar lá. Isso faz parte da história. Edna Costa Miguel, 26 anos, também mora no nome Miguel em homenagem ao pai, José Miguel da Silva, e contou que estava se prepara-

rando para comemorar o aniversário de um ano da única filha no terraço. "Agora vou ter que arrumar outro local", disse, entristecida, falando que ouviu o barulho da derrubada da casa. Comemorações no lugar eram comuns. A última delas foi a Festa da Manga, organizada pela própria comunidade.

As professoras da rede municipal de Jaboatão Sueli Tavares e Mônica Coelho também ficaram surpresas com a paisagem onde antes havia a casa grande. "Lemos a matéria no domingo e decidimos que íamos visitar o lugar. Quando chegamos aqui hoje (ontem), estava tudo destruído", comentou Sueli. O medo agora está em torno da moenda, que ainda resiste de pé, mas que pode ser derrubada a qualquer momento. (Marcionila Teixeira)

Apêndice F - Jornal Gazeta Nossa ano IV - Edição Nº 76, Especial -1 Jaboatão 417 anos um pé no passado, outro no futuro – primeira quinzena de maio de 2010, Pag. 5.

Uma cidade com gosto de açúcar

O nome Jaboatão, segundo a história e o presidente do 441 Adilson Bello, o nome da terra foi derivado do rio Jaboatão em dois Jaboatã. A primeira menção era conhecida como terra da boia queimada, o nome Jaboatão foi no ano de 1588.

Segundo o Arquivo Histórico do Estado de Pernambuco, a história de Jaboatão começa em 1586, quando Gabriel Alves Paiva foi beneficiado com uma longa quadrada de terras cuja demarcação só foi feita em 1573. Essas terras foram originadas a vários engenhos, como Usina, Palmeiras e São João Batista.

O povoado de Jaboatão só seria fundado em 04 de maio de 1583, por Bento Luiz de Figueiredo, casado com Maria Paula, que assim restou data a escritura de compra e venda das terras do Engenho São João Batista (posteriormente Engenho Buiões, hoje Usina Buiões).

Segundo o pesquisador Jairo Davidoff, aproveitandose dos ataques realizados contra Recife e Olinda pelo corsário inglês James Lancaster, Figueiredo distribuiu terras a fim de afastamento perpétuo aqueles que fugiram da sede da Capitania.

Em 1573, o povoado passou a categoria de vila e, em 1584, ao ser desmembrado do território de Olinda, foi elevado à categoria de Cidade. Com isso, alguns dos seus moradores em 2010 também os 126 anos de emancipação política.

A partir de 1989, a festa de emancipação de Prazeres fez com que a prefeitura mudasse a sede da cidade para este bairro, alterando o nome para Jaboatão dos Guararapes, em 3 de maio de 1989. O nome Guararapes é homenagem ao local das batalhas históricas – os Montes Guararapes.

O município está dividido em seis regiões administrativas, as chamadas "regionais"

desde o início do século XVIII. Jaboatão – por parte da região – é a cidade como Jaboatão Velho, ou Jaboatão Centro, Cavaleiro, Curado, Mumbeca, Prazeres e Palmeiras.

De 1989 os municípios originados que existiram em Jaboatão ao longo de mais de 400 anos, como de resto em grande parte da faixa litorânea de Pernambuco, alguns são citados por vários historiadores, mas no total chegaram a cerca de duas dezenas ou mais, tendo alguns se perdido no tempo, outros jazem em ruínas e abandonados.

Engenho Santana, localizado no bairro de Suxupira, construído em meados do século XIX; Engenho Duas Unas, às margens do Rio Duas Unas, construção do final do século XVIII; Usina Buiões, antigo Engenho São João Batista, à margem da rodovia PE-07, próximo ao Rio Jaboatão, de fundação datada de 1573; Usina Jaboatão, a 3,3 Km de Jaboatão Centro, surgido do antigo Engenho Jaboatão; Usina Maribeca, às margens da Via de Integração Prazeres, fundada



Engenho Santana: original do senhor de Grupo Alves Paiva, foram seus primeiros proprietários os irmãos crioulos Manoel Soares e Fernando Soares. Chamado de inicialmente N.ª da Anunciação e mais pela 1ª vez em 1587. Muitas das ocorrências citadas nas "Arquiteturas" aconteceram neste engenho. Atualmente encontra-se em ruínas, pois corresponde o Antigo Usina Jaboatão, hoje desativada.

em 1689 pela Companhia Açucareira de Pernambuco e desativado na década de 60; Engenho Macujé, localizado a 4 Km de Jaboatão Centro, construído em 1575; Engenho Megepe, localizado a 3 km do povoado da Mumbeca; Engenho Saitana, cuja casa grande data do início do século XX; Engenho São Bartolomeu, que teve sua casa grande recentemente destruída, gerando apreensão de historiadores.

Fontes: Instituto Histórico de Jaboatão, Adilza Belo, Jairo Davidoff.

Cronologia histórica de Jaboatão dos Guararapes

- 27/01/1635 – Jaboatão é invadido pelo Holandês.
- 15/01/1635 – Mumbeca é invadida e saqueada.
- 1635 – No engenho Santana é fundado o povoado para o Benedito Paiva, Pernambuco tendo o nome Pernambuco Velho.
- 15/05/1636 – Ocupa a batalha de Curucuanas.
- 16/04/1648 – Ocupa a 1ª. Batalha dos Guararapes.
- 15/02/1649 – Arrebanca a 2ª. Batalha dos Guararapes.
- 1710 – O Engenho Macujé serve de local para reuniões políticas.
- 10/11/1710 – Benefício Vila de Melo, filia de Mumbeca, deu a 1ª. Carta de República, no povoado de Olinda.
- 15/06/1802 – Dr. Antônio de Moraes e Silva, no engenho Novo da Mumbeca, escreve o primeiro estatuto e a gramática de português para o Brasil com vocabulário, abreviatura e etimologia.
- 1738 – O Engenho Santana é o primeiro parágrafo em Itaipava a São Gonçalo Garcia.
- 1836 – O Engenho Cavaleiro move a vapor pela primeira vez, sendo o primeiro na América do Sul.
- 05/06/1883 – Escola pela primeira vez o jornal O Maranhão.
- 08/05/1874 – Os engenhos transformam-se em vilas.
- 1879 – A primeira professora, contratada pelo Colégio de Vereadores (Conselho) para lecionar gratuitamente foi a senhora Anselma Alencar de Moura. Já a primeira professora de artes foi dona Fátima Garcia.
- 16/01/1889 – O engenho Santana é dividido em lotes em um assentado projeto, mas se foram várias reformas agrícolas.
- 1901 – Criação da Escola Agrícola São Sebastião dos Póden, Saitana.
- 07/04/1911 – Surge a primeira escola de agronomia que funcionou no engenho de Saitana, tendo fundado 39 agricultores, antes de ser transferida para o Sítio. Hoje funciona ali o Quartel 14 B.
- 25/09/1916 – A Igreja de N. Sra. Aparecida, construída pelo Papa Bento XV, o terreno de Aggregação, que contém indústrias e a transformada em parte da Basílica de São Pedro no Maracá (Mazra) e a torna a única Basílica rural e a segunda no Brasil a gozar de tal nome.
- 04/06/1938 – Inauguração da Escola pública Senador Benedito.
- 07/03/1938 – Inauguração do Grupo Escolar Benedito Vieira de Melo, que tinha como diretor a professora Celene Oliveira Antunes, que também se tornou a primeira mulher vereadora de Jaboatão.
- 06/11/1952 – O Brasil do município é desativado por Benedito Cláudio e foi proposto pela Lei municipal número 67. O Hino de Jaboatão possui letra do poeta Benedito Tavares da Cunha Melo e música de dona Nissa de Oliveira.
- 1972 – A escola de samba Vila Isabel (RJ) homenageia Guararapes, por iniciativa do cantor Martinho da Vila, antigo morador do Morrão da Saúde.

Fonte: Instituto Histórico de Jaboatão.

Cronologia política de Jaboatão dos Guararapes

- 20/03/1764 – Jaboatão passa a ser distrito.
- 25/05/1873 – Jaboatão emancipa-se de Olinda. Seu primeiro Prefeito foi Dr. Joaquim Xavier de Lacerda.
- 23/05/1893 – Mumbeca passa a pertencer a Jaboatão.
- 02/12/1901 – Pela Lei Nº 02, Jaboatão Centro é considerado Distrito Sede.
- 1911 – São criados os distritos Jaboatão, Tejiúpe e Mumbeca.
- 16/12/1948 – Pela Lei Nº 50, é criado o Distrito de Cavaleiro, mas a instalação só se deu em 13 de novembro de 1951.
- 08/05/1973 – Jaboatão passa a integrar a Região Metropolitana do Recife.
- 11/04/1989 – O prefeito Geraldo José de Almeida Melo, transfere a sede do município para Prazeres, pela Lei Nº 04/89 e muda o nome para Jaboatão dos Guararapes.

Fonte: Instituto Histórico de Jaboatão

ENGENHO SÃO BARTOLOMEU

O Engenho São Bartolomeu era um dos mais antigos engenhos do município, pois consta sua existência em documentos antigos holandeses. Seu proprietário mais antigo que se tem registros é Felipe Dias do Vale, em 1623. Posteriormente, passou a pertencer a Fernão do Vale, irmão do proprietário anterior.

Fernão do Vale é considerado um dos traidores da conspiração contra os holandeses, por ter denunciado os insurretos para o comando flamengo. Em 15 de agosto de 1646, após as Batalhas de Curucuanas, os holandeses invadiram o Engenho São Bartolomeu e levaram Fernão do Vale e mais outras pessoas dando-lhes destino até hoje incerto.

Agora tivemos a notícia de que a casa grande do Engenho São Bartolomeu foi abaixo no último domingo

James Davidoff – <http://jaboatãodosguararapes.blogspot.com>



dia 11/04. Um verdadeiro crime contra a história de Jaboatão e do Estado de Pernambuco.

A história dessa calamidade começa no início de abril, quando a Secretaria de Cultura enviou um ofício ao Prefeito Elias Gomes solicitando o tombamento do bem em nível municipal. O pedido foi aceito pelo executivo e encaminhado para análise de acordo com as leis vigentes do município, principalmente a lei 104/79 que estabelece as restrições, BENEFÍCIOS e consequências do tombamento em nível local. Isto não impediria o uso do prédio para outras finalidades, apenas guardaria a arquitetura e o entorno do edifício contra as alterações e depredações, contudo a ignorância prevaleceu.

YAPOATAM COLÉGIO E CURSO

Trazemos em nosso nome o orgulho que temos da nossa terra

Uma homenagem do Yapoatam aos 417 anos de Jaboatão dos Guararapes



DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO MÉDIO Jaboatão Centro - Fone: 3481.0109

Apêndice G – Jornal Gazeta Nossa ano VI - Edição especial Nº 133 – 01 a 10 de maio de 2012, Pag. 4, em comemoração aos 419 anos de Jaboatão dos Guararapes.

419 ANOS DE JABOATÃO DOS GUARARAPES  GAZETA NOSSA ESPECIAL - MAIO DE 2012 - PÁGINA 4

No início, tudo era açúcar

Nascida dos engenhos, Jaboatão cresceu entre o doce sabor da cana e o amargo trabalho nos canaviais e nas usinas

No começo de tudo, as terras de Jaboatão eram basicamente tomadas pela cana-de-açúcar, resultado da imposição de Portugal para que o Brasil, enquanto colônia, equissas engenhos e produções açucareiras.

Até meados do século XIX, o açúcar abastecia toda a demanda de riqueza que havia na época. Em alguns países produtores de açúcar espalhados pelo mundo, as usinas foram tomadas por vendidas indústrias do chamado "ouro brasileiro". Em Jaboatão não foi diferente. Terras e sesmarias foram distribuídas especificamente para a produção brasileira do açúcar que era enviado para a Europa, e em pouco tempo, os "Senhores de Engenho" davam as regras em vastas extensões de terra. Até se estabelecerem totalmente com os holandeses, como você viu no texto da abertura desta edição.

Os engenhos variavam em tamanho, arquitetura e importância econômica. A maioria deles ficava localizada nas margens das rias. Em Jaboatão, alguns engenhos se destacaram e ainda hoje são referências históricas para pesquisadores de todo o Brasil. Veja as fotos e a situação de alguns e uma relação mais extensa abaixo, mas que não contempla todos, estimados em mais de 40, sem contar os que hoje pertencem a Moreno mas que a década de 1920 pertenciam a Jaboatão (Depois, em 1928, Moreno foi desmembrado de Jaboatão e passou a ser um município).

Águas Belas, Barbilho, Camargo (antigo São José da Mina), Carnassary (foi alagoado pela represa Duas Uñas), Canachaba, Capelinha, Cavalheiro (deu origem ao bairro do Cavalheiro), Caxito, Contracaxito, Corumbas (desmembrado do São Bartolomeu), Conceição (desmembrado do Engenho Novo), Corveta (ou Corveta), Coca de Onça, Curitiba, Engenho Velho (hoje bairro do mesmo nome) Entre Rios (hoje Reserva de Missaliba) Graalândia, Guararás, Guararapes, Jariguápolis (atual Adriago Cristo Redentor), Macaúpe, Marauá, Megaype de Baixo e Megaype de Cima, Muribegatuba, Missaliba (fazenda Missaliba), Palmeiras ou Mangapé, Pedra Lavrada, Pernambuco, Bezerria, Bico, Saldadinho, Santana, Santo Antãozinho, Santo André, Santo Estevão, São Joaquim, São Salvador, Socapiminha, Socorro (hoje atual bairro de Socorro). (Fonte: Jaboatão dos Guararapes Relevocebreto).

ENGENHO SÃO BARTOLOMEU



Assim, o engenho ainda habitável. Em 2010, logo após o encerramento de sua tombamento como patrimônio histórico, foi totalmente demolida pela proprietária. O fato foi notado no Diário de Pernambuco e um livro foi publicado com a história do engenho.

Pertenceu a Ferrão do Vale, considerado um dos traidores da guerra contra os holandeses. O Engenho São Bartolomeu foi um dos mais antigos e mais importantes da região. Infelizmente, o engenho ficará apenas nas memórias e nas fotografias. Em 2010, a casa grande foi derrubada sem que houvesse qualquer espécie de impedimento por parte das autoridades. A edificação inicial do engenho é do século XVII.



Livro de Fátima Monteiro Maset, publicado após a destruição do São Bartolomeu, relembra os bons tempos de um dos engenhos mais importantes de Pernambuco.

O Bolo Souza Leão nasceu aqui

O Bolo Souza Leão entrou na história da culinária pernambucana por intermédio de Dona Rita de Cássia Souza Leão Bezerria Cavalcanti, esposa do coronel Agostinho Bezerria da Silva Cavalcanti, proprietário do engenho São Bartolomeu, povoado de Muribeca, município de Jaboatão dos Guararapes.



De Dona Rita, renomada quitteira da época, tem-se conhecimento de que muitas de suas receitas ficaram famosas, como a do Bolo São Bartolomeu e o Bolo Souza Leão. Alguns ingredientes do Souza Leão, originalmente europeus, foram substituídos: o trigo pela massa de mandioca e a manteiga francesa, por manteiga feita na cozinha do engenho. O sucesso ficou garantido até a atualidade e é considerado o mais aristocrático bolo nordestino. Inclusive, na tradição de servir o bolo, existe a obrigação de utilizar pratos de porcelana ou de cristal. Provavelmente, esta exigência deve-se à importância dos Souza Leão, que o batizaram. Conta-se, também, que ele foi servido ao imperador Dom Pedro II e sua esposa, Tereza Cristina, quando de passagem por Pernambuco, no ano de 1853. (Fonte: Fundaj)

Conta-se que Gaspar Alves Purgas, em meados do século XVI, desmembrou sua sesmaria em várias partes, que deram origem aos engenhos São João Batista, Palmeiras e Suassuna.

ENGENHO SUASSUNA



O Engenho Suassuna foi fundado pelos irmãos Diogo Soares e Fernão Soares em 1573. O nome Suassuna significa voador preto e este nome foi dado por causa do Riacho Suassuna, que corta o local.

Pertenceu a Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (séc. XVIII), que lá conspiravam contra o império com idéias liberais. Foi a "Conspiração dos Suassunas", de 1801, seguida da "Academia Suassuna" que influenciaram movimentos como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador.

No século XIX pertenceu ao Barão de Suassuna, em 1889, o engenho foi adquirido pelo governo que fundou a Colônia Suassuna, a primeira tentativa agrícola em Pernambuco. A propriedade foi dividida em lotes e distribuídos. E daí a origem de alguns bairros com a denominação de "lote" em Jaboatão Centro.

O empreendimento não deu certo e a propriedade passou às mãos da Companhia Progresso Colonial, que instalou no local a Usina Jaboatão, desativada em 1996. Hoje, o antigo Engenho Suassuna encontra-se em ruínas e sua secular casa-grande, datada de 1790, foi saqueada e arruinada por vândalos, e suas paredes podem desabar a qualquer momento.



Tempo aureo da Usina Jaboatão. Foto: arquivo Movimento Juventude Suassuna

ENGENHO PALMEIRAS



Localizado no Sítio das Palmeiras, próxima a Colina dos Padres Salesianos e ao Engenho Mangapé, o Engenho Palmeiras é outro dos mais antigos engenhos pernambucanos e jaboatenses. Fundado por Fernão Vaz de Castro em parte da sesmaria de Gaspar Alves Purgas, em 1603, era chamado inicialmente de Engenho Santa Cruz. Foi vendido a Felipe Druz em 1616 e ficou arruinado durante a invasão holandesa, sendo também chamado de Engenho Mangapé. Fonte: PMJG. Foto: Janes Davidson

ENGENHO SÃO JOÃO BATISTA



Considerado o primeiro engenho de Jaboatão, o São João Batista data ainda do século XVI e é considerado o maior imóvel do patrimônio do estado, pois seu terreno pertence de 1593. No local hoje funciona a Usina Balthus. Foto: Livro Imprensa do Brasil no Social Vinte (<http://www.usinabalthus.org.br>)

Apêndice H – Imagens da destruição



Acervo do autor, 2010.



Acervo do autor, 2010.



Acervo do autor, 2010.



Acervo do autor, 2010.

Apêndice I -Produção científica das edições dos ENANCIBs de que traz o tema patrimônio a partir do GT- Debates sobre Museologia e Patrimônio e GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação. De 2007 a 2016.

Evento/Ano	Título da Pesquisa
VIII ENANCIB/2007 GT Debates sobre Museologia e Patrimônio	SERIEMAS E “PERSEGUIDAS”, SEUS SIMBOLISMOS, SEUS COMPORTAMENTOS. PATRIMÔNIOS DA NATUREZA, DA CULTURA OU DE QUEM? Marcio D’Olne Campos
VIII ENANCIB/2007 GT Debates sobre Museologia e Patrimônio	O CURSO DE ARQUITETURA DA ESCOLA NACIONAL DE BELASARTES E PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO 20. Helena Cunha de Uzeda
VIII ENANCIB/2007 GT Debates sobre Museologia e Patrimônio	A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO: análise das referências bibliográficas brasileiras e portuguesas. Aline Rocha de Souza, Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda.
X ENANCIB/2009 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	REQUALIFICAÇÃO URBANA E MOVIMENTO DO SUJEITO E DO SENTIDO NAS CIDADES. Rosangela M. de Britto, Luiz C. Borges
X ENANCIB/2009 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	PATRIMÔNIO AERONÁUTICO: presenças e ausências no museu aeroespacial brasileiro. Felipe Koeller Rodrigues Vieira, Marcus Granato
X ENANCIB/2009 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	MULTIPLoS OLHARES PARA UM PATRIMÔNIO: o estudo de caso do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí. Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro, Deusana Maria da Costa Machado
X ENANCIB/2009 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	O DOCUMENTO E SEU VALOR PATRIMONIAL. OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO DO MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO “PRUDENTE DE MORAES”. <i>Maira Cristina Grigoletto, Eduardo Ismael Murguia</i>
X ENANCIB/2009 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	FRAGMENTOS URBANOS: o patrimônio e a construção das paisagens simbólicas nas cidades contemporâneas. Carlos Eduardo Ribeiro Silveira, Nilson Alves de Moraes
X ENANCIB/2009 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	ESPAÇOS URBANOS EM PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO: Praça Floriano Peixoto e Ilha dos Museus. Lucia Helena dos Santos Torres, Nilson Moraes, Sônia Gomes Pereira
XI ENANCIB/2010 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	ATRIBUTOS SIMBÓLICOS DO PATRIMÔNIO: MUSEOLOGIA/ “PATRIMONIOLOGIA” E INFORMAÇÃO EM CONTEXTO DA LINGUAGEM DE ESPECIALIDADE. Diana Farjalla Correia Lima
XI ENANCIB/2010 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO BRASILEIRO: CONCEPÇÃO E RESULTADOS PRELIMINARES. <i>Marcus Granato, Roberta</i>

	<i>Nobre Camara, Elias da Silva Maia</i>
XII ENANCIB/2011 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	PATRIMÔNIO, A CIDADE E SUAS CAMADAS: A FORÇA DA ARTE NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS <i>Carlos Eduardo Ribeiro Silveira</i>
XII ENANCIB/2011 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	A história da antropologia social e a política de patrimônio científico no Brasil em meados do século XX. <i>Priscila Faulhaber</i>
XII ENANCIB/2011 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	INFORMAÇÃO PATRIMONIAL E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: uma análise das estratégias de preservação da memória do IPHAN e IPHAEP. <i>Danielle Alves Oliveira, Carlos Xavier Azevedo Netto</i>
XIII ENANCIB/2012 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	A PATRIMONIALIZAÇÃO DO IMATERIAL: UM ESTUDO DE CASO DO SAMBA CARIOCA. Álea Santos de Almeida, Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda
XIII ENANCIB/2012 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	MINAS GERAIS E A LEI ROBIN HOOD: PATRIMÔNIO E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE PRESERVAÇÃO. <i>Luciana Christina Cruz e Souza, Nilson Alves de Moraes</i>
XIII ENANCIB/2012 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	A PATRIMONIALIZAÇÃO DE REMANESCENTES DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO: O LEGADO DA CIA. NACIONAL DE ÁLCALIS. <i>Claudia Machado Ribeiro, Marcus Granato</i>
XIII ENANCIB/2012 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	DIVERSIDADE CULTURAL EM MUSEUS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA AMAZÔNIA. <i>Arlete Sandra Mariano Alves Baubier, Maria Amélia Gomes de Souza Reis</i>
XIV ENANCIB/2013 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO BRASILEIRO: RESULTADOS DE PESQUISA. <i>Marcus Granato, Elias da Silva Maia, Fernanda Pires Santos, Pedro Louvain de Campos Oliveira, Liliane Bispo dos Santos, EthelRosembergHandfas</i>
XIV ENANCIB/2013 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	DA FACE INATIVA DA INDÚSTRIA AO CONTEXTO ATIVO DO MUSEU: ASPECTOS DA MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. <i>Diana Farjalla Correia Lima</i>
XV ENANCIB/2014 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	_____
XVI ENANCIB/2015 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	A MATERIALIDADE DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL. <i>Willian Eduardo Righini de Souza, Giulia Crippa</i>
XVI ENANCIB/2015 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	PATRIMONIALIZAÇÃO E VALOR SIMBÓLICO: O “VALOR EXCEPCIONAL

	UNIVERSAL” NO PATRIMÔNIO MUNDIAL. <i>Diana Farjalla Correia Lima</i>
XVI ENANCIB/2015 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	SALVADOR CIDADE CAPITAL / CIDADE PATRIMÔNIO: MEDIAÇÃO ENTRE CIDADE MUSEU, PATRIMÔNIO CULTURAL E CIBERNETIZAÇÃO. <i>Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa</i>
XVII ENANCIB/2016 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	O PATRIMÔNIO CULTURAL UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: OS ACERVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. <i>EthelRosembergHandfas, Marcus Granato, Marta Catarino Lourenço</i>
XVII ENANCIB/2016 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	PATRIMONIALIZAÇÃO-MUSEALIZAÇÃO: A LONGA TRAJETÓRIA PARA A CATEGORIA PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. <i>Diana Farjalla Correia Lima</i>
XVII ENANCIB/2016 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	MUSEALIZAÇÃO/PATRIMONIALIZAÇÃO NO PROJETO MODERNO: MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. <i>Diana Farjalla Correia Lima, Tatiana da Costa Martins</i>
XVII ENANCIB/2016 GT9 - Museologia, Patrimônio e Informação	SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE: AS DECISÕES NOS PROCESSOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOS BENS CULTURAIS. <i>Eliane Marchezini Zanatta, Marcus Granato</i>
Total de pesquisas com o tema patrimônio	26

Anexo A – Inventário dos Engenhos de Pernambuco/Informações patrimoniais do Engenho São Bartolomeu.



SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura

Ficha M207 – Relatório fotográfico

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE	
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	1.4. Código Identificador Iphan
ENGENHO SÃO BARTOLOMEU	JA-077
3. IMAGEM	4. COMENTÁRIOS (com referências e localização da imagem)
	<p>VISTA DA ANTIGA CASA GRANDE DEMOLIDA EM 2010, APÓS O INÍCIO DO INVENTÁRIO.</p>
	<p>FACHADA LATERAL DA ANTIGA CASA GRANDE DEMOLIDA EM 2010, APÓS O INÍCIO DO INVENTÁRIO.</p>

Ficha M207 – Relatório fotográfico

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE	
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	1.4. Código Identificador Iphan
ENGENHO SÃO BARTOLOMEU	JA-077
3. IMAGEM	4. COMENTÁRIOS (com referências e localização da imagem)
	FACHADA POSTERIOR DA ANTIGA CASA GRANDE DEMOLIDA EM 2010, APÓS O INÍCIO DO INVENTÁRIO.
	VISTA DO ALPENDRE DA ANTIGA CASA GRANDE DEMOLIDA EM 2010, APÓS O INÍCIO DO INVENTÁRIO.
	DETALHE DA COLUNA E ESTRUTURA DA COBERTA DA ANTIGA CASA GRANDE DEMOLIDA EM 2010, APÓS O INÍCIO DO INVENTÁRIO.

Ficha M207 – Relatório fotográfico

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE	
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	1.4. Código Identificador Iphan
ENGENHO SÃO BARTOLOMEU	JA-077
3. IMAGEM	4. COMENTÁRIOS (com referências e localização da imagem)
	VISTA INTERNA DA ANTIGA CASA GRANDE DEMOLIDA EM 2010, APÓS O INÍCIO DO INVENTÁRIO.
	PISO INTERNO DA ANTIGA CASA GRANDE DEMOLIDA EM 2010, APÓS O INÍCIO DO INVENTÁRIO.
	VISTA DO CANAL

Ficha M207 – Relatório fotográfico

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE	
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	1.4. Código Identificador Iphan
ENGENHO SÃO BARTOLOMEU	JA-077
3. IMAGEM	4. COMENTÁRIOS (com referências e localização da imagem)
	VISTA DO CANAL
	VISTA DO CANAL
	ANTIGA CASA DE MORADOR – ATUAL BIBLIOTECA

Ficha M207 – Relatório fotográfico

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	
INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE	
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	1.4. Código Identificador Iphan
ENGENHO SÃO BARTOLOMEU	JA-077
3. IMAGEM	4. COMENTÁRIOS (com referências e localização da imagem)
	VISTA DA ANTIGA COCHEIRA
	VISTA DA COCHEIRA
	VISTA INTERNA DA COCHEIRA

Ficha M207 – Relatório fotográfico

MÓDULO GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
ENGENHO SÃO BARTOLOMEU		JA-077
3. IMAGEM		4. COMENTÁRIOS (com referências e localização da imagem)
		VISTA DA ANTIGA SENZALA
5. PREENCHIMENTO		
5.1. Entidade	CARDUS ESTRATÉGIAS URBANAS	5.2. Data
5.3. Responsável	VITÓRIA RÉGIA DE LIMA ANDRADE	12/08/2010



Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

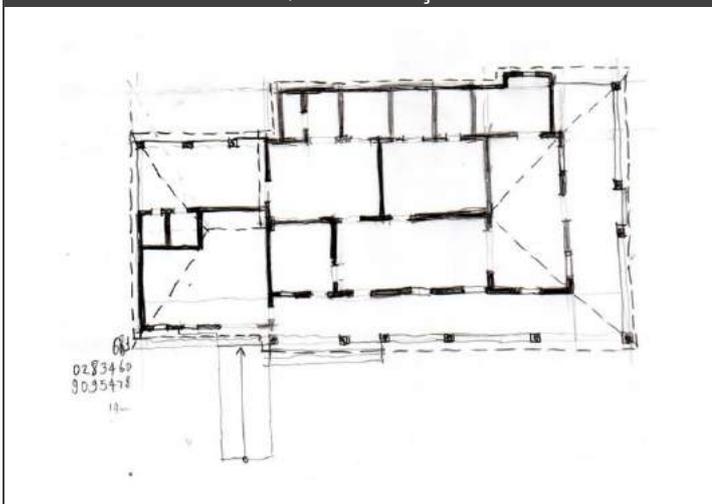
ENGENHO SÃO BARTOLOMEU

1.4. Código Identificador Iphan

JA-077

2. PLANTA/ CROQUI IMPLANTAÇÃO NO TERRENO

3. IMAGENS/ CROQUIS DAS FACHADAS



4. TIPOLOGIA

5. ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO

6. TOPOGRAFIA DO TERRENO

7. PAVIMENTOS

	Religiosa	SÉCULO XIX		Plano	Acima da rua (nº)	1	
X	Civil	8.USO ORIGINAL		Em active	Abaixo da rua (nº)	NENHUM	
	Oficial	HABITACIONAL		Em declive	Sótão	sim	X não
	Militar			Inclinado	Porão	sim	X não
	Industrial	9.USO ATUAL	X	Acidentado	Outros		
	Ferroviária	SEM USO	10. MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO [m] (Não Preencher)				
	Outra			Altura fachada frontal		Altura da cumeeira	
11. OBSERVAÇÕES				Altura fachada posterior		Altura total	
CASA GRANDE.				Largura		Pé direito térreo	
				Profundidade		Pé direito tipo	

12. FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES



Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

ENGENHO SÃO BARTOLOMEU

1.4. Código Identificador Iphan

JA-077



13. BREVE DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

A Casa-Grande do engenho São Bartolomeu tinha características semelhantes ao Grupo V, segundo classificação do arquiteto Geraldo Gomes, que denomina como "Bangalôs". As características básicas deste imóvel é ter um só pavimento, planta retangular, alpendre em forma de "L". O alpendre era sustentado por colunas redondas em tijolos. Embora tivesse sofrido alterações, principalmente no que se refere à parte interna, o partido básico se manteve. A casa foi demolida pelo proprietário logo após a nossa visita de campo, devido a divulgação de seu tombamento municipal.

13.1. Paredes externas (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)

Paredes periféricas em alvenaria de tijolos maciços e mais espessas que as internas, estas, mais finas, não iam até o teto.

13.2. Cobertura (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)

A cobertura era formada por telhas canais dispostas em quatro águas, e com ripamento apodrecido e/ou sofrendo a ação de cupins. Tinha caibros apoiados no chão, servindo como pontalotes, de modo a evitar o tombamento do telhado. O seu telhado em quatro águas era contínuo, cobrindo tanto o corpo principal da casa como os alpendres.

13.3. Aberturas e elementos integrados (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)

Algumas esquadrias estavam apodrecidas, mas todas eram em madeira, emolduradas em argamassa que acompanham as formas das janelas e portas.

13.4. Palavras-chave

INVENTÁRIO – JABOATÃO DOS GUARARAPES – ENGENHO – CASA GRANDE

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (etnológicas, arqueológicas e outras)

O ENGENHO TEVE A SUA CASA GRANDE DEMOLIDA, APÓS O INÍCIO DO INVENTÁRIO. MOTIVO PARA DEMOLIÇÃO POR PARTE DO PROPRIETÁRIO FOI A NOTÍCIA PUBLICADA EM JORNAL SOBRE O SEU TOMBAMENTO MUNICIPAL.

15. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE (copiar quantas linhas forem necessárias)

15.1. Planta (relacionar nomes)	15.2. Escala	15.3. Localização e base disponível	15.4. Data

16. OUTROS LEVANTAMENTOS/ BASES DE DADOS (copiar quantas linhas forem necessárias)

16.1. Tipo	16.2. Quant.	16.3. Autoria, localização e base disponível	16.4. Data
Fotografias	38	DIGITAL – FOTOS DE ALEXANDRE BRAZ	09/02/2010
Fotografias	04	PAPEL FOTOGRÁFICO - FUNDAJ - Diretoria de Documentação - CEHIBRA - Coleção Vale Açucareiro - VA - 31.194 - 31.195 - 31.196 - 31.197	N.I
Fotografias	02	PAPEL FOTOGRÁFICO – FUNDAJ – Diretoria de Documentação – CEHIBRA - Coleção Gileno De Carli– GDC – 13.133 – 13.134	N.I
Vídeo	01	RELATO ORAL – Câmera Fotográfica	09/02/2010

17. FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- COSTA, Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE, 1983. 1v. p.378,379.
- DUSSEN, AdriaenJacobsz van der. *Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. (1638)*. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (ed.). Fontes para a história do Brasil holandês: 1. A economia açucareira. Recife: CEPE, 1981. p. 86.
- DUSSEN, AdriaenJacobsz van der. *Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adrian van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640*. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (ed.). Fontes para a história do Brasil holandês: 1. A economia açucareira. Recife:

Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

ENGENHO SÃO BARTOLOMEU

1.4. Código Identificador Iphan

JA-077

CEPE, 1981.p. 149.

- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. 2 ed. Recife: CEPE, 2006. 1v. p. 339, 343, 344.

- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**. 2 ed. Recife: CEPE, 2006. 4v. p. 37.

- MARANHÃO, Paulo. **Cana de açúcar e engenho bangüê colonial**. Recife: COMUNIGRAF, 2003, p. 110, 111.

18. PREENCHIMENTO

18.1. Entidade	CARDUS ESTRATÉGIAS URBANAS	18.2. Data
18.3. Responsável	VITÓRIA RÉGIA DE LIMA ANDRADE	12/08/2010



Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.3. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

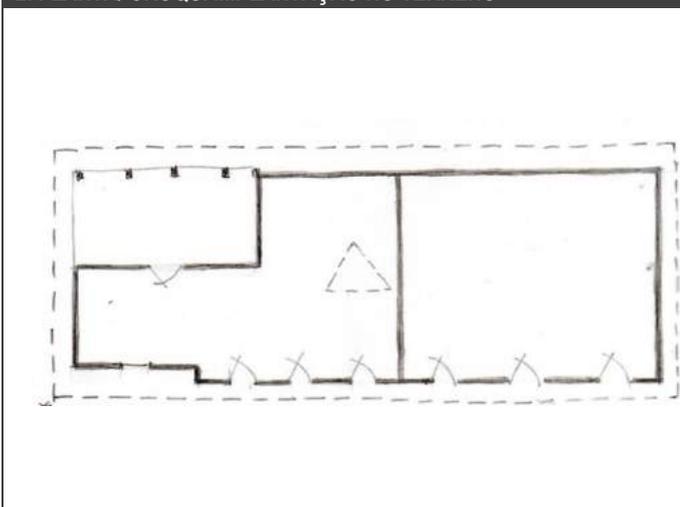
ENGENHO SÃO BARTOLOMEU

1.4. Código Identificador Iphan

JA-077

2. PLANTA/ CROQUI IMPLANTAÇÃO NO TERRENO

3. IMAGENS/ CROQUIS DAS FACHADAS



4. TIPOLOGIA

5. ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO

6. TOPOGRAFIA DO TERRENO

7. PAVIMENTOS

<input type="checkbox"/>	Religiosa	SÉCULO XX	<input type="checkbox"/>	Plano	Acima da rua (nº)	1	
<input checked="" type="checkbox"/>	Civil	8.USO ORIGINAL	<input type="checkbox"/>	Em aclave	Abaixo da rua (nº)	NENHUM	
<input type="checkbox"/>	Oficial	HABITACIONAL	<input type="checkbox"/>	Em declive	Sótão	sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
<input type="checkbox"/>	Militar		<input type="checkbox"/>	Inclinado	Porão	sim	<input checked="" type="checkbox"/> não
<input type="checkbox"/>	Industrial	9.USO ATUAL	<input checked="" type="checkbox"/>	Acidentado	Outros		
<input type="checkbox"/>	Ferroviária	BIBLIOTECA / RELIGIOSO	10. MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO [m] (Não Preencher)				
<input type="checkbox"/>	Outra		Altura fachada frontal		Altura da cumeeira		
11. OBSERVAÇÕES			Altura fachada posterior		Altura total		
ANTIGA CASA DO MORADOR.			Largura		Pé direito térreo		
			Profundidade		Pé direito tipo		

12. FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES



13. BREVE DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

Construção simples, de planta retangular caracterizada como um conjunto de casas conjugadas. Esse imóvel já sofreu muitas intervenções.

13.1. Paredes externas (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)

Alvenaria de tijolos cerâmicos.

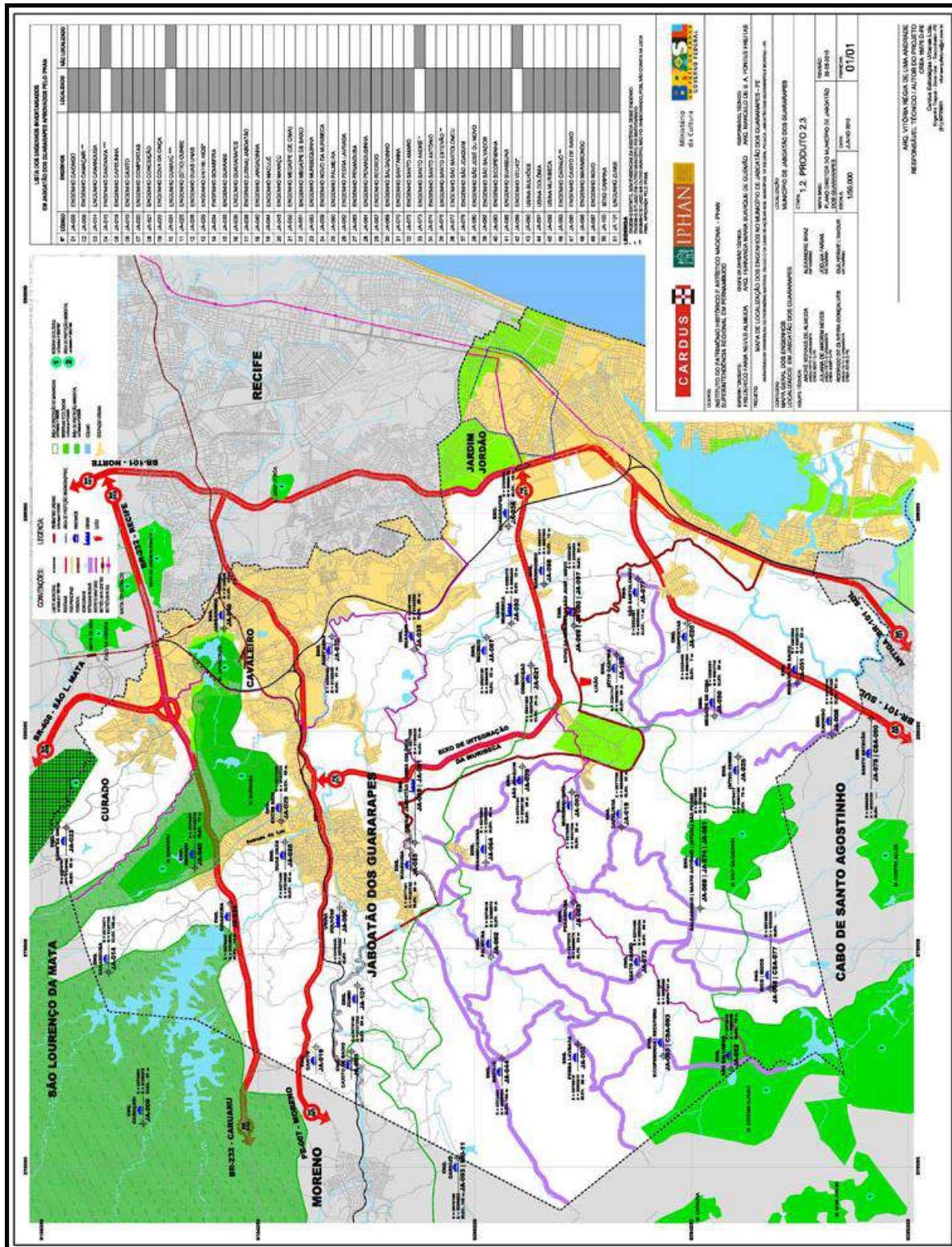


Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO									
1.4. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)									
MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE									
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)									
INVENTÁRIO DE VARREDURA DO PATRIMÔNIO MATERIAL DO CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE ESCADA, IPOJUCA, JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO - PE									
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)								1.4. Código Identificador Iphan	
ENGENHO SÃO BARTOLOMEU								JA-077	
2. PLANTA/ CROQUI IMPLANTAÇÃO NO TERRENO					3. IMAGENS/ CROQUIS DAS FACHADAS				
4. TIPOLOGIA	5.ÉPOCA/ DATA DA CONSTRUÇÃO		6.TOPOGRAFIA DO TERRENO		7. PAVIMENTOS				
Religiosa	SÉCULO XX		Plano		Acima da rua (nº)		1		
Civil	8.USO ORIGINAL		Em aclave		Abaixo da rua (nº)		NENHUM		
Oficial	INDUSTRIAL		Em declive		Sótão	sim	X	não	
Militar			Inclinado		Porão	sim	X	não	
X Industrial	9.USO ATUAL		X Acidentado		Outros				
Ferroviária	COCHEIRA		10. MEDIDAS GERAIS DA EDIFICAÇÃO [m]						
Outra			Altura fachada frontal		Altura da cumeeira				
11. OBSERVAÇÕES			Altura fachada posterior		Altura total				
MOITA.			Largura		Pé direito térreo				
			Profundidade		Pé direito tipo				
12. FOTOS E ILUSTRAÇÕES DE DETALHES IMPORTANTES									
13. BREVE DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA									
Está descaracterizada, possuindo elementos e materiais que não pertencem à época de sua construção.									
13.1.Paredes externas (Técnicas construtivas, Estruturas, Materiais e Acabamentos)									

Anexo B - Mapa de Localização dos Engenhos



Fonte: CARDUS, 2010 e Plano Diretor do Jaboatão dos Guararapes.

Anexo C - Casa Grande do Engenho São Bartolomeu.



Ano 1909. Onde morou Dr.º Hermano de Castro.

Fonte: Acervo de Eulina Maciel

<<http://memoriasdosengenhosdejaboato.blogspot.com.br/search?q=s%C3%A3o+bartolomeu>>



Fonte: Acervo de James Davidson

<<http://jaboataodosguararapes.blogspot.com.br/>>

Anexo D – Foto de morador do engenho São Bartolomeu.



Acervo fotográfico da Setecel cedido por Roberto Vasconcelos

Anexo E – Móvel da casa grande doado a moradora do engenho São Bartolomeu antes da destruição



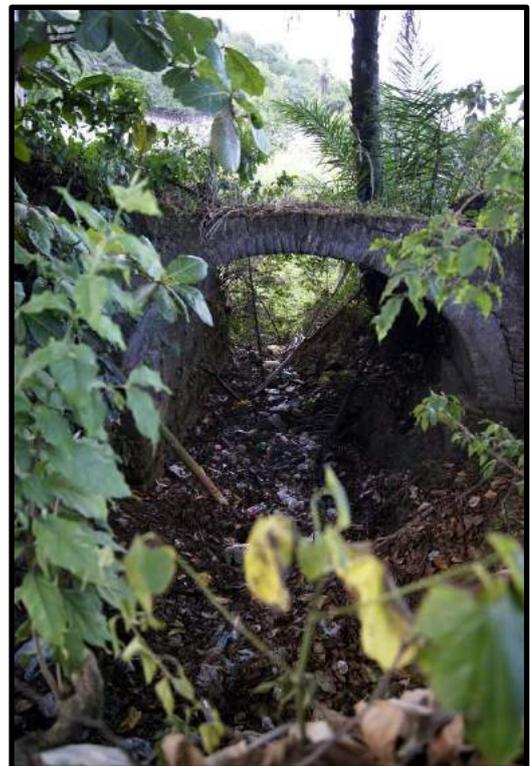
Acervo do autor

Anexo F – O Engenho São Bartolomeu I

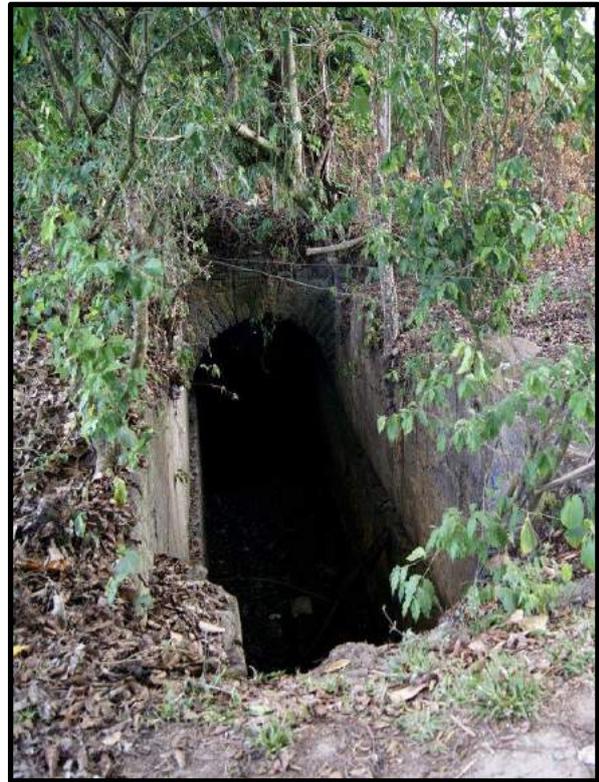


Acervo do Jornalista Valter Andrade

Anexo G – O Engenho São Bartolomeu II

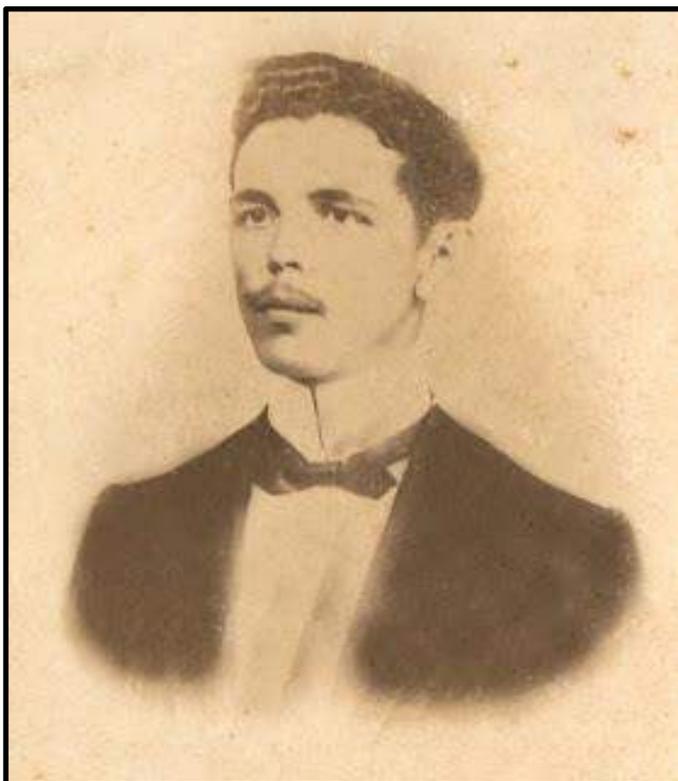


Acervo do Jornalista Valter Andrade

Anexo H – O Engenho São Bartolomeu III

Acervo do Jornalista Valter Andrade

Anexo I – Donos do Engenho São Bartolomeu em 1909.

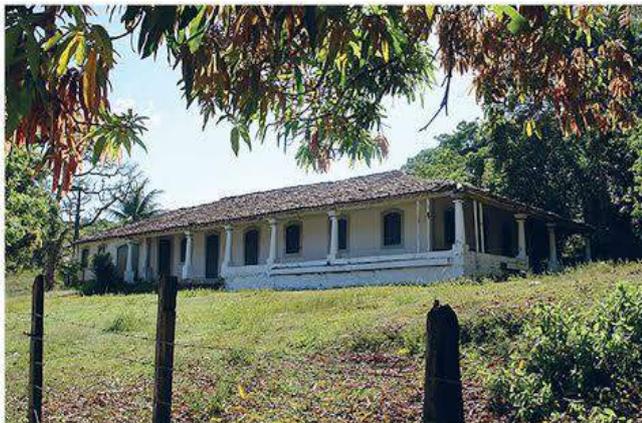


Augusto de Castro dono do engenho em 1909.

Albertina de Castro esposa de Augusto Castro em 1909.



Hermano de Castro Filho de Augusto e Albertina.



James Davidson
Jaboatão dos Guararapes
redescoberto

<http://jaboatoadosguararapes.blogspot.com>



Uma visita ao Engenho Duas Unas

A casa-grande do Engenho Duas Unas localiza-se no Centro de Jaboatão, na Estrada da Luz, bairro de mesmo nome e às margens do Rio Duas Unas. Muito conhecida como "casarão" pelo povo, sua arquitetura não deixa mentir sua idade: mais de 100 anos! Constitui-se em uma verdadeira relíquia dos tempos de outrora!

Não se sabe a data de fundação do Engenho Duas Unas, porém, em 1857 ele já existia com sua casa-grande, como consta numa escritura de venda do cartório da cidade. Portanto, a atual casa-grande deve ter pelo menos mais de 150 anos! Nessa época, o engenho era conhecido como sítio Duas Unas e eram cultivadas várias culturas como coqueirais, bananas e abacaxis, além da cana-de-açúcar. Porém, em outras referências, aparece como propriedade, engenho e chegou até a funcionar como usina, quando então era conhecida como engenhooca. Ainda hoje existe um galpão da antiga usina no local.

Hoje, o engenho não mais funciona, suas terras estão sendo loteadas pelos proprietários e a casa-grande serve de residência para os mesmos. Ao lado dela, existia um belo escalpito centenário que desabou em consequência de sua idade. Luz uns quatro anos. Essa casa é muito conhecida pelos moradores da região e do bairro de Santo Aleixo que a chamam de "casa mal-assombrada".



A casa-grande do Engenho Duas Unas foi construída em estilo eclético e possui grande volumetria, destacando-se na paisagem pelo seu isolamento, por sua antiguidade e pelo seu tamanho. Possui dois pavimentos, tem teto em duas águas e fechadas compostas por portas e janelas emolduradas. Constitui um belo marco histórico da região e adjacências que merece ser conservado para a posteridade jaboatense.

James Davidson é graduado em Geografia pelo UPE e membro do Instituto Histórico de Jaboatão, onde realiza pesquisas sobre a história, a geografia, a arqueologia e a cultura de Jaboatão dos Guararapes e áreas circunvizinhas. Amante da natureza, da história e do passado, luta pela preservação e pela valorização da cidade.

PALESTRAS ESCOLARES SOBRE
JABOATÃO DOS GUARARAPES

Entre em contato pelo fone: (81) 9627.8361

CONHEÇA A HISTÓRIA DE SUA CIDADE!



Leia também a
Gazeta Nossa
Zona Sul.
Boa Viagem,
Setúbal, Pina,
Imbiribeira e
Ipsép

Bairro de Comportas realiza seu 14º Festival da Manga

Festa é realizada no mais que centenário Engenho São Bartolomeu

O Engenho São Bartolomeu, em Comporta, vive um das manifestações mais bonitas da zona rural de Jaboatão dos Guararapes e de Pernambuco. Por iniciativa do escritor Heleno Veríssimo, falecido em 26 de agosto de 2009, foi criado o Festival da Manga, este ano em sua 14ª edição.

Heleno Veríssimo, observando a fatura da manga no engenho, resolveu criar três dias de festa, sendo que este ano ocorrerá nos dias 26, 27 e 28 de março.

Neste período, se repetem atrações como shows musicais, tendas de produtos derivados da manga, os *manués* e bolos de Lúcia, entre outras atrações saborosas.

Lembrando o "Festival Mouró", de origem medieval, estarão presentes a corrida da

argolinha e a cavallhada.

A Gazeta Nossa esteve no Engenho São Bartolomeu e conversou com os organizadores da festa, Edvaldo José da Silva e Wilson José da Silva, que destacaram o valor da festa para toda a comunidade de Comportas. Segundo Edvaldo, são esperadas mais de 4 mil pessoas nos 3 dias de festa, que este ano, pela primeira vez, tem a participação da Prefeitura de Jaboatão, através da Secretaria de Cultura que, segundo ele, ficará responsável também pelas atrações musicais. Dois diferenciais são ressaltados por Edvaldo: Neste ano de 2010 a festa, seguindo as orientações da Secretaria que estão sendo aplicadas a outras festas similares, inclusive ao carnaval, não passará da meia-noite; também não

será cobrado ingresso algum, ficando a área ao lado do engenho livre para a participação popular. Segundo ele, a cobrança do ingresso foi um dos motivos da pouca frequência em 2009. No famoso Jogo da Argolinha são esperados no mínimo 50 cavaleiros, meta nada difícil de alcançar, uma vez que na comunidade o cavalo ainda é o meio de transporte mais comum, e desde criança todos estão acostumados a cavalgar. Edvaldo afirma que a festa começa diariamente por volta das 15 horas, mas a qualquer hora todos visitantes será bem recebido para desfrutar o bucólico local, com direito a ouvir a história mais que centenária do Engenho São Bartolomeu, em redor da qual se desenvolveu a comunidade.

Programação

Sexta-feira 26
20h – Atração local com Magos dos Teclados
21h – Cantoria com Antonio Lisboa e Edmilson Ferreira
22-30h – Pé-de Serra com Jailson Rito

Sábado 27
20h – Atração local com grupo Conjunto Pernambucano de Choro
22-30h – Ronaldo Abolador

Domingo 28
15h – Corrida de Argolinha
20h Atração local com grupos cover
21h – Música brega com a Banda Aporencia
22h – Encerramento com a Banda Tucanos do Forró

História de Pernambuco e de Jaboatão abandonada

O engenho São Bartolomeu, localizado próximo ao bairro de Comportas, no 1º Distrito de Jaboatão dos Guararapes, um importante e felizmente esquecido marco colonial do século XVI já foi palco de rugas no período holandês, quando o seu então proprietário, Fernão do Vale, foi arrastado da sua casa e sumiram com ele sem deixar sombras, juntamente com outras pessoas. É atribuído a Dona Rita de Cássia Souza Leão Bezerra Cavalcanti a receita original do hoje famoso bolo Souza Leão, reconhecido como um patrimônio cultural legitimamente jaboatense.

Já no século XIX ali residiu o confederado Agostinho Bezerra Cavalcanti e Souza, que foi decapitado no largo das Cinco Pontas dois meses depois do arcabuscamento de Frei Caneca.

O engenho, banhado pelo Rio Jaboatão, nem por isso tem a atenção dos poderes públicos municipais e estaduais. Definitivamente abandonada, é hoje moradia de morcegos e de cupins, com o teto desabando e sua estrutura sofrendo riscos de cair. A ponte que ligava a comunidade à Muribeca caiu há muitos anos, deixando a comunidade mais isolada ainda, apesar de estar a pouca distância de um dos maiores "corredores de desenvolvimento", a nova BR 101.



Muito bonita conta da já frágil estrutura da antiga Casa Grande

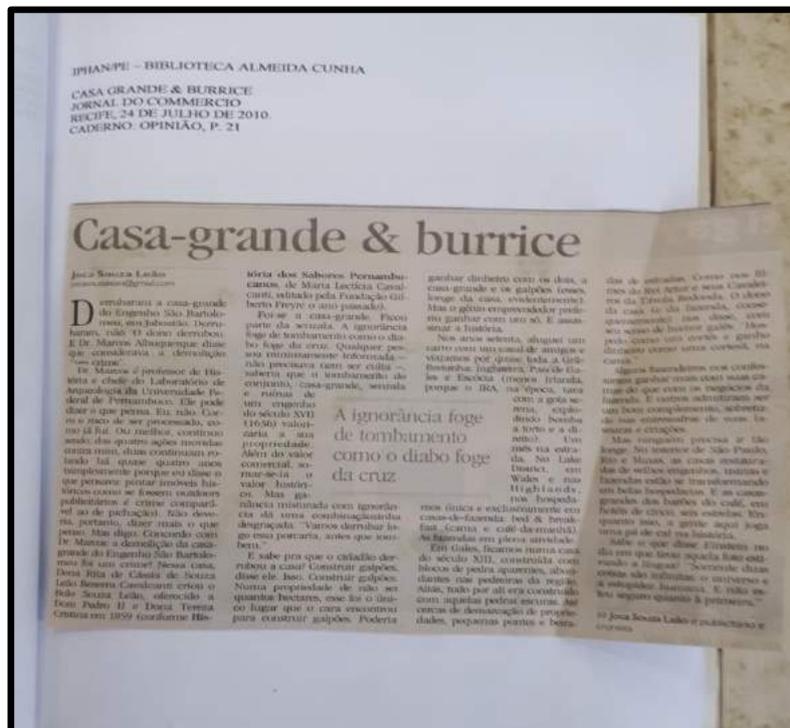


A esquerda o que resta da antiga ponte que ligava a comunidade à Muribeca. À direita, a sustentação improvisada do teto que já está caindo. É só uma questão de tempo para que tudo se resumia à memória.

Anexo K – Jornais do acervo da Biblioteca Almeida Cunha - Superintendência do IPHAN em Pernambuco



Acervo da Biblioteca Almeida Cunha - Superintendência do IPHAN em Pernambuco



Acervo da Biblioteca Almeida Cunha - Superintendência do IPHAN em Pernambuco



Acervo da Biblioteca Almeida Cunha - Superintendência do IPHAN em Pernambuco



Acervo da Biblioteca Almeida Cunha - Superintendência do IPHAN em Pernambuco



Acervo da Biblioteca Almeida Cunha - Superintendência do IPHAN em Pernambuco

guarda relíquias esquecidas pelo poder público

Tesouro escondido em engenho

MIRELLA MARQUES
mirellamarques.pe@dabr.com.br

A população da comunidade de Comporta, em Jaboatão dos Guararapes, nem desconfia que existe um tesouro histórico bem debaixo de seu nariz. É lá que está localizado o Engenho São Bartolomeu, um dos mais antigos da Região Metropolitana do Recife. Construída em 1636, a casa-grande foi morada de judeus, cristãos-novos e holandeses. Paredes da feitoria e da senzala ainda resistem ao tempo. Mas foram totalmente modificadas. Inclusive pintadas, para abrigar uma biblioteca e uma igreja evangélica. Desde que seu último dono morreu, em meados da década de 1980, o engenho foi fechado. Isso não impede que o terraço da casa seja utilizado pelos vizinhos como salão de festas. Até uma churrasqueira foi encontrada pelo *Diário* na área que deveria ser tombada. Foi no São Bartolomeu que o tradicional bolo de mandioca pernambucano ganhou o nome com o qual é conhecido até hoje: Souza Leão, sobrenome da esposa de um dos senhores de engenho.

Os moradores até sabem que aquela casa e suas ruínas representaram algo de muito importante no passado. Sabem porque seus pais e avós contaram. Sabem porque muitos são descendentes de escravos ou de camponeses que trabalharam no local. Mas, apesar da consciência, o lugar está depredado. Os cavalos passeiam livremente pela propriedade. Objetos históricos, como a balança de pesagem de cana-de-açúcar usada pelos senhores no século passado, são guardados sem cuidados. "Achei essa balança quando estava limpando o mato em frente de casa", comentou, inocente, Edna Maria da Silva, que trabalhou para José Miguel da Silva Neto, último proprietário do São Bartolomeu.

Segundo o secretário de Cultura e Eventos de Jaboatão, Ivan Lima Filho,

o pedido para tombamento municipal da casa-grande já seguiu para avaliação do prefeito Elias Gomes. "Sem tombar, não conseguimos preservar o engenho. Acredito que, em 90 dias, já conseguiremos esse título", afirmou o secretário. Por meio do processo de tombamento, a prefeitura poderá comprar a casa dos atuais proprietários e começar, efetivamente, o processo de revitalização da área. O valor das obras, incluindo a construção de um pequeno polo cultural, está orçado em R\$ 700 mil. "Desse total, garantimos R\$ 300 mil. Vamos buscar o restante junto aos governos estadual e federal", explicou Ivan.

História - O forte do Engenho São Bartolomeu não era a produção de açúcar, mas de aguardente. Seu primeiro dono foi o judeu Fernão do Vale, que herdou a propriedade do irmão, Fernão Soares. Os dois eram holandeses. Fernão do Vale chegou a participar das reuniões da Batalha dos Guararapes. Ouvia os planos dos pernambucanos e portugueses e delatava aos contrários. Ele foi pego dentro do São Bartolomeu pelos portugueses, vitoriosos. Nunca mais foi encontrado. Nessa época, a família mandou trazer da Holanda a imagem de São Bartolomeu. Reza a lenda que ele aparece à noite para os moradores, informando que existem riquezas enterradas no terreno atrás da casa-grande.

Até agora, ninguém escavou a área. Em 1831, o engenho foi vendido para uma viúva, Francisca Xavier Cavalcanti. Trabalhavam, na época, 34 escravos. "Em 1856, a esposa de outro senhor de engenho, Rita de Paula Souza Leão, preparou o famoso bolo de Souza Leão aqui", garantiu a pesquisadora Eulina Maciel, que estuda sobre o engenho há 27 anos. Em 1900, o engenheiro agrônomo Augusto de Castro comprou a terra. As mudas que ele plantou tornaram-se árvores centenárias, que ainda hoje embelezam a propriedade.

Foto: João Campos/ZIP DA Press/Reprodução



Anexo L - Objetos achados nas terras Engenho São Bartolomeu

Balança que pesava a cana no Engenho São Bartolomeu para seguir no carro de boi. Acervo fotográfico de Eulina Maciel



Bule de prata original achado do Engenho São Bartolomeu. Acervo fotográfico de Eulina Maciel

Anexo M - O engenho antes e depois

A casa-grande, foto James Davidson, 2009.



O engenho após a destruição da casa-grande, imagem extraída do *google maps*. Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place/Estr.+São+Bartolomeu++Comportas,+Jaboatão+dos+Guararapes+++PE/@-8.1779627,-34.965032,3a,75y,336.74h,79.86t/data=!3m6!1e1!3m4!1sKVzOPwTM6f4pjwXsOXZ-Q!2e0!7i13312!8i6656!4m5!3m4!1s0x7aae3cc94af254d:0xec21dd7dd536fabe!8m2!3d-8.1781781!4d-34.9651775?hl=pt-BR>>, 20017.

Anexo N – Tramitação do processo sobre a demolição da casa grande do Engenho São Bartolomeu em 2015 e 2017.

24/07/2018 DUPE 1109/2015 - Pg. 1748 | Diário da Justiça do Estado de Pernambuco | Diário Jurídico

Procuradoria Jurídica

DUPE 1109/2015 - Diário da Justiça do Estado de Pernambuco - 11 Set 2015 - Página 1748
 Andamento do Processo

Andamento do Processo n. 0000370-82.2007.8.17.0810 do dia 11/09/2015 do DJPE

Participação: Maria de Jesus da Silva de Pernambuco

Gostaria de acompanhar este processo?
 Não há conexão com as informações do processo e nem a sua atualização por email

Repetir esta página

INTERIOR
Jaboatão dos Guararapes - 1ª Vara Criminal

Primeira Vara Criminal da Comarca de Jaboaão dos Guararapes

Juiz de Direito: Maria do Carmo de Menezes Melo
 Chefe de Secretaria: Jamandir da Silva Souza
 Data: 10/09/2015

Para de Intimação de Audiência Nº 000370/2015

Pela presente, ficam as partes e seus respectivos advogados e procuradores, intimados para AUDIÊNCIAS DESIGNADAS nos processos abaixo relacionados:

Data: 07/09/2015

Processo Nº: 0000370-82.2007.8.17.0810
 Natureza da Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário
 Acusado: HELENO JOSÉ DE LIRA
 Acusado: REGINALDO JOSÉ DA SILVA
 Acusado: MARCOS ANTONIO DE LIRA
 Acusado: ALEXANDRE DOS SANTOS JUSTOS
 Vítima: ENGENHO SÃO BARTOLOMEU

<https://www.judicial.org.br/portal/documentos/2746225/andamento-do-processo-n-0000370-8220078170810-de-11-09-2015-do-djpe.html> 12

24/07/2018 DUPE 1109/2015 - Pg. 1748 | Diário da Justiça do Estado de Pernambuco | Diário Jurídico

Advogado: Floneziago - Wagner Millanes Vieira de Assunção
 Audiência de Instrução e Julgamento - Criminal às 11:30h do dia 08/10/2015.

Data: 11/09/2015

Temas relacionados

Registros: Maria do Carmo de Menezes
 Advogado: Wagner Millanes Vieira de Assunção
 Marcos Antonio de Lira
 Processo n. 0000370-82.2007.8.17.0810 do DJPE
 Advogado: Maria do Carmo de Menezes
 Floneziago de Lira
 Engenho São Bartolomeu

<https://www.judicial.org.br/portal/documentos/2746222/andamento-do-processo-n-0000370-8220078170810-de-11-09-2015-do-djpe.html> 12

24/07/2018 DUPE 901/2017 - Pg. 7148 | Diário da Justiça do Estado de Pernambuco | Diário Jurídico

Procuradoria Jurídica

DUPE 901/2017 - Diário da Justiça do Estado de Pernambuco - 09 Jun 2017 - Página 7148
 Andamento do Processo

Andamento do Processo n. 0000370-82.2007.8.17.0810 do dia 09/01/2017 do DJPE

Participação: Maria de Jesus da Silva de Pernambuco

Gostaria de acompanhar este processo?
 Não há conexão com as informações do processo e nem a sua atualização por email

Repetir esta página

INTERIOR
Jaboatão dos Guararapes - 1ª Vara Criminal

Primeira Vara Criminal da Comarca de Jaboaão dos Guararapes

Juiz de Direito: Maria da Conceição Godói Bertholini (Cumulativo)
 Chefe de Secretaria: Jamandir da Silva Souza
 Data: 09/01/2017

Para de Intimação de Audiência Nº 0000370/2017

Pela presente, ficam as partes e seus respectivos advogados e procuradores, intimados para AUDIÊNCIAS DESIGNADAS nos processos abaixo relacionados:

Data: 31/01/2017

Processo Nº: 0000370-82.2007.8.17.0810
 Natureza da Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário
 Acusado: HELENO JOSÉ DE LIRA
 Acusado: REGINALDO JOSÉ DA SILVA
 Acusado: MARCOS ANTONIO DE LIRA
 Acusado: ALEXANDRE DOS SANTOS JUSTOS
 Vítima: ENGENHO SÃO BARTOLOMEU

<https://www.judicial.org.br/portal/documentos/4174677/andamento-do-processo-n-0000370-8220078170810-de-09-01-2017-do-djpe.html> 12

24/07/2018 DUPE 901/2017 - Pg. 7148 | Diário da Justiça do Estado de Pernambuco | Diário Jurídico

Advogado: Floneziago - Manoel Nunes Pereira
 Advogado: Floneziago - João Evangelista Pereira Elias
 Audiência de Instrução e Julgamento - Criminal às 09:30h do dia 01/02/2017.

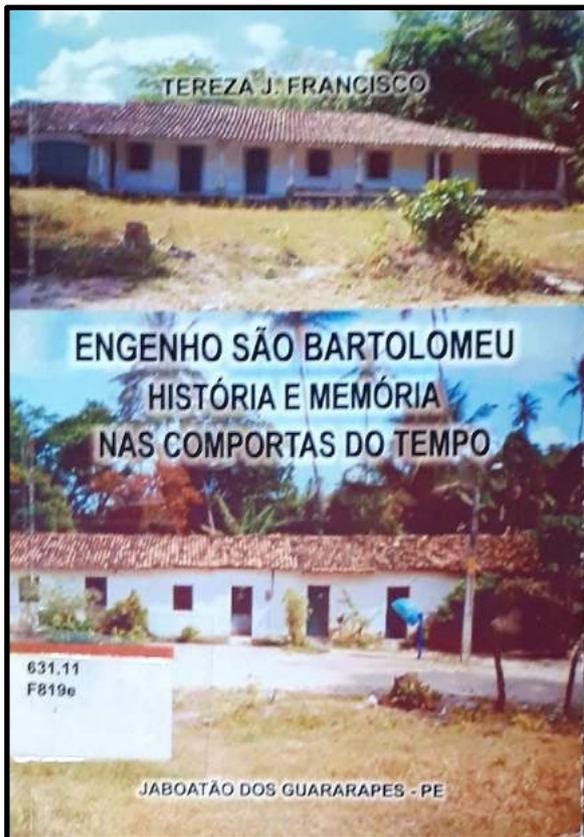
Data: 02/02/2017

Temas relacionados

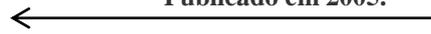
Registros: Maria do Carmo de Menezes
 Advogado: Manoel Nunes Pereira
 Advogado: João Evangelista Pereira Elias
 Marcos Antonio de Lira
 Processo n. 0000370-82.2007.8.17.0810 do DJPE
 Advogado: Maria do Carmo de Menezes
 Floneziago de Lira
 Engenho São Bartolomeu

<https://www.judicial.org.br/portal/documentos/41747677/andamento-do-processo-n-0000370-8220078170810-de-02-02-2017-do-djpe.html> 12

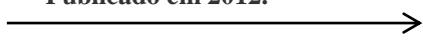
Anexo O – Livros dedicados a memória do Engenho São Bartolomeu



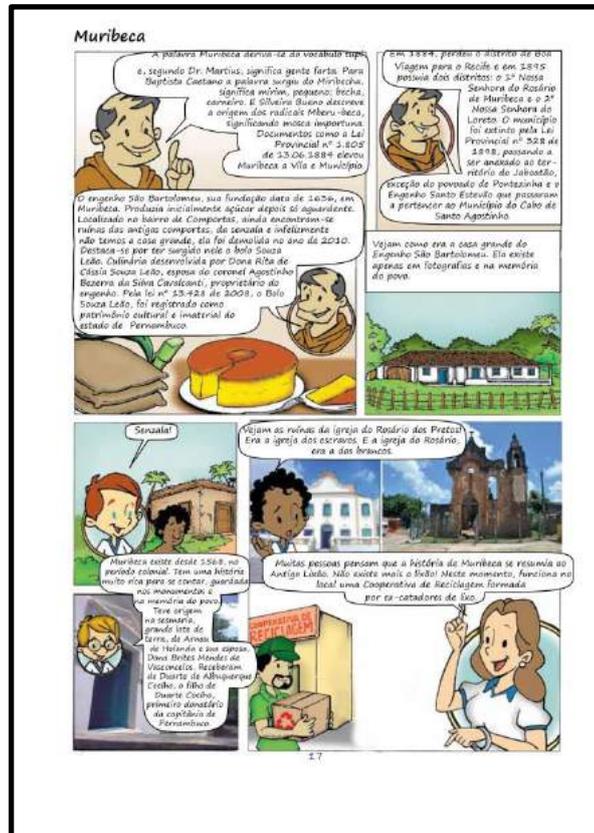
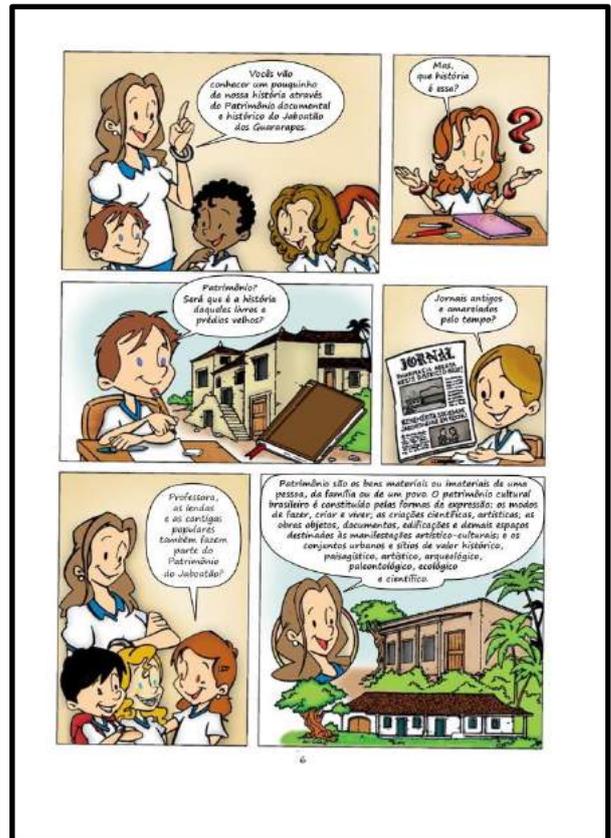
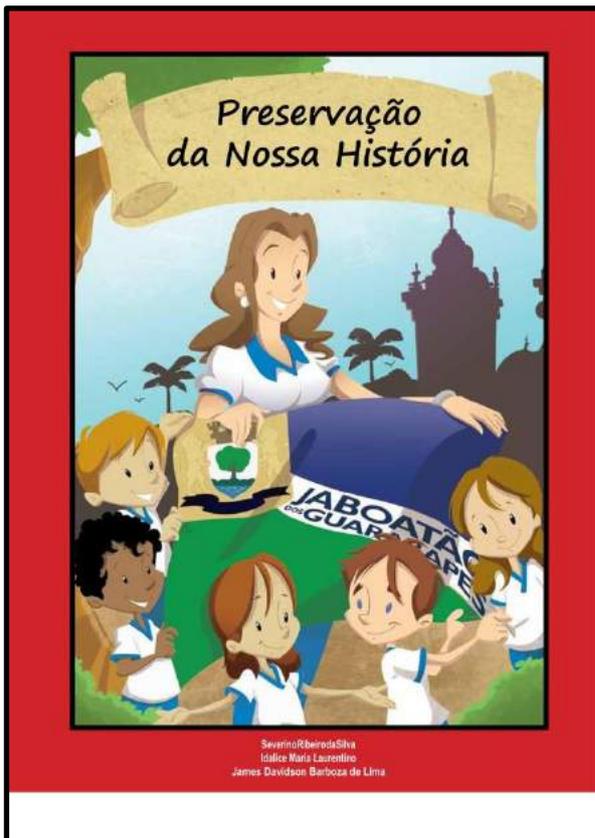
Publicado em 2005.



Publicado em 2012.



Anexo P – Cartilha de Educação Patrimonial do Jaboatão dos Guararapes



Anexo Q – Imagens da visita Técnica da Setecel ao engenho São Bartolomeu em 2018



Local onde ficava a casa-grande



Acervo fotográfico da Setecel cedido por Roberto Vasconcelos

Anexo R - Texto integral da matéria Patrimônio secular no chão

Os moradores ainda não se recuperaram do susto. Foi tudo abaixo. Paredes, teto da antiga casa grande do Engenho São Bartolomeu, em Jaboatão dos Guararapes, só restou pedra sobre pedra de um bem que, segundo historiadores, data de 1636 e era um dos mais antigos da Região Metropolitana do Recife. O imóvel, reformado pelo último dono há cerca de 100 anos, inspirou uma matéria que saiu no Diário no último domingo. A Prefeitura de Jaboatão havia demonstrado, inclusive, interesse em tombar a casa. Coincidência ou não, a casa grande foi derrubada no mesmo dia. O empresário Gunther Gulde (responsável pela demolição da casa), genro do antigo proprietário, já morto, administra hoje o lugar e disse que pretende construir no local galpões e alugá-los. Já a prefeitura deverá encaminhar o problema para a Procuradoria de Justiça do município para cobrar as providências legais. O advogado dos atuais proprietários da área, Manoel Jales, disse que em nenhum momento os clientes dele foram procurados pela prefeitura para negociar o tombamento do casarão e negou que o prédio tenha valor histórico, como é defendido por estudiosos do engenho. "A casa teria pertencido à família Lapa, de origem portuguesa, e foi passada para Augusto de Castro, que deixou o imóvel como herança para o filho Hermano de Castro. Somente em 1976 o casarão foi vendido, já em ruínas, para José Miguel, o último dono, que reergueu o lugar. A casa tinha no máximo oitenta anos", explicou o advogado. O empresário Gunther Gulde explicou que a família tem a intenção de alugar os futuros galpões para abrigar produtos alimentícios e máquinas. O secretário de Cultura e Eventos de Jaboatão, Ivan Lima Filho, estava agilizando o pedido de tombamento municipal da casa grande. A solicitação era avaliada pelo prefeito Elias Gomes e poderia sair dentro de 90 dias. A ideia do governo municipal era comprar a casa dos atuais proprietários e começar o processo de revitalização da área. O valor das obras, incluindo a construção de um pequeno polo cultural, estava orçado em R\$ 700 mil. Segundo Ivan Lima Filho, o governo já tinha garantido R\$ 300 mil e iria buscar o restante dos recursos junto aos governos estadual e federal. Somente ontem Ivan Lima Filho soube da derrubada do patrimônio e foi ao local para obter mais informações dos moradores. "Sabendo que o município tinha interesse em tombar o patrimônio, ele não poderia ter tomado esse tipo de atitude. Encaminharemos o problema para a procuradoria municipal e vamos cobrar dele a reconstrução do imóvel, com verba dele mesmo", afirmou o secretário. Desalento - Moradora do lugar há 27 anos, a dona de casa Maria das Dores Conceição, 69 anos, contou que costumava passar as tardes no terraço da casa grande, deitada em uma rede. "A gente aproveitava para descansar lá.

Isso faz falta", comentou. Edna Costa Miguel, 26 anos, ganhou o nome Miguel em homenagem ao último dono, José Miguel da Silva Neto, e contou que estava se preparando para comemorar o aniversário de um ano da única filha no terraço. "Agora vou ter que arrumar outro local", disse, entristecida, falando que ouviu o barulho da derrubada da casa. Comemorações no lugar eram comuns. A última delas foi a Festa da Manga, organizada pela própria comunidade. As professoras da rede municipal de Jaboatão Sueli Tavares e Mônica Coelho também ficaram surpresas com a paisagem onde antes havia a casa grande. "Lemos a matéria no domingo e decidimos que íamos visitar o lugar. Quando chegamos aqui hoje (ontem), estava tudo destruído", comentou Sueli. O medo agora está em torno da moenda, que ainda resiste de pé, mas que pode ser derrubada a qualquer momento. Por Marcionila Teixeira do Diário de Pernambuco, Publicado em 14 de Abril de 2010.

Fonte: <<http://acertodecontas.blog.br/economia/patrimonio-secular-no-chao/>>.

Anexo S - Texto originalmente extraído do Jornal A Província datado de 17 de setembro de 1928.

A casa de engenho Megahype. O secretario do Instituto *Archeológico* acaba de nos dar uma triste noticia: botaram abaixo a velha casa de engenho Megahype. Não deixa de haver no fato uma certa ironia: precisamente quando se cogita de dar *organisação eficiente* à defesa do patrimônio artístico de Pernambuco *desapparece* a dois passos do Recife um dos valores mais característicos de arte colonial no Brasil. Vê-se que todo o esforço de propaganda em torno de um *assumpto* que deveria estar há muito mais tempo ligado á cultura cívica do nosso povo, não passa afinal de um *esforçosinho*. E esse *esforçosinho* as sociedades históricas, os professores nos colégios e nas escolas, o clero e os jornais estão no dever de intensificar e alargar. É preciso levar o carinho pelas nossas tradições de interesse social e de sentido cívico aos que não sentem, pela pobreza de cultura ou de sensibilidade, logo ao primeiro *contacto* o encontro e valor dessas tradições. O caso de Megahype deve servir de forte lição o que se tem dito, o que se tem escrito a favor de arvores, a favor de moveis e pratas velhas, a favor de antigas casas de engenho apenas conseguiu interessar no *assumpto* um grupo melancolicamente reduzido. Ainda há gente de colarinho duro e gravata e *pince-nez* que mande botar a baixo velhas e grandes arvores com a maior sem cerimonia deste mundo: e agora o que *desapparece* é a casa de engenho de mais expressivas linhas que restava a Pernambuco do período colonial. A Pernambuco somente não, ao Brasil inteiro. O *desapparecimento* da casa de Megahype merece mais um registro: é o sinal de alarme. Ao rumor das velhas paredes *coloniaes* agora destruídas, devemos, todos os que nos sentimos na responsabilidade de orientar, dirigir e esclarecer o espírito publico, aumentar o nosso esforço no sentido de um interesse maior pelas tradições brasileiras. Que a destruição lamentável da casa de Megahype sirva hoje nos colégios e nas escolas do Estado inteiro de *assumpto* aos professores de *instrucção* moral e cívica, e de historia do Brasil, para *opportuna* lição de brasileirismo. Disponível na Hemeroteca digital brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

Anexo T - Lei nº 104 de 27 de setembro de 1979

Ementa: Institui normas gerais de proteção dos bens de valor cultural existentes no Município e de disciplina e estímulo a preservação desses bens; autoriza o Poder Executivo a declarar áreas especiais de interesse da preservação cultural e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO JABOATÃO, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei institui normas de proteção e preservação dos bens culturais existentes no Município e disciplina o uso do solo, as obras e as posturas nas áreas especiais que venham a ser declaradas, bem como cria benefícios fiscais de estímulo à prática de atividades preservadora nessas áreas.

Art. 2º As normas estatuídas na presente Lei têm por objetivo:

- I - Assegurar a proteção e disciplina a preservação do acervo de bens de valor cultural existentes no Município;
- II - Permitir a delimitação de áreas especiais de interesse para preservação dos mesmos;
- III - Instituir um regime especial para essas áreas em relação a legislação própria do Município que disciplina as diferentes matérias aqui tratadas; e
- IV – Criar benefícios fiscais de estímulo à atividade preservadora.

Art. 3 O amparo aos bens de valor histórico, arqueológico, arquitetônico, artístico e paisagístico existentes no Município é exercido pela proteção, a cargo do Poder Público, e pela atividade de preservação cultural promovida pelo particular.

Parágrafo Único. A atividade de preservação cultural, para os Fins desta Lei, é caracterizada pela execução de obras de conservação reparação ou restauração do bem de valor cultural, assim entendidas como:

- I - OBRA DE CONSERVAÇÃO e a intervenção de natureza preventiva, que consiste na manutenção do estado preservado do bem cultural;
- II - OBRA DE REPARAÇÃO e a intervenção de natureza corretiva, que consiste na substituição, modificação ou eliminação de elemento(s) integrante(s), visando a permanência de sua inteireza ou a estabelecer a sua conformidade com o conjunto edificado;
- III - OBRA DE RESTAURAÇÃO e a intervenção, também de natureza corretiva, que consiste na reconstituição da sua feição original mediante a recuperação da estrutura afetada e dos elementos destruídos, danificados ou descaracterizados, ou do expurgo de elementos estranhos.

Art. 4º O Poder Executivo, mediante decreto, declarará as Áreas Especiais de Interesse da Preservação Cultural (AEPC), e aprovará os seus respectivos regulamentos e projetos de preservação.

Parágrafo Único. O regulamento da AEPC detalhará as normas de uso e ocupação do solo, obras e posturas estabelecidas nesta Lei e dispora quanto a sua aplicação específica na mesma.

Art. 5º Toda AEPC terá uma ou mais Zona de Preservação Rigorosa (ZPR) e uma Zona de Preservação Ambiental (ZPZ), que poderá estar subdividida em setores.

Art. 6º Cada ZPR corresponderá a um sítio histórico, arqueológico, arquitetônico, artístico ou paisagístico formado pelo bem ou conjunto de bens culturais de uma dessas categorias e pelo seu entorno.

Parágrafo Único. Visando a maior proteção dos bens situados na ZPR, o espaço interior da poligonal que a delimita estará sob rígido controle, de sorte a impedir, intervenções ou não intervenções que provoquem o seu perecimento ou que interfiram nas suas características, nas suas linhas ou na sua integridade, alterando-lhes a feição original.

Art. 7º Quando na regulamentação própria da AEPC não se dispuser sobre o parcelamento do solo em sua ZPW, ficam vedadas as atividades de loteamento, arruamento e desmembramento nesse espaço.

Art. 8º As construções bem como as obras de conservação, reparação, ou restauração projetadas, respectivamente para terrenos para prédios situados em ZPR, submeter-se-ão as normas desta Lei e da regulamentação própria da AEPC a que pertence.

§ 1º Os projetos de construção e dos de reparação ou restauração de edificação, bem como os de parcelamento do solo em ZPR, estes quando permitidos, que se achem em tramitação na Prefeitura Municipal, ainda sem aprovação, na data da declaração da respectiva AEPC, deverão conformar-se às disposições estabelecidas para a mesma.

§ 2º Os interessados terão o prazo de 60(sessenta) dias, a partir da declaração da AEPC, para satisfazer a exigência do parágrafo anterior, sem o que o projeto será mandado arquivar.

Art. 9º Em qualquer caso, as construções e as obras de conservação, reparação ou restauração de bem situado em ZPR respeitarão volumetria e feição do imóvel de per si e em relação a escala e à Forma do conjunto em que se insere, quando Por o caso, mantendo originais:

- I - o gabarito e o número de pavimentos do prédio existente nos casos de obras de reparação ou restauração e do que pre-existiu no terreno, no caso de construção;
- II - a implantação do prédio no terreno, quanto à taxa de ocupação e à área construída, vedada a possibilidade de e recuo de recuo frontal ou afastamento lateral antes inexistente, ainda que compensado;
- III - a escala e as características arquitetônicas do conjunto, quando se tratar de construção em terreno antes não edificado;
- IV - a forma e inclinação da cobertura;
- V - os materiais de revestimento das paredes e da coberta; e
- VI - os vãos de circulação, ventilação, iluminação e insolação voltados para o espaço externo bem como os materiais de vedação dos mesmos.

Art. 10. Para preservação do sítio formado pelo bem ou conjunto de bens de valor cultural e se entorno, objetivamente delimitado pelo perímetro da ZPW, fica proibido:

- I - a realização de obras de desmonte, terraplenagem, até qualquer outra modificação do relevo ou da paisagem que interfira na sua ambiência;

II - o uso de revestimento superficial, qualquer que seja à qualidade do material empregado, nos logradouros públicos onde ainda não haja, bem como a substituição do revestimento existente ou o seu capeamento com material de natureza diversa do original;

III - a implantação da rede elétrica aérea;

IV - a instalação e funcionamento ou permanência de atividade incompatível com a natureza cultural do sítio ou que ponha em risco a sua integridade física; e

V - a colocação de letreiro, placa, painel, anúncio ou qualquer outra forma de publicidade ou propaganda visual, em terreno vago, em muro nas fachadas e na coberta ou no topo de prédio nela situado.

§. 1º O órgão competente da Prefeitura Municipal notificará o agente que exerça em ZPR atividade que já pela sua natureza, já pelas instalações ou, equipamentos necessários ao seu funcionamento, não seja compatível com os usos para ela previstos, concedendo-lhe prazo para conformar-se à situação estabelecida pelo seu Decreto regulamentado ou transferir-se para outra localidade.

§ 2º Não será concedida renovação de licença que permita manter instalados em ZPR os veículos de propaganda referidos neste artigo.

§ 3º A colocação de Placas indicativas nas fachadas de estabelecimento comercial ou de serviço e de residência da profissional liberal, estará sujeita a aprovação do órgão competente da Prefeitura.

Art. 11. Toda ZPR e envolvida por uma Zona de Preservação Ambiental (ZPA), sob o controle de padres manas rígidos, cuja finalidade e a de atenuar as diferenças entre a ambiência da ZPR e o espaço fora da AEPC, funcionando como faixa de transição de um para outro.

Art. 12. O controle sobre a ZPA de AEPC previsto no artigo anterior se exercerá quanto ao parcelamento e ocupação da solte e quanto à disciplina dos usos, observados os seguintes, princípios;

I - Estabelecimento da área de lote mínimo que condicionará o parcelamento do solo;

II - Fixação da taxa de ocupação do terreno e do gabarito das edificações, e

III - Definição dos usos permitidos e estabelecimento de micro-zonas de atividades, se necessário.

Art. 13. Incidem ainda sobre a ZPA as seguintes restrições:

I - Quando a AEPC for localizada em área urbanizada, ficam proibidas ações que impliquem na descaracterização da trama urbana tais como abertura, supressão ou alargamento de vias, bem como remembramentos dos lotes;

II - Não serão permitidas obras de desmonte, terraplenagem, aterro, desmatamento, derrubada de árvores, bem como qualquer outra que modifique a sua paisagem natural;

III - É vedada a colocação de letreiro, placa, painel, anúncio ou qualquer outra forma de publicidade ou propaganda, em terreno vago e na coberta no topo da prédio nela situado.

Art. 14. O particular que promover a conservação, reparação ou restauração de imóvel de sua propriedade fará jus aos seguintes benefícios fiscais relativos ao bem preservado:

I - se o imóvel estiver localizado em ZPR:

- a) isenção do imposto predial pelo prazo de 02(dois) anos; quando a atividade preservadora tiver sido de conservação;
- b) isenção do imposto predial pelo prazo de 05(cinco) anos, quando a atividade preservadora tiver sido de reparação;
- c) isenção do imposto predial pelo prazo de 10(dez) anos, quando a atividade preservadora tiver sido de restauração;
- d) isenção da taxa relativa à concessão de licença para a execução de obras de construção, conservação, reparação ou restauração, que se conforme com as normas gerais estabelecidas nesta Lei e com a regulamentação própria da AEPE, baixada por Decreto; e
- e) isenção da taxa relativa a concessão de licença, de instalação e funcionamento da atividade compatível com os usos previstos para: a AEPC, no Decreto respectivo

II - Se o imóvel estiver localizado em ZPA:

- a) isenção da taxa relativa a concessão de licença para execução de obras de: construção ou reforma que se conformem com as normas gerais estabelecidas nesta Lei e com a regulamentação própria da AEPC, baixada por Decreto; e
- b) isenção do imposto predial pelo prazo de 10(dez) anos, no caso de construção e pelo prazo de 05 (cinco) anos no caso de reforma executada segundo as normas gerais estabelecidas nesta Lei e a regulamentação própria da AEPC, baixada por Decreto.

Art. 15. A transferência para fora da AEPC, de atividade não compatível com os usos para ela previstos no seu respectivo Decreto regulamentado, assegurará os seguintes benefícios fiscais:

I - isenção da taxa relativa a concessão de licença para instalação e funcionamento noutra localidade;

II - isenção do imposto predial, quando para a transferência forem realizadas obras;

a) de construção, pelo prazo de 10(dez) anos;

b) de reforma, pelo prazo de 05(cinco) anos, e

III isenção da taxa relativa a concessão de licença para execução das obras a que se refere o inciso II deste artigo.

Art. 16. Os prazos referidos nos artigos 14 e 15 desta Lei serão contados a partir da conclusão das obras.

Art. 17. O proprietário de imóvel situado em AEPC que infringirem norma desta Lei ou do Decreto que aprovar a regulamentação própria da área, estará sujeito as seguintes penalidades:

I - embargo da obra licenciada em que não estiver sendo obedecido o projeto aprovado ou as normas desta Lei;

II - interdição do prédio da instalação ou do funcionamento de atividade não compatível com os usos previstos para a AEPC e que ponha em risco sua integridade física após a expiração dos prazos estabelecidos no instrumento de notificação para regularização, situação ou transferência para outra localidade.

III - neutralização ou demolição das obras realizadas o necessário licenciamento ou em desacordo com o Projeto aprovado;

IV - neutralização ou retirada de letreiro, placa, painel, anúncio ou qualquer outra forma de publicidade ou propaganda instalada em local proibido ou, estando em local permitido, quando não tiver tido a necessária licença do órgão competente; e

V - suspensão automática de benefício fiscal que lhe tenha sido concedido.

§ 1º O infrator que incorrer nas penalidades previstas nos Incisos III e IV desta Lei, será intimado a, no prazo então concedido, que não poderá ser superior a 120(cento e vinte) dias, atender as providências previstas nesses dispositivos e à promover a restauração da feição original do imóvel

§ 2º Não cumprida a intimação no prazo concedido o órgão competente da Prefeitura Municipal executará as obras de neutralização, retirada ou demolição necessária, conforme o caso, promovendo as cobrança judicial das despesas ao proprietário do imóvel.

§ 3º Na hipótese da não liquidação judicial do devida, o Poder Público Municipal promoverá a desapropriação do imóvel e requererá a imediata imissão de posse.

§ 4º Quando a transgressão de norma desta Lei for perpetrada pelo Poder Público Municipal, a autoridade, responsável responderá pessoalmente pela infração, nas esferas administrativas, civil e penal, quando for o caso.

Art. 18. Enquanto o Município não dispuser de órgão específico para o controle da atividade de preservação cultural poderá solicitar sob a forma de parecer, a assistência especializada da entidade de apoio técnico aos Conselhos deliberativo e Consultivo da Região Metropolitana do Recife, na apreciação de projetos de urbanização em geral e de projetos específicos de preservação, de interesse do particular, bem como de qualquer ação do planejamento municipal que implique em intervenção de natureza, física no espaço de AEPC.

Art. 19. As áreas declaradas de interesse da preservação cultural continuarão sujeitas às leis gerais do Município, que lhes sejam aplicáveis.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de setembro de 1979.

GERALDO JOSÉ DE ALMEIDA MELO
Prefeito

Fonte: Portal de Busca da Legislação Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Disponível em: <<http://legis.jaboatao.pe.gov.br/lei/1979/00104/>>

Anexo U - Lei nº 399 de 12 de maio de 2010

Ementa: regulamenta a Lei Municipal nº 104/79 e institui a criação de áreas especiais de preservação cultural (AEPC) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES, no uso das atribuições conferidas pelos incisos IV, V e VII, do art. 65, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Do Patrimônio Cultural Jaboatonense.

Art. 1º A proteção de bens culturais do município de Jaboatão dos Guararapes, desde que atendidas as disposições presentes na legislação federal e estadual referentes à preservação cultural, estará sujeita aos termos desta lei.

Art. 2º Constitui patrimônio cultural de Jaboatão dos Guararapes o conjunto de bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, públicos e privados presentes no território municipal que se destaque por seu valor histórico, artístico, arqueológico, folclórico ou paisagístico, devendo ficar sob a proteção do poder público conforme o artigo 126 da Constituição Federal.

Art. 3º A proteção dos bens culturais do município será realizada através do tombamento de bens móveis e imóveis. No caso de bens culturais imóveis deverão ser criadas áreas especiais de preservação cultural (AEPC) os sítios compostos pelos bens e pelas áreas do entorno previamente delimitadas.

Art. 4º Estão automaticamente protegidos a nível municipal os bens culturais existentes no município de Jaboatão dos Guararapes protegidos e tombados a nível federal pelo IPHAN e a nível estadual pela FUNDARPE.

Capítulo II

Dos procedimentos necessários para a criação de áreas especiais de preservação cultural (AEPC).

Art 5º Para a escolha e seleção dos bens culturais a serem protegidos na forma desta lei e para a criação das áreas especiais de interesse para a preservação cultural deverão ser considerados os seguintes critérios:

- I - A importância histórica da área ou bem para a memória do município, seja pela sua antiguidade ou pela sua participação em algum fato memorável ou acontecimento histórico.
- II - A excepcionalidade do bem ou área pelas suas características físicas e/ou arquitetônicas, ou por suas características peculiares para o município.
- III - A representatividade do bem como um símbolo da memória coletiva da população ou comunidade onde está inserido.

Art. 6º O processo de tombamento a nível municipal poderá ser iniciado através do Conselho Municipal de Cultura, com decisão aprovada pela maioria de seus membros, pela Secretaria de Cultura do município, por proposta elaborada pela coordenação de

patrimônio, ou por qualquer proposta oriunda de qualquer pessoa dirigida à mesma secretaria para a realização de exame técnico.

Art. 7º As propostas formuladas deverão ser elaboradas por escrito devendo conter obrigatoriamente os seguintes itens:

I - Título do Bem ou conjunto a ser protegido.

II - Localização exata do bem ou conjunto.

III - Justificativa para o tombamento do bem ou conjunto.

IV - Nome do proprietário do bem, exceto quando se tratar de conjunto urbano, sítio ou conjunto natural.

V - Nome completo e endereço do proponente.

VI - Delimitação da área a ser tombada.

§ 1º Nos casos de perigo iminente de destruição de algum bem ou conjunto a proposta de proteção poderá ser aceita mesmo sem os requisitos dos incisos IV e VI.

Art. 8º As propostas que não atenderem nenhum dos critérios contidos no artigo 5º ou que não satisfizerem os requisitos contidos no artigo 7º serão descartadas do processo, sendo o proponente informado via ofício.

Art. 9º As propostas de proteção de bens culturais que atenderem os critérios e requisitos previstos serão submetidos à exame técnico pela coordenação de patrimônio da Secretaria de Cultura onde serão estabelecidas e delimitadas as ZPRs (Zonas de proteção rigorosa) e ZPAs (Zonas de proteção ambiental) de acordo com os termos da lei nº 104/79 de 27/09/1979.

Art. 10º As propostas que forem aceitas, depois de feito o exame técnico realizado pela Secretaria de Cultura do município, serão encaminhadas para análise do Conselho Municipal de Cultura que deverá decidir ou não pelo tombamento do bem ou realizar alterações e modificações nas referidas propostas, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 204 de 29/08/2003.

Art. 11º Decidido pelo acatamento da proposta de proteção por maioria absoluta do Conselho Municipal de Cultura, o mesmo deverá elaborar uma resolução que será encaminhada ao Prefeito do Município para homologação, mediante decreto.

Capítulo III

Dos efeitos que incidem sobre os bens culturais protegidos.

Art. 12º Os bens culturais protegidos nos termos desta lei estarão sujeitos aos benefícios, restrições, punições e prescrições estabelecidas e definidas na lei municipal 104/79 de 27/09/1979.

Art. 13º O poder executivo, através da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Obras do Município, juntamente com o Conselho Municipal de Cultura são os órgãos responsáveis pela aplicação, operacionalização, implantação e fiscalização da presente lei, assim como pela aplicação dos termos existentes na lei municipal nº 104/79.

Art. 14º No caso dos bens móveis protegidos, as restrições e prescrições a serem aplicadas deverão ser definidas durante o processo de tombamento.

Art. 15º Os bens culturais que irão compor o patrimônio cultural jaboatonense e os procedimentos, critérios e efeitos que incidirão sobre eles deverão ser especificados em legislação específica.

Art. 16º Após o ato de homologação, o mesmo deverá ser publicado no diário oficial.

Art. 17º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 18º Revogam-se as disposições em contrário

PALÁCIO DA BATALHA Jaboatão dos Guararapes, 12 de maio de 2010.

ELIAS GOMES DA SILVA
Prefeito Municipal

Fonte: Portal de Busca da Legislação Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Disponível em: <<http://legis.jaboatao.pe.gov.br/lei/2010/00399/>>